

LEAL, Múndio - A reivindicação da classe  
trabalhadora (1953 - 1964)

Comp U.2.

LUTAS FABRIS, CAMPANHAS SALARIAIS  
E OUTRAS PELEJAS

Nenhuma poesia referente ao povo é entendida se  
nela não entra a fadiga.

Simone Weil\*

Lembrai-vos, senhores, dos escravos do Brasil.

Luciano Ramalho Vieira\*\*

1. A luta pelo tempo

A principal luta operária do começo dos anos 1950 se deu em torno do controle e da disciplina da jornada de trabalho. Era disso que tratava a cláusula da "assiduidade integral", preceito subjacente à lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, regulamentando o repouso semanal remunerado. Para ter direito ao repouso previsto em lei, o trabalhador deveria ter laborado "toda a semana anterior, cumprindo integralmente o seu horário de trabalho". Esse princípio seria depois incorporado pela Justiça do Trabalho a acordos e dissídios coletivos (Lopes, 1988, p. 285).

A cláusula, introduzida nos acordos salariais, não admitia sequer o atraso de alguns minutos à hora de entrada, o que implicava a perda de meio dia de salário, do aumento salarial durante todo o mês, assim como da parte do salário correspondente ao descanso semanal remunerado<sup>1</sup>. Na indústria têxtil, alguns empresários aproveitavam para também efetuar desconto das férias, reduzindo o seu pagamento ao correspondente a 11 dias (Almeida, 1981, p. 133).

Além dos evidentes interesses econômicos, também estava em jogo um conflito de valores. Segundo Márcia Mendes de Almeida, na indústria têxtil a estabilidade no emprego e o sistema de salários-tarefa eram, se-

\* Apud Bosi, 1988, p. 27.

\*\* O Metalúrgico, nº 132, jun., 1954.

1 Conferir Telles, 1981, p. 51; Costa, 1995, p. 232.

parada ou combinadamente; fatores de absentismo. A operária ou o operário com mais de dez anos na mesma empresa e recebendo salários por tarefa, e não por hora, tendia a tornar-se mais independente dos sistemas de controle patronal, estabelecendo, ainda que muito parcialmente, certo controle sobre as margens de sua jornada de trabalho. À observação anterior, acrescenta a autora citada: "a supressão da assiduidade integral era, no início da década de 50, *uma reivindicação universal* do operariado, tanto quanto o abono de Natal" (Almeida, 1981, p. 199, grifo nosso). Tratava-se, por assim dizer, de "direitos costumeiros" que os operários queriam ver respeitados: certa flexibilidade no cumprimento da jornada de trabalho e recompensa na data natalina.

Pode-se dizer que a "flexibilidade" correspondia a uma luta contra a desumanização das pessoas. Marx, ao se referir à designação empregada na indústria inglesa de *full time* para os trabalhadores adultos e *half time* para as crianças, comenta: "O trabalhador não é aqui mais que tempo de trabalho personificado. Todas as diferenças individuais reduzem-se às de 'tempo integral' e 'meio tempo'"<sup>2</sup>. Por sua vez a análise de Adriano Luiz Duarte sobre cidadania e exclusão no período do Estado Novo explicita o que seria "uma espécie de código para obstar a continuidade da exploração". Essa norma costumeira estabelecia os limites morais da exploração representando "uma espécie de anteparo com o objetivo de cobrir as excessivas e injustas demandas de chefes e patrões". Um dos "bens" do referido código definiria que "o bem-estar físico e material do empregado deve ser preocupação compartilhada pelo empregador" (Duarte, 1999, pp. 131-6)<sup>3</sup>. Essas questões podem ser mais bem compreendidas com a leitura do artigo "O princípio da assiduidade", publicado em *O Metalúrgico*, de dezembro de 1954, de autoria do diretor responsável pelo jornal, Adolpho Perchon. Pondera o articulista que o princípio da assiduidade era bom, mas não poderia continuar a ser aplicado "como elemento primordial de redução de salários". Em seguida eram apontadas as causas da falta de assiduidade: doenças do operário ou de mem-

bros da família, desânimo decorrente das dívidas e dos baixos salários, má alimentação que tirava o vigor necessário para produzir, noites mal dormidas devido ao frio e à falta de agasalhos, distância e deficiência dos transportes<sup>4</sup>.

Cabe assinalar que a memória sobre a aplicação da cláusula da assiduidade não é unanimemente associada ao exercício do despotismo patronal. Miguel Terras, torneiro mecânico da Aliperti, comentou sobre a exigência da assiduidade:

Tinha isso, tinha. Era bom, porque, vai desculpar, hein?, também tinha trabalhador muito malandro no meio [...]. Então [...], como na siderúrgica, nesse ponto lá, também faltava não de obra [...], tinha uma exceção, não sei de quanto tempo, até de 15 minutos; mas não era bem assim não [...], tinha firma que, se você chegava atrasado, mandava de volta, e aí você perdia o dia<sup>5</sup>.

A luta contra a "assiduidade integral" adquiriu, rapidamente, porte nacional e organização consistente. No dia 8 de junho de 1952, foi criada, no Distrito Federal, a Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (Ciscai), com a participação de 17 sindicatos. Logo sindicatos de outros estados seguiram o exemplo, surgindo comissões semelhantes no Rio de Janeiro (estado), São Paulo, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Santa Catarina, Minas Gerais e Paraná (Telles, 1981, p. 52).

Em São Paulo, a Ciscai organizou-se em agosto de 1952, representando cerca de 60 sindicatos<sup>6</sup>. Em novembro, os sindicatos paulistas enviaram 33 delegados, eleitos por 21 entidades, para participar da Convenção Nacional Contra a Assiduidade Integral no Rio de Janeiro, no dia da Proclamação da República. Ao todo estavam presentes 179 delegados, representando 89 sindicatos.

4 *O Metalúrgico*, nº 138, dez., 1954, p. 7.

5 Entrevista realizada em 19 de julho de 2005, cedida ao Centro de Memória Sindical.

6 Embora essa informação apareça em Colistete, 2001, p. 58; Costa, 1995, p. 160; Lopes, 1992, p. 38, não encontramos registros em fontes primárias sobre o funcionamento da Ciscai em São Paulo.

2 K. Marx, *O capital*, 1985, vol. I, p. 196.

3 Ainda segundo o autor, "a noção de justiça expressa por esses trabalhadores é bastante clara: pagamentos em dia, respeito no trato, redistribuição proporcional à dedicação e sofrimento dependentes no trabalho, liberdade e independência na vida privada e compreensão para as pequenas falhas no dia a dia que devem ser continuamente barganhadas".

Na assembleia metalúrgica realizada no dia 30 de novembro de 1952, após a Convenção da Ciscal, era dado o informe sobre o encontro, no qual se registrou a presença de delegados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo<sup>7</sup>. Segundo Telles, o teorário da reunião versou sobre a assiduidade em relação a salários, repouso semanal remunerado, lei de férias, previdência social, lei da jornada de oito horas e falta de energia elétrica, o que indica as implicações abrangentes do assunto. Teriam sido apresentadas três teses intituladas: "Assiduidade e o problema fisiológico da mulher", "Assiduidade e férias" e "Assiduidade integral". Uma das principais resoluções foi a de lutar pela abolição da assiduidade integral em todos os seus aspectos e pela aprovação do projeto do deputado Lúcio Bittencourt apresentado à Câmara, liquidando com aquela cláusula (Telles, 1981, p. 52).

A novidade representada pela Convenção da Ciscal pode ser apreciada com a leitura do artigo "Marco do sindicalismo brasileiro nas lutas reivindicatórias dos trabalhadores do Brasil", publicado pelo delegado por São Paulo, Antônio José Riverti, em *O Metalúrgico*, de maio de 1953. Segundo o articulista, naquele conclave se reuniram "dirigentes e operários de todos os quadrantes do Brasil, isentos dos medalhões que dizem eles serem os líderes sindicais, mas que na prática fazem todas as bajulações patronais, cedendo sempre a meia dúzia em prejuízo de milhões".

Um debate importante travado pelos delegados na Convenção da Ciscal tratou da conveniência ou não da formação de uma Central Inter-sindical Permanente — Cisp. A proposta foi apresentada por convencionais do Rio de Janeiro, que teriam sofrido perseguição policial por isso. Ao informar à assembleia metalúrgica sobre o ocorrido, explicou Antônio José Riverti: "Seria assim criada uma nova entidade, deixando de lado a Federação e a Confederação, bem como a Ciscal". A proposta foi rejeitada, mas não de todo. Ainda segundo o delegado de São Paulo, teriam sido apresentadas duas alternativas: a primeira, pela manutenção da Ciscal como vinha funcionando; a segunda, criando a Comissão Permanente. A

bancada de São Paulo entendeu que a formação da Comissão Permanente enfraqueceria e dividiria a classe, e votou pela manutenção da Ciscal até a vitória final. Aprovou-se, ainda, a proposta de consultar todos os sindicatos sobre a realização de um congresso geral dos trabalhadores que discutiria a criação de uma central sindical. Antônio José Riverti adiantou que sua posição era favorável à criação de uma intersindical<sup>8</sup>. Em janeiro de 1953, *O Metalúrgico* reproduzia as normas aprovadas pela Comissão Organizadora da Ciscal para o funcionamento de sua segunda Convenção Nacional, que deveria realizar-se de 15 a 22 de novembro, mas parece não ter ocorrido<sup>9</sup>.

No-Sindicato dos Têxteis de São Paulo, a luta contra a cláusula da assiduidade integral ganhou impulso após a greve dos 300 Mil. Em setembro de 1953, o sindicato coletava assinaturas a serem enviadas à Câmara para apressar a aprovação do Projeto de Lúcio Bittencourt.

Na edição de *O Metalúrgico* daquele mês, o artigo "Assiduidade integral" apresentava suas conclusões sobre a demora na tramitação do projeto: "O fato é que o projeto [...] está retido há nada menos de um ano no Parlamento, por influência do Poder Executivo, que não se sente encorajado para deferir a aspiração do proletariado em face da resistência que lhe opõe o capitalismo"<sup>10</sup>.

A campanha contra a cláusula da assiduidade parece ter estimulado iniciativas vigorosas de operários e operárias. No dia 11 de outubro, realizou-se às 8 horas uma assembleia das fábricas têxteis Guilherme Giorgi e Minerva, no espaço do Cine Califórnia, na Vila Nova São Estêvão, e foi resolvida a adoção de uma forma de luta peculiar. No primeiro dia, haveria uma paralisação de 10 minutos; no segundo dia, de 15 minutos; no terceiro dia, de 20 minutos; até a paralisação total, contra a aplicação da cláusula da assiduidade<sup>11</sup>. No mesmo dossiê do Dops que registra a assembleia, encontramos um minúsculo panfleto datilografado (um "mos-

8 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 30 nov., 1952, p. 57v.

9 "Aprovadas normas para a convenção nacional da Ciscal", *O Metalúrgico*, n.º 116, jan., 1953, p. 10.

10 "Assiduidade integral", *O Metalúrgico*, n.º 124, set., 1953, p. 12.

11 Dossiê Dops 50-Z-315-299.

quito”), com o carimbo do sindicato, sem data, com os seguintes dizeres: “Hoje é dia 16. Paralisemos o trabalho das 1 hora [ilegível], 1 hora e meia. Firmes porque a vitória está próxima. Abaixo a assiduidade. Tudo pela vitória!”<sup>12</sup>. Provavelmente o “mosquito” circulou clandestinamente nas indústrias Guilherme Giorji e Minerva preparando a greve para o dia 16 de outubro.

Almeida observou que, entre 1951 e 1953, o Sindicato dos Têxteis lutou nas campanhas salariais contra a inclusão da cláusula da assiduidade integral nos acordos coletivos. Em 1951 teria obtido sucesso, mas o dispositivo voltou em 1952. Em 1953, o acordo resultante da greve não previa a assiduidade, mas ela foi restabelecida pelo TST. Em 1954, foi conseguido um acordo: eram permitidas duas faltas consecutivas para mulheres e uma parhomens<sup>13</sup>. Finalmente, a 20 de junho de 1955, o Projeto Lúcio Bittencourt foi transformado na lei nº 2.510, abolindo a cláusula, porém apenas no que se referia à aplicação do índice de reajuste estipulado pelos dissídios no mês em que ocorrer a falta. Segundo Colistete (2001, p. 58), foram necessárias novas lutas e negociações para garantir que os inassídios não perdessem o descanso semanal remunerado<sup>14</sup>.

Em alguns casos, a aplicação da cláusula parece ter sido um estratégia empregada pura e simplesmente para roubar os salários dos operários. É o que se pode deduzir pela leitura da coluna Opinião Alheia, assinada por Nortur, mantida no jornal dos metalúrgicos nos anos 1950. Afirma o articulista que muitas empresas vinham instalando relógios de ponto elétricos para a marcação dos cartões. Desde o dia 14 de janeiro, estaria sendo cometida uma trapaceia:

Vem sendo feita capciosa manobra com os ditos relógios [...]. Há relógios que um dia estão atrasados quatro ou cinco minutos, outro dia adiantam de sete a dez minutos. Isto é simplesmente má-fé, neste caso os trabalhadores deverão observar a manobra, comunicar ao Sindicato e este pedirá fiscalização rigorosa ao Departamento do Trabalho<sup>15</sup>.

Sabe-se que o controle sobre o tempo de trabalho tornou-se um dos meios mais eficazes de incremento da extração da mais-valia. O tema foi debatido desde os primórdios da industrialização inglesa, tendo sido objeto de profunda análise teórica. Ao analisar a “avidez por mais trabalho” numa Inglaterra envolvida febrilmente pelos ritmos da Revolução Industrial, Marx apresenta como exemplo os “pequenos furtos” cometidos pelo capital do tempo das refeições e de descanso dos trabalhadores, procedimento qualificado pelos inspetores do trabalho como “pequenas furtadelas de minutos” ou “escamotear minutos” (1985, p. 195).

As formas de extrair mais trabalho parecem ter sido relativamente diferentes nas indústrias metalúrgicas e têxteis, em decorrência da adoção, nestas últimas, do sistema do pagamento por tarefa. Sendo assim, ficava suprimido o pagamento de horas extras. Como lembra o tecelão João Bonifácio: “Não tinha hora extra. Tinha horas paradas, porque faltava força, ou quebrava a máquina, por exemplo”. De fato, o pagamento por produção parece ter encoberto a falta de pagamento extra por horas cumpridas além da jornada de trabalho legal. Ao invés disso, a luta dos têxteis parece ter-se focado no problema mencionado por João Bonifácio: o pagamento pelas horas não trabalhadas como consequência da falta de energia elétrica ou de avarias no maquinário.

Nas indústrias metalúrgicas, a jornada de trabalho variava de 8 a 10 horas diárias, com trabalho também aos sábados, segundo o jornal do sindicato<sup>16</sup>. Em algumas fábricas, como a Intrepida, a jornada podia ser de 12 horas diárias<sup>17</sup>. Em sua entrevista, José Luis dos Santos relatou que sua jornada de trabalho, na pequena Indústria Mecânica Castelo, era de 8 horas. Na Villares, Osmar Gotardi fazia regularmente horas extras e recebia o pagamento correspondente, o mesmo ocorrendo com João Troglílio na Metalúrgica Paulista. Nem sempre, porém, as horas extras eram pagas, recaindo sobre a firma Prodec S.A. denúncia desse procedimento. Assim, nas metalúrgicas também se praticavam as “pequenas furtadelas de minutos”.

As jornadas de trabalho podiam ser prolongadas, em alguns casos, de maneira brutal. Em um artigo de agosto de 1958, Eugenio Champ de-

12 Dossê Dops 50-Z-315-301.

13 Conferir Almeida, 1981, pp. 200, 214; dossê Dops 50-Z-315-278.

14 “Abolição da cláusula da assiduidade”, *O Metalúrgico*, nº 146, set., 1955, p. 8.

15 Nortur, Opinião Alheia, *O Metalúrgico*, nº 89, jul.-ago., 1950, p. 16.

16 *O Metalúrgico*, nº 95, abr., 1951, p. 4.

17 *O Metalúrgico*, nº 125, out., 1953, p. 9.

nunciava jornadas de 24 e mesmo 36 horas ininterruptas na Siderúrgica J. Aliperti<sup>18</sup>.

Em 1961, na Metalúrgica Stella, em Guarulhos, trabalhava-se de 12 a 16 horas contínuas — com entrada às 6h30 e saída às 22 horas. Aos sábados a empresa funcionava das 6 horas às 17 horas, e aos domingos, das 6 horas às 12 horas<sup>19</sup>.

A luta por migalhas de tempo — que acumuladas representavam significativo incremento na massa de mais-valia — pode ser vislumbrada pela reivindicação formulada em *A Seda* — jornal de luta dos trabalhadores da tecelagem de seda —, produzido por um núcleo de fábrica do PCB. A publicação clamava, em 1952, pela volta de um antigo costume: a liberação cinco minutos antes do horário da saída para se lavar as mãos. Desde que essa norma fora suspensa, muitos passaram a perder os horários dos trens<sup>20</sup>.

Os conflitos em torno dos horários ficaram particularmente intensos com a crise de energia que se verificou em São Paulo, no começo dos anos 1950. Eram, então, frequentes os cortes do fornecimento de energia elétrica, aparentemente sem maior planejamento, implicando interrupções repentinas da produção. Os patrões não queriam pagar as horas paradas e exigiam que os operários ficassem à disposição, esperando a volta da energia. No mesmo exemplar de *A Seda* mencionado, encontramos numa matéria protestos contra o fato de operários e operárias permanecerem muitas vezes por 15 horas à disposição para trabalhar, recebendo apenas por 8 horas.

Na metalúrgica Irmãos Spina, situada à Rua do Hipódromo, nº 720, uma maneira de eliminar alguns “poros” da jornada de trabalho foi trans-ferir a “chapeira” com os cartões de ponto do portão de entrada para as seções, “a fim de obrigarem os trabalhadores a entrar 20 minutos antes”, como denunciou o jornal pecebista *Notícias de Hoje*, em sua coluna Pa-norama das Fábricas. Assim, em vez de o operário ter o seu tempo com-putado para o pagamento do salário a partir do momento em que entrava

na firma, isso só ocorria praticamente quando já estava ao pé da máquina e começava a trabalhar.

Também se extraía a mais-valia nas formas de registro do trabalho por tarefas. Equivalente às “pequenas furtadelas de minutos” na remuneração por tempo de trabalho, os artificios empregados para não pagar parte das peças no sistema de trabalho por tarefa eram muitos. As operárias metalúrgicas da estamparia Caravelas, por exemplo, denunciavam o uso de um sistema irregular de marcação das peças produzidas “sem que os trabalhadores saibam se produziram 10, 20 ou 50 mil peças”. Seguindo as trabalhadoras, “além de marcarem a produção a seu bel-prazer, o que sempre é menos do que produzimos, quando entendem, suspendem operárias, alegando fraca produtividade, o que não pode ser provado”<sup>21</sup>.

Na Assembleia Geral metalúrgica realizada a 27 de fevereiro de 1955, José de Araújo Plácido, vice-presidente do sindicato, denunciava que, na Fundação Bugre, os operários faziam 100 peças, e o patrão descontava o correspondente a 50, alegando falhas. O mesmo ocorria na Silex, Fundação Brasil e outras. Quando o operário reclamava seus direitos, era sus-penso ou demitido<sup>22</sup>.

## 2. A luta contra o aumento da exploração da força de trabalho

Como observa Collistete, os conflitos trabalhistas foram particularmente agudos na indústria têxtil, em consequência dos “ajustamentos no pro-cesso de trabalho nesse setor”. O autor apresenta alguns exemplos: na Tecidos Elmi, cerca de 60 mulheres operavam 200 máquinas. Com a automação, a empresa determinou que o mesmo número de máquinas passaria a ser operado por apenas 10 operárias. As tecelãs que se opuse-ram ao que consideravam uma sobrecarga de trabalho foram sumaria-mente demitidas. Conflito semelhante ocorreu em 1951 na empresa Tex-

18 Eugenio Champ, *O Metalúrgico*, nº 172, ago., 1958, p. 4-1

19 “O que se passa nas empresas”, *O Metalúrgico*, nº 203, p. 3.

20 Dossidé Dops 50-Z-315-114

21 *O Metalúrgico*, nº 152, maio, 1956, p. 6.

22 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 27 fev., 1955, p. 164.

tila, quando as trabalhadoras se levantaram contra a exigência de operarem com quatro máquinas em vez de duas. Foram iniciadas negociações e, afinal, as tecelãs concordaram com o aumento da carga de trabalho, aparentemente mediante um aumento salarial, mas 12 foram demitidas (Co-listete, 2001, p. 168).

Em sua minuciosa pesquisa sobre Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho, entre 1942 e 1966 (sic), referentes a conflitos entre patrões e empregados da indústria têxtil, Almeida verificou que uma das estratégias patronais para demitir por “justa causa”, eximindo-se de pagar as indenizações devidas, era alegar “indisciplina”, como previsto na lei. Um dos comportamentos de operários(as) apresentados como indisciplina era a recusa a trabalhar com os teares em maior velocidade sem compensação salarial ou a trabalhar com mais teares: “Em regra, os tecelões recusavam-se a tocar mais teares, mesmo quando isso não implicava em redução imediata de salário, alegando aumento de esforço físico, sempre negado pelas empresas” (Almeida, 1981, pp. 160, 163).

Na Fábrica de Tecidos Labor, situada na Mooca, ocorreu um interessante exemplo de luta vitoriosa contra a intensificação da exploração da força de trabalho, com o recurso à greve e intervenção de vereadores, da Justiça do Trabalho e da DRT.

No dia 23 de agosto de 1957, um discurso na Câmara Municipal trata da greve na Fábrica de Tecidos Labor contra a imposição às tecelãs de operarem com quatro teares em vez de dois. O vereador Agenor Mônaco subiu à tribuna da Câmara para denunciar:

Fui procurado por um grupo numeroso de trabalhadores da Fábrica de Tecidos Labor. Reclamam eles contra a direção daquela fábrica que no ato de diminuir o pagamento com os seus operários aumentou o número de máquinas aos que trabalham por tarefas, sem, entretanto, haver a necessária compensação pelo maior trabalho por ele empregado [...].

Na Fábrica de Tecidos Labor, situada no bairro da Mooca, tecelãs tiveram as suas tarefas aumentadas ao dobro, pois trabalhando com duas máquinas, estão agora com quatro máquinas cada uma, sendo que a produção aumentou, aumentando os lucros da fábrica, mas não há nenhum respeito às cláusulas contratuais de trabalho, que deveria exigir uma compensação pelo esforço maior despendido, melhor remuneração pelo trabalho realizado.

Nessa consonância, protestamos desta tribuna contra a Fábrica de Tecidos Labor, esquecida que está da necessária harmonia entre o capital e o trabalho, esquecida que as tecelãs são criaturas, antes que empregadas, criaturas humanas, que precisam do respeito mínimo às suas condições físicas [...].

Apresentei requerimento solicitando a constituição de uma comissão de vereadores que possa se entender com o sr. Delegado Regional do Trabalho, a fim de que, como mediadores e intermediários, possam agir neste caso verdadeiramente angustioso para aquela população de empregados da Fábrica Labor<sup>23</sup>.

O *Trabalhador Têxtil*, jornal do sindicato da categoria, informou, em agosto de 1958, portanto um ano após o pronunciamento do vereador, que as operárias da Labor haviam sido vitoriosas no processo movido contra a empresa, julgado na 13ª JCI (Junta de Conciliação e Julgamento), sendo reintegradas e anulada a alteração contratual que as obrigava a trabalhar com quatro teares: um perito da DRT apresentou um laudo concluindo que as operárias não suportariam o trabalho com quatro teares<sup>24</sup>.

Observamos aqui mais um caso de resistência ao processo de “reestruturação” na indústria têxtil. Há, claramente, um choque de interesses e valores, como é possível deduzir pelo discurso do vereador Agenor Mônaco. Quando este afirma, de maneira confusa, que “não há nenhum respeito às cláusulas contratuais do trabalho, que deveria exigir uma compensação pelo esforço maior despendido, melhor remuneração pelo trabalho realizado” (grifo nosso), não parece estar se referindo ao contrato formal de trabalho, mas sim ao código subjacente de “valores morais” vigentes, que também regulava a relação entre empregados e empregadores. É interessante observar que esse trecho do discurso coincide quase literalmente com aquilo que Adriano Duarte sintetiza como componente da noção de justiça expressa pelos trabalhadores nos anos 1940: “retribuição proporcional à dedicação e sofrimento despendidos no trabalho”. Assim, cabe deduzir que esse código costumeiro, construído no contexto do Estado Novo — e provavelmente com raízes anteriores —,

<sup>23</sup> Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 236ª sessão, 23 ago., 1957, vol. 17, p. 383.

<sup>24</sup> A Justiça do Trabalho por sentença, O *Trabalhador Têxtil*, ago., 1958.

era socialmente aceito ainda no final dos anos 1950, de tal forma que as noções ligadas a racionalização, modernização, mercado, produtividade, concorrência, que poderiam ser evocadas para defender a medida adotada pela Fábrica Labor, não são lembradas por nenhum parlamentar. Na Justiça do Trabalho, a defesa dos interesses empresariais também parece não ter tido maior acolhida. O Tribunal decidiu, como ocorreu em muitos outros casos, a favor dos trabalhadores, com o respaldo de um laudo pericial da DRT.

A notícia informa que as operárias “foram reintegradas”, o que permitia supor que tenham sido demitidas ou suspensas como punição pela luta empreendida. A notícia descortina uma das possíveis táticas defensivas dos trabalhadores diante do avanço das consequências desumanas da “racionalização industrial”: o acionamento da Justiça. Nesse sentido, cabe registrar que o juiz Gilberto Barreto Fragoso declarava, em agosto de 1957, que, desde alguns anos, verificava-se um aumento incessante de processos na Justiça do Trabalho, mas, continuava, “deve-se ressaltar que ultimamente tem ultrapassado todas as previsões, principalmente no ano em curso”. Em 1951 haviam sido iniciados 11.837 processos nas 7 Juntas de Conciliação e Julgamento da capital. Em 1955 esse número havia mais do que dobrado: 24.448 processos foram iniciados, e 3 novas juntas entraram em funcionamento. Em 1957 estimava-se que entrariam 40 mil novos processos. O juiz Gabriel Moura Magalhães, por sua vez, apontava uma das causas daquele crescimento: estavam ocorrendo numerosas demissões, especialmente no ramo de fiação e tecelagem<sup>25</sup>.

Ora, a grande procura pela Justiça do Trabalho significa que o processo de reestruturação acelerava-se, atropelando a legislação trabalhista e gerando conflitos como os que acabamos de analisar. Mas significa também que um grande número de trabalhadores via, no apelo à Justiça do Trabalho, um caminho válido para a defesa de seus direitos, e não sem razão.

As empresas metalúrgicas também passavam por processos de reestruturação. Em outubro de 1956, a adoção de um esquema “taylorista” de controle da produção na Metalúrgica Arouca gerou graves conflitos.

A empresa resolvera implantar um “sistema de ficha de produção assinada”. A ficha estabelecia, aparentemente, metas a serem cumpridas e deveria ser assinada pelo operário. O não cumprimento dos objetivos era causa suficiente para demissão: “Se hoje um operário produz cem peças e amanhã, por doença ou defeitos nas peças, produzir 50, poderá ser demitido”, informava a reportagem do *Última Hora*. O procedimento parecia tão injusto que a matéria jornalística frisava: “segundo nos parece, isto não existe em lugar algum”. Os trabalhadores, com mais razão, não viram com bons olhos a novidade e recusaram-se a assinar as fichas. Imediatamente 150 deles foram suspensos: “Formou-se, então, uma comissão de 60 pessoas para visitar o *Última Hora* e tomar outras providências. No jornal, denunciaram que a empresa contratara um advogado, Carlos Raposo Jordão de Magalhães, encarregado de convencer os empregados a colaborar. Durante sua peroração foi interrompido por um operário que lhe dirigiu uma pergunta, talvez pouco amigável ou de tal forma incômoda que o trabalhador foi demitido sumariamente. Ofendidos com a medida, os operários resolveram fazer uma greve de duas horas em solidariedade ao colega. O Sindicato dos Metalúrgicos foi procurado e designou advogado para defender os trabalhadores, assim como convocou deputados, que se dirigiram à indústria para tratar do assunto com seus dirigentes<sup>26</sup>.”

Vê-se que a resistência às tentativas de intensificação da exploração da força de trabalho com a adoção do sistema de fichas, preconizado por Taylor, foi imediata. A surpresa pela adoção desse tipo de controle expressava-se tanto na reação dos operários quanto no registro do jornal *Última Hora*. Como vimos em outros episódios, a primeira iniciativa dos trabalhadores foi formar uma comissão para negociar. Não alcançando êxito, ficava estabelecido o impasse, fazendo-se necessária a entrada em cena dos mediadores: advogados, entidades sindicais e, eventualmente, parlamentares e jornais.

As novas tecnologias e processos de trabalho parecem ter exigido, em muitos casos, uma intensificação da luta também por organização e higiene nas fábricas, muitas delas instaladas em espaços inadequados e

<sup>25</sup> “Ascende sem cessar o número de processos na Justiça Trabalhista”, *Última Hora*, nº 1.653, 10 de outubro de 1957, 2º Caderno, p. 7.

<sup>26</sup> “Suspensos os empregados da Metalúrgica Arouca”, *Última Hora*, nº 1.381, 4 out., 1956, 1º Caderno, p. 8.

insalubres. Na indústria têxtil, o calor, a umidade e a insalubridade provocados por matérias-primas, corantes e pelo vapor das caldeiras causavam constantes doenças aos trabalhadores, sendo a tuberculose a mais comum. Mas as metalúrgicas, consideradas "o setor sujo" da produção industrial, não fugiram à regra. As condições de trabalho tendiam a ser piores nas empresas que praticavam um padrão "bárbaro" de gerenciamento de força de trabalho.

Foi possível neste estudo identificar três padrões de gerenciamento da força de trabalho: o paternalista, o taylorista e o "bárbaro". O primeiro era o mais tradicional, correspondendo ao caráter familiar das indústrias mais antigas, ou das empresas pequenas, respaldando-se na presença real ou simbólica do dono na fábrica e no estabelecimento de relações pessoais entre este e seus empregados. O segundo foi implementado pelos setores mais modernos, tendo como referência o modelo norte-americano e, como polos de organização, instituições como o Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), o Senai e o Sesi. O terceiro parece ter sido a alternativa dos setores mais fracos do capital e caracterizava-se pelo descumprimento da legislação trabalhista, pelo uso da violência, pela dilapidação da saúde dos trabalhadores. Tratava-se do "regime sem direitos" (Faria, 1986, p. 48). Não estamos falando aqui de "tipos ideais", mas de tendências nos padrões de administração adotados por diferentes setores empresariais, dependendo de fatores diversos.

Em outubro de 1953, *O Metalúrgico* publicou matéria intitulada "Siderúrgica Intrepida, Vulcão do Inferno", resultado de contatos frequentes com a comissão de operários daquela empresa, descritos como jovens norte-destinos em sua maioria. "Para o observador que vê naquele ambiente impregnado do ruído das caldeiras, o calor sufocante das fornalhas, o cheiro do aço e da fuligem, aquilo mais se assemelha a um autêntico 'vulcão do inferno', denunciava o jornal. A comissão da Intrepida reunia-se todas as semanas no sindicato "para discutir os seus problemas e traçar os seus planos de lutas", e havia conseguido eleger um de seus membros, o metalúrgico José Dias, para participar do III Congresso da FSM (Federação Sindical Mundial), ligada à URSS e aos Partidos Comunistas em Viena.<sup>27</sup>

Em 1955 o jornal do Sindicato dos Metalúrgicos publicou matéria sobre más condições de higiene e segurança do trabalho, dessa vez na Indústria Brasileira Eletrometalúrgica S.A., a pedido de um empregado que visitara a redação do jornal. Segundo o operário, a indústria não fornecia luvas de lona para o serviço de movimento de barras de ferro, sendo o trabalho executado com as mãos, "o que constantemente produz sérios ferimentos naqueles que se ocupam de tal tarefa". A respeito das condições de higiene, prosseguia a matéria:

Alega mais ainda o referido associado, que as condições higiênicas das instalações sanitárias são bastante péssimas, particularmente as da seção de Trefilação, que vivem constantemente com entupimentos, causando assim o aparecimento de detritos das privadas, além do mau cheiro exalado, resultante do pouco caso da firma em mandar proceder reparos urgentes. Caso se confirme a denúncia, está com a palavra a DRT e o Serviço de Higiene e Saúde Pública.<sup>28</sup>

Em setembro de 1958, foram veiculadas novas denúncias sobre as más condições de higiene e segurança em indústrias metalúrgicas e, junto com elas, apresentadas informações sobre um dos recursos previstos na legislação trabalhista para colir procedimentos "bárbaros" na gestão do trabalho: a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa).

A partir de março de 1961, começou a ser utilizada uma técnica mais agressiva de denúncia. Na coluna Ronda das Indústrias, foi publicada uma lista das dez firmas mais relaxadas, elaborada a partir das reclamações encaminhadas ao sindicato e dos processos trabalhistas iniciados na Justiça. Naquela edição, o *ranking* era liderado pela Grassi S.A., seguida pela Manoel Ambrósio Filho S.A., Sofunge, Conexões de Ferro Foz, Souza Noshese, Cia. de Parafusos e Metalúrgica Santa Rosa, Fundação Brasil, Metalúrgica Alberto Pecorari, Trivelato e Nadir Figueiredo.

A iniciativa parece ter tido grande repercussão, mas não se repetiu. Na edição seguinte, na coluna Ronda das Indústrias, o responsável informou que haviam sido recebidas na redação "numerosas comissões de

<sup>27</sup> "Siderúrgica Intrepida, Vulcão do Inferno", *O Metalúrgico*, nº 125, out., 1953, p. 9.

<sup>28</sup> "Reclamações contra a Indústria Brasileira Eletrometalúrgica S/A", *O Metalúrgico*, nº 142, maio, 1955, p. 8.

trabalhadores de empresas que desejam apontar as firmas onde trabalham como uma das "10 firmas mais relaxadas"<sup>29</sup> e, portanto, era necessário "agir com critério": "Estamos procedendo estudos para a devida publicação, o que confessamos ser bastante trabalhoso, visto ser inúmeras indústrias que merecem figurar na lista do 'SOÇARTE' operário das 'dez mais'". Para que não pairassem dúvidas sobre o critério de escolha de cada uma das empresas incluídas, era publicada uma reportagem sobre a segunda colocada, Manoel Ambrósio Filho S.A., fabricante das máquinas de costura Leonam<sup>29</sup>.

É de todo provável que a ofensiva de denúncias tenha contribuído para a deflagração da greve no dia 27 de abril de 1961, na unidade da Manoel Ambrósio Filho S.A., situada à Rua Faustolo, onde se localizava a parte central dos sete conjuntos industriais que constituíam a empresa. A paralisação trouxe a público os sofrimentos que os operários e operárias vinham padecendo no "laboratório secreto da produção", omitidos, por exemplo, quando, cinco anos antes, a empresa comemorou a confecção de sua centésima milésima máquina de costura, fato saudado por *Última Hora* como "um atestado de maioridade e vitalidade da indústria brasileira". Naquela reportagem, as máquinas Leonam eram apresentadas quase como estandartes da nacionalidade: "Leonam, a máquina de costura 100% nacional que rivaliza, por suas excepcionais qualidades técnicas, com as melhores estrangeiras"<sup>30</sup>. Em 1961 os trabalhadores resolveram cobrar sua parte.

A greve foi precipitada pelo não pagamento dos vales (parte do salário antecipado na primeira quinzena do mês). Os operários foram reclamados e acabaram presos pela polícia, convocada pelo empresário. Irompente, a greve que vinha amadurecendo nas reuniões realizadas no Sindicato dos Metalúrgicos com representantes de cada uma das seções da empresa.

Segundo *O Metalúrgico*, os operários resolveram pôr fim "ao regime escravista que vem predominando naquela empresa desde a sua fundação,

cujos empregados nunca respeitaram as leis do país, as autoridades (Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho, Juizado de Menores) e a dignidade humana do trabalhador". Também denunciaram a vigência de um "regime terrorista aplicado pela direção da empresa, usando a polícia para intimidação e até agressões físicas pelos seus capangas, contra qualquer operário que resolvesse protestar isoladamente"<sup>31</sup>.

A greve era apresentada como uma vitória da organização e da união sobre a força patronal e as próprias dificuldades dos trabalhadores, decorrentes do fato de estarem dispersos pelos vários conjuntos industriais e serem, em sua maioria (dois terços), menores de idade. Os trabalhadores da Rua Faustolo constituíram uma comissão e o sindicato acionou a DRT, conseguindo realizar uma mesa-redonda com a presença da comissão, de representantes da empresa e diretores do sindicato — Aldo Lombardi, Afonso Delellis e José de Araújo Plácido.

Ao cabo de 3 horas de reunião, algumas conquistas foram alcançadas: no prazo de 30 dias, foram os patrões obrigados a cumprir medidas relativas a higiene e segurança do trabalho, dispostas em um memorando. Seria formada uma comissão de inquérito integrada por um engenheiro e um médico do Serviço de Higiene e Segurança do Trabalho, dois inspetores do Serviço de Fiscalização e um comissário de menores, indicado pelo juizado, com a incumbência de promover "uma devassa completa nas irregularidades da empresa a fim de integrá-la no rigoroso cumprimento da legislação do trabalho". Essa medida era saudada como inédita na história das lutas sindicais.

O médico responsável pelo Departamento Médico do Sindicato desempenhava um papel importante na luta da classe por melhores condições de higiene no trabalho. Em dezembro de 1955, o doutor Diogo Munhoz participava de uma assembleia metalúrgica, apresentando explicações sobre uma doença pulmonar provocada pela aspiração de pó em ambiente fabril, concluindo que todos deveriam lutar para que fossem "devidamente instalados em suas seções de trabalho os competentes aspiradores de pó, para evitar contraírem essa enfermidade"<sup>32</sup>.

<sup>29</sup> "Ronda nas indústrias", *O Metalúrgico*, nº 199, abr.-maio, 1961, p. 2.

<sup>30</sup> "Lançada a 100.000 máquina Leonam", *Última Hora*, nº 1.380, 30 out., 1956, 1º Caderno, p. 3. [Trata-se de informe publicitário.]

<sup>31</sup> "A Leonam parou!...", *O Metalúrgico*, nº 199, abr.-maio, 1961, p. 4.

<sup>32</sup> *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 9 jan., 1955, p. 159.

As condições de higiene não eram melhores nas indústrias têxteis, mesmo nas maiores. Em abril de 1954, o jornal *Notícias de Hoje* informava que 50 operários da seção de pano do Cotonifício Crespi se dirigiram ao sindicato contra descontos no salário e a sujeira imperante na fábrica. "Aquilo é um chiqueiro", garantiam. Resolveram se organizar em comissão "e se dirigiram ao gerente, Frederico Montes, vulgo Faísca, e reivindicaram seus direitos". Foram sugeridos dois encaminhamentos: abertura de um processo contra o Cotonifício, por meio do Departamento Jurídico do Sindicato, e o comparecimento em peso à assembleia que seria realizada no dia 21 de abril<sup>33</sup>.

Segundo Maria Sallas, duas graves enfermidades contraiadas pelas operárias têxteis eram a bronquite — decorrente da aspiração de pó de matérias-primas como o algodão — e a surdez. No primeiro caso, esclarece a ex-operária: "depois de muita luta e muita batalha, algumas empresas já começaram a montar uma espécie de chuveirinho dentro da empresa, então aquele pó vai soltando, vai ficando úmido"<sup>34</sup>.

Além das más condições de higiene, ainda se notava a falta de cuidados com a segurança do trabalhador. A marcha acelerada da industrialização brasileira havia outorgado ao Brasil o título de campeão mundial de acidentes do trabalho no pós-guerra. Com justa razão, os sindicatos desconfiavam da ocultação de muitos acidentes e mesmo de mortes nos locais de trabalho. O combate aos acidentes começava, portanto, com a publicidade dos casos. Na edição de abril-junho de 1958, *O Metalúrgico* garantia terem ocorrido 24 mortes por acidentes de trabalho em São Paulo no primeiro semestre daquele ano, com base em pesquisa realizada nos jornais. Como se sabia que muitos acidentes não eram divulgados, a estimativa "na opinião de pessoas abalizadas" era de que chegavam a ocorrer dois acidentes por dia na cidade<sup>35</sup>.

As precárias condições de segurança no trabalho talvez tenham sido um dos fatores importantes para a construção de uma imagem pública negativa dos empresários até o começo dos anos 1960, frequentemente

denunciados na imprensa — sindical ou não — como escravistas, tubarões, nazistas, exploradores.

Em setembro de 1956, o Sindicato dos Metalúrgicos tentou dar uma resposta mais organizada ao "grande número de reclamações que temos recebido em nosso sindicato sobre a higiene do trabalho e o registro em nosso Departamento Médico de uma infinidade de doenças profissionais": convocou, para os dias 15 e 16, uma Conferência dos Trabalhadores Metalúrgicos sobre a Prevenção de Acidentes, com o objetivo de pressionar as autoridades a cumprirem a portaria nº 175, que regulamentava as Cipas, geralmente monopolizadas pelos representantes patronais<sup>36</sup>.

A conferência, organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos, talvez tenha sido preparatória para a participação no II Congresso Nacional das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho. Esse evento realizou-se pouco depois, em novembro de 1956, em Niterói, patrocinado pela Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho do Ministério do Trabalho, com o seguinte tema: "I — Meios e métodos educacionais que as Comissões Internas devem utilizar visando à prevenção de acidentes; II — Primeiros socorros às vítimas de acidentes; III — Acidentes devidos a eletricidade e por irradiação ionizante"<sup>37</sup>. A participação em eventos como este, promovido pelo Ministério do Trabalho, talvez fornecesse aos sindicatos armas para lutar contra algumas das causas dos acidentes, mas parece também ter suscitado discussões sobre quem era responsável por eles. As estatísticas oficiais, ou uma certa interpretação delas, pareciam sugerir que os acidentes eram, em 80% dos casos, resultado da falta de atenção do próprio operário.

Algumas grandes empresas, como a Villares, parecem ter observado com mais rigor as normas de segurança, fornecendo uniformes, equipamentos, mantendo enfermaria e ambulatório e permitindo um trabalho mais eletivo da Cipa. Segundo Duryal Gomes, funcionário da Villares-Atlas:

Timha Cipa, a Cipa era rigorosa, isso eu me lembro, ninguém descia na área industrial sem uma coisa de segurança e os operários lá de certos seto-

33 *Notícias de Hoje*, nº 715, 3 jun., 1954, p. 6.

34 Entrevista com Maria Sallas, realizada em 14 de novembro de 2005, cedida ao Centro de Memória Sindical.

35 "Vidas que se perderam", *O Metalúrgico*, nº 170, abr.-maio-jun., 1958, p. 6.

36 *O Metalúrgico*, nº 155, ago., 1956, p. 2.

37 "II Congresso Nacional das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho", *O Metalúrgico*, nº 158, nov., 1956, p. 8.

res usavam óculos de segurança, para todo mundo era obrigatório: o cara que trabalhava, fosse torneiro mecânico, pintor, o diabo a quatro (sic), [usava] óculos de segurança, bem como protetor de ouvido também<sup>38</sup>.

Os sindicatos parecem ter valorizado as Cipas como parte de uma estratégia mais ampla para forçar os empresários a cumprirem as leis. No 1º de Maio de 1953, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Remo Forli, entregara a Getúlio Vargas, em Volta Redonda, extenso memorial em que era reivindicada do governo federal, entre outras coisas, a indicação ao governo de São Paulo da necessidade de criar mais duas Varas de Acidentes de Trabalho, pois a única que havia já não respondia à procura<sup>39</sup>. O caminho judicial era, também, valorizado como forma de punir empresários responsáveis por acidentes graves.

Os trabalhos das Cipas eram aproveitados, também, como fonte de ensinamentos para os próprios operários no que se referia à segurança no trabalho. Assim, na edição de julho de 1954, *O Metalúrgico* divulgava trabalho apresentado à VII Convenção dos Presidentes das Cipas sobre o uso de máquinas de furar<sup>40</sup>.

Na indústria têxtil, um dos acidentes mais frequentes ocorria quando as lançadeiras se soltavam. Segundo Maria Sallas:

Havia acidentes, claro que havia acidentes, havia muitos acidentes, porque, se uma lançadeira, que é o que leva o fio pra lá e pra cá — hoje nem se usa lancaadeira, quase não se usa, hoje é um jato de vento que leva e traz — [...] então se ela solta, por qualquer coisa arrebenta o fio e solta qualquer coisa, ela pode ir na cabeça, uma pegou nos pés, atingiu o calcanhar, arrebentou com o pé; então são muitos, tem muitos problemas, muitos problemas mesmo, e tem que enxergar bem [...], era, fio muito fino, tem que enxergar muito bem<sup>41</sup>.

Portanto, a luta contra os acidentes no trabalho poderia dar-se no âmbito da empresa, recorrendo-se às Cipas, quando existiam e atuavam,

ou na formação de comissões para negociar itens referentes à segurança. Caso as negociações internas não surtíssem efeito, poderia se procurar a grande imprensa — o *Última Hora*, por exemplo —, a imprensa operária — *Notícias de Hoje* — ou o sindicato. A publicação de denúncias talvez intimidasse os patrões ou chefes em alguns casos, permitindo o encaminhamento de soluções — como podemos deduzir pelo impacto de reportagens mais contundentes como aquela sobre as “dez mais relaxadas”. Eventos como o congresso das Cipas ou a conferência sobre prevenção de acidentes certamente difundiam informações sobre cuidados a serem tomados no processo de trabalho; como também sobre formas de lutar pela observância de medidas de segurança. Quando as partes — patrões e empregados — não chegavam a um acordo, podiam ocorrer paralisações do trabalho ou tentativas de acionar a fiscalização da DRT, o que esbarrava em grandes dificuldades.

Em dezembro de 1950, na coluna Opinião Alheia, Nortur dava seu testemunho sobre a eficácia da fiscalização: nos dez anos em que trabalhava nas indústrias de São Paulo, tendo passado por seis empresas de grande porte e duas pequenas, nunca observara presença eficiente da DRT:

Dos meus superiores sempre ouvi essas palavras: “Os fiscais do Departamento a semana passada estiveram aqui, isto é, no escritório, batendo um confortável papo, tomando um café, discutindo futebol ou política”. De meu mestre ouvi isto: “Os tais estão aí, mas jogo com quem quiser que não descem aqui, para ver em que condições estão os micrórios e privadas”. E foi dito e feito. Que vão, vão, mas que fiscalizam é mentira, pura, grossa e lavada<sup>42</sup>.

Assim, uma luta permanente travou-se pelo exercício de efetiva fiscalização do Estado sobre as condições de trabalho e segurança dentro das indústrias. Além da inoperância de alguns fiscais, como denunciado nas linhas acima, outras dificuldades se apresentavam: eram 15 mil fábricas na cidade de São Paulo, tornando difícil a fiscalização e mesmo a investigação das causas dos acidentes e orientação sobre formas de prevenção. Eram poucos os profissionais especializados em engenharia sa-

38 Entrevista realizada em 2005, cedida ao Centro de Memória Sindical.

39 “Reivindicações dos trabalhadores metalúrgicos”, *O Metalúrgico*, nº 120, maio, 1953, p. 9.

40 “Prevenção de acidentes do trabalho nas oficinas mecânicas — Trabalho organizado e apresentado à VII Convenção dos presidentes das Cipas”, *O Metalúrgico*, nº 122, jul., 1953, p. 10.

41 Entrevista realizada em 14 de novembro de 2005, cedida ao Centro de Memória Sindical.

42 Nortur, Opinião Alheia, *O Metalúrgico*, nº 92, dez., 1950, p. 6.

niária e higiene industrial, denunciava o Sindicato dos Metalúrgicos<sup>43</sup>. O Sindicato dos Têxteis, por sua vez, reivindicava ao Ministério do Trabalho um incremento no número de inspetores do trabalho no estado de São Paulo<sup>44</sup>. Em 1961 a DRT contava com apenas 120 inspetores em todo o estado<sup>45</sup>. Mesmo quando a fiscalização era exercida e as multas lavradas, outro obstáculo antepunha-se: o valor das penas era irrisório, estimulando os patrões a persistirem nas fraudes. Segundo reportagem do *Última Hora* de agosto de 1961, o Serviço de Fiscalização da DRT havia feito cerca de 50 mil autuações às indústrias de São Paulo por infração das leis trabalhistas (sem esclarecer em que período). Faltavam registros de empregados, o pagamento do salário mínimo não era respeitado, não era feito pagamento de seguro por risco de vida ou acidentes do trabalho, as jornadas eram excessivas e menores de idade eram explorados. Estas eram as infrações mais comuns, sendo as indústrias têxteis identificadas como as mais recalcitrantes. Entretanto, “quando a DRT lhes aplica multas, comparem-se em pagá-las, eis que de valor irrisório e continuam a explorar seus empregados”<sup>46</sup>. É preciso destacar que a regulação do trabalho promovida pela CLT defina direitos e controles, mas, sem a organização operária e as lutas, os patrões continuavam a se comportar como se a lei não existisse.

As pressões dos sindicatos de trabalhadores sobre a burocracia do Ministério do Trabalho parecem ter surtido efeito em dois sentidos:

- 1) obrigaram os agentes do poder público a um compromisso mais efetivo com a fiscalização;
- 2) conquistaram espaço para a participação de representantes sindicais nas ações fiscalizadoras.

Podemos constatar o primeiro tipo de resultado em matéria publicada no jornal dos metalúrgicos, em abril de 1952, segundo a qual o diretor

43 Paulo Corrêa, “Técnicos em higiene industrial”, *O Metalúrgico*, nº 110, jul., 1952, p. 4.

44 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 4 dez., 1955, p. 155v.

45 P. Antônio, “Multas irrisórias transformam as leis trabalhistas em letra morta”, *Última Hora*, nº 2.869, 4 ago., 1961, 1º Caderno, p. 4, coluna Cidade Altiça.

46 *Ibidem*.

da Divisão de Fiscalização do Ministério do Trabalho declarava-se em “estado de inquérito administrativo permanente”. Isso significava que receberia em seu gabinete “qualquer reclamação ou denúncia presente, pretérita ou futura, pois é propósito do governo elevar os padrões na fiscalização das leis trabalhistas, moralizando-as, tornando-as mais eficientes e, tanto quanto possível, educativas”<sup>47</sup>.

Quanto à participação dos sindicatos nas ações fiscalizadoras, encontramos referências ao assunto desde 1953, quando a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) coordenou a formação de comandos de fiscalização mistos, integrados por inspetores do trabalho, um representante do sindicato dos trabalhadores e outro do sindicato patronal para atuar na capital e no interior. “A medida visa criar um clima de compreensão capaz de propiciar um perfeito entendimento na defesa dos diversos interesses em jogo, harmonizando pontos de vista da fiscalização, do trabalhador e do empregador”, explicava o jornal dos metalúrgicos num espírito de construção da “paz social”<sup>48</sup>. Entretanto, a noção do que significava “paz social” para os empresários não coincidia com a da DRT e os comandos de fiscalização mista foram recusados em nome da manutenção da “disciplina fabril” e da própria “harmonia entre capital e trabalho” (Colistete, 2001, p. 98).

Em julho de 1954, *O Metalúrgico* informava sobre a elaboração, no Ministério do Trabalho, de anteprojeto de lei, permitindo que os presidentes de sindicatos fiscalizassem o cumprimento das leis do trabalho com as mesmas regalias dos fiscais da DRT<sup>49</sup>. Em novembro de 1963, portanto nove anos depois, o ministro do Trabalho, Amauri Silva, prometia atender “antiga e justa reivindicação dos líderes sindicais” e, finalmente, apresentar um anteprojeto, elaborado pelo Ministério, permitindo a participação dos sindicatos na fiscalização da obediência às leis do trabalho. Veio o golpe civil-militar e esse projeto ficou entre as muitas perdas sofridas pela classe trabalhadora com o fim do período democrático<sup>50</sup>.

47 “Recomenda rigor na fiscalização das leis trabalhistas”, *O Metalúrgico*, nº 107, abr., 1952, p. 10.

48 “Comandos de fiscalização das leis do trabalho”, *O Metalúrgico*, nº 125, out., 1953, p. 5.

49 “Fiscais do trabalho e presidentes de sindicato”, *O Metalúrgico*, nº 133, jul., 1954, p. 4.

50 “Ministério propõe revisão salarial cada 3 meses”, *Última Hora*, nº 3.565, 2 nov., 1963, p. 1.

## 3. Luta de mulheres e jovens

Nesse processo de lutas, coube às mulheres denunciar as desigualdades nas relações de trabalho e as medidas necessárias à proteção feminina em locais, horários e trabalhos inadequados às condições físicas da mulher.

Como vimos no capítulo 1, a participação da mulher na composição da força de trabalho industrial em São Paulo cresceu significativamente no decorrer da Segunda Guerra, reduzindo-se um pouco nos anos 1950. Essa expansão apresentava novas questões relacionadas às condições e relações de trabalho. Problemas como creches, amamentação, formação profissional, atribuição de tarefas, hierarquias salariais, participação nos sindicatos, desafiavam o empregariado e o movimento sindical de modos diferentes. Para este último, tratava-se de “descobrir” a questão feminina, elaborá-la de alguma forma e apresentar respostas às demandas daquelas que, na divisão do trabalho quanto ao gênero, saíam perdendo.

Entretanto, os sindicatos constituíam-se em espaço masculino e a abertura à participação das mulheres mostrou-se parcial e contraditória<sup>51</sup>. Assim, o movimento sindical fez chamados à participação das mulheres, mas deixou-as praticamente excluídas das diretorias das entidades<sup>52</sup>; realizou congressos e conferências específicos de mulheres, mas destinou sua participação aos “departamentos femininos” dos sindicatos, onde era ensinado corte e costura, decoração de bolos, bordados, noções de puericultura, arranjos florais e, também, como lutar pela legislação trabalhista. A contradição de entidades controladas por homens representaram a luta de mulheres contra as desigualdades revela-se bem no fato da coluna Só para Mulheres, mantida em *O Metalúrgico*, ser assinada pelo vice-presidente, José de Araújo Plácido...

Os chamados à participação feminina nas assembleias sindicais foram muitos, apresentados em muitas ocasiões por mulheres sindicalistas, como

Maria Sallas na assembleia têxtil de 21 de abril de 1953<sup>53</sup>, ou Ólivia Maciel de Souza na assembleia metalúrgica de 21 de abril de 1954<sup>54</sup>, mas, em 1961, um artigo de Maria Ribas do Rio, publicado em *O Metalúrgico*, assinalava a “eterna ausência” das metalúrgicas nas assembleias e no sindicato<sup>55</sup>. De fato, o sindicato parece não ter sido um espaço de participação muito apreciado pela maioria das mulheres. Joel Wolfe (1993, p. 31) lembra que as comissões de fábrica organizadas e controladas por mulheres eram preferidas, mesmo porque ali era possível discutir assuntos poucos frequentes nas assembleias sindicais, como o assédio sexual de mestres e contramestres. É provável que o movimento contra a carestia tenha canalizado melhor do que qualquer outro a participação política feminina no período, decorrendo disso, também, sua importância.

Cabe lembrar a significativa atuação do Partido Comunista na promoção da participação feminina na vida sindical e política, ainda que alocando preferencialmente em campanhas contra a carestia e contra a guerra (Pena, 1981, pp. 209, 211).

Apesar de ser o sindicato uma entidade enraizada na sociedade patriarcal, talvez pelo fato de, idealmente, representar o conjunto dos trabalhadores na luta contra as consequências do regime salarial e — até certo ponto — da organização capitalista da produção, e por ser uma referência para a mobilização operária e popular em geral, ele tenha sido, também, um espaço para a elaboração e organização de demandas e lutas femininas específicas. Nesse sentido, é digno de nota a quantidade de conferências e encontros de mulheres organizados pelos sindicatos no período<sup>56</sup>.

De todas essas conferências, a mais bem documentada é a I Conferência das Mulheres do Setor Metalúrgico, realizada nos dias 28 e 29 de abril de 1956, com resultados bastante positivos a julgar pelas resoluções tomadas, específicas e representativas de necessidades decorrentes da

51 Márcia Mendes de Almeida (1981, p. 70) observa que, apesar da ampla prevalência

de mulheres na composição da força de trabalho, “o Sindicato dos Têxteis era um Sindicato de e para homens, que aceitava mulheres como associadas”.

52 No período estudado (1950-1964), apenas uma mulher, Olinda Marcellia Jardim, da Estamparia Caravelas, ocupou cargo secundário em diretorias metalúrgicas. Nos têxteis houve uma participação feminina um pouco maior, mas quase sempre em cargos secundários: suplentes da Diretoria e do Conselho Fiscal.

53 Dossiê Dops 50-Z-315-159.

54 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 21 abr., 1954, p. 122.

55 Maria Ribas do Rio, “A mulher metalúrgica”, *O Metalúrgico*, nº 203, out.-nov., 1961, p. 4.

56 A discussão sobre a sociedade patriarcal é desenvolvida em alguns dos artigos constantes em Kartchewski-Bulport, 1987.

condição da mulher trabalhadora. Segundo *O Metalúrgico*, "foram se sucedendo na tribuna diversas mulheres, cada uma apresentando as suas reivindicações denunciando inclusive as arbitrariedades cometidas nas firmas". O principal alvo foi a Estamparia Caravelas S.A., que descumpria "todos os dispositivos da Lei". Uma extensa pauta de reivindicações específicas de mulheres foi elaborada, postulando, entre outras coisas, o cumprimento do artigo 461 da CLT, que garante salário igual para trabalho igual sem distinção de sexo; a obrigatoriedade de que todas as fábricas com mais de cem trabalhadoras mantivessem creche; o aumento dos períodos de amamentação previstos na CLT de meia hora para uma hora por período; o cumprimento do artigo 396 da mesma lei, segundo o qual os períodos de amamentação deveriam coincidir com o horário do almoço. As resoluções indicavam, ainda, a necessidade de oficiar ao Ministério do Trabalho, à DRT e à Comissão de Legislação Social da Câmara Federal, a fim de que fosse reconhecido, como direito das mulheres, três faltas consecutivas por mês, sem desconto do salário e sem necessidade de apresentação de atestado médico. Reivindicavam-se, ainda, a extensão dos direitos assegurados na CLT às empregadas domésticas; a instalação de posto médico em cada bairro, com visitadoras, educadoras e higienistas que dessem assistência efetiva às mulheres trabalhadoras e seus filhos; a fiscalização por parte da DRT das empresas que não contratavam mulheres casadas ou impediam que suas funcionárias se casassem — como, por exemplo, a Phillips, que não aceitava mulheres casadas e as que se casavam depois de contratadas eram demitidas se engravidassem. Várias propostas visando à ampliação da participação feminina nos sindicatos e outras entidades ou instituições relacionadas aos interesses das trabalhadoras e trabalhadores foram, também, aprovadas: recomendação a todos os sindicatos e associações operárias para que criassem departamentos femininos; solicitação ao Ministério do Trabalho para inclusão de uma representante da mulher trabalhadora nas comissões do salário mínimo; orientação para que, nas próximas eleições sindicais, fossem incluídas mulheres nas chapas das diretorias, nos conselhos fiscais e demais órgãos dirigentes dos sindicatos; recomendação a sindicatos, associações e outras organizações para que, em suas eleições ou na escolha de delegados para reuniões, obedecessem "à proporção de trabalha-

doras nas empresas e, onde a maioria for de mulheres, seja eleita ou nomeada também maioria de mulheres"<sup>57</sup>. Tratava-se de uma sólida plataforma para a luta feminina. A eficácia da luta sindical na conquista desses itens, porém, não foi grande. Mesmo a ampliação da participação feminina na vida sindical parece ter permanecido somente no plano das intenções.

Outro campo aberto na luta sindical foi o da juventude, que, desprovida do direito à formação profissional, foi inserida no processo produtivo ainda em idade muito tenra (8 ou 9 anos) durante a República Velha e antes dos 14 anos, com autorização judicial, no período pós-Segunda Guerra.

No começo dos anos de 1950, os jovens das classes populares tiveram de lutar, assim como as mulheres, para abrir espaços em sindicatos controlados por homens adultos.

Na assembleia geral têxtil de 14 de março de 1954, foi formada uma comissão de jovens para lutar pela meia-entrada nos cinemas e outros divertimentos, por sugestão de Nelson Rusticci. Dela participaram Maria Zenobe R. da Silva, Maria Gazono, Verônica Calundi e João Lunçuf, apontando o predomínio de pessoas do sexo feminino entre trabalhadores menores de idade<sup>58</sup>.

Em janeiro de 1954, o metalúrgico Luiz Vergatti também propôs, numa assembleia, a formação de uma comissão para estudar, juntamente com a Diretoria, formas de reduzir em 50% o preço da entrada em todos os lugares de divertimentos para menores de idade<sup>59</sup>. Na assembleia de 7 de fevereiro, foi eleita uma comissão de sete jovens para fazer o trabalho<sup>60</sup>. No dia 19 daquele mês, a comissão reuniu-se no sindicato com a seguinte ordem do dia: discutir sobre o salário mínimo, o congelamento de preços, a redução de 50% nas entradas dos cinemas, praças de esportes e

57 "Resoluções da 1ª Conferência das Mulheres Trabalhadoras", *O Metalúrgico*, nº 152, maio, 1956, p. 2.

58 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 14 mar., 1954, p. 91.

59 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 24 jan., 1954, p. 115v.

60 Luiz Vergatti, "Os trabalhadores menores também lutam", *O Metalúrgico*, nº 130, abr., 1954, p. 4.

centros recreativos, preparar um festival em homenagem à Greve dos 300 Mil e organizar a comemoração do 1º de Maio<sup>61</sup>.

O mesmo Luiz Vergatti, que lançou em janeiro a campanha pela meia-entrada, ocupava as páginas de *O Metalúrgico* em abril para, em uma abordagem minuciosa, voltar à questão dos trabalhadores menores de idade. Reiterava a necessidade de trazê-los para a luta, pois, "na medida em que os jovens participem da vida sindical, através de comissões de empresa e do sindicato e sejam sindicalizados, melhor será para a conquista das reivindicações de todos os trabalhadores". Vergatti apresentou, então, um projeto de mobilização da juventude operária: o sindicato deveria ter "uma vida esportiva, recreativa e cultural, dando assim aos jovens a possibilidade de desenvolver o esporte e a cultura dentro do sindicato". Assinalou, ainda, que transformações do espaço urbano prejudicavam a prática de esportes: "Centenas de clubes varzeanos foram despejados dos seus campos, culpa exclusiva do Prefeito Jânio Quadros, em ação antiesportiva".<sup>62</sup>

A mobilização juvenil prosseguiu e, em um domingo de maio, realizou-se, no Teatro Colombo, no Largo da Concorórdia, a Festa dos 50%, promovida pela Comissão de Jovens Metalúrgicos em colaboração com a Comissão Coordenadora da "campanha pela redução de 50% nos ingressos de cinemas, teatros e praças de esportes para menores de 18 anos e estudantes e pelo congelamento de preços dos ingressos", da qual faziam parte vários sindicatos, a Federação da Juventude Paulista, estudantes universitários e secundários, organizações esportivas e recreativas<sup>63</sup>. Em julho foi realizado um torneio de futebol interfábricas de jovens, como parte da campanha pela meia-entrada, com a participação do Sindicato dos Têxteis<sup>64</sup>.

A questão da meia-entrada não era tratada isoladamente. Novamente Luiz Vergatti protestara, em assembleia geral metalúrgica, realizada em 5 de outubro de 1952, contra a lei que impedia os menores de idade votarem em assembleias do sindicato e propusera a formação de uma co-

missão "para melhor defender os direitos dos menores"<sup>65</sup>. De fato, a exclusão do jovem do contingente de votantes debilitava a coesão da classe e enfraquecia a capacidade de defesa dos menores de idade contra a superexploração de sua força de trabalho.

Essas questões podem ser vislumbradas pelo debate travado na assembleia metalúrgica de 25 de janeiro de 1953, quando já se organizava a campanha salarial que iria gerar a Greve dos 300 Mil. O plenário resolveu reivindicar um valor único de reajuste para todos: 800 cruzeiros, deixando de lado os índices percentuais que gerariam muitas distorções. O metalúrgico José Maia Ribeiro defendeu que se lutasse para que o aumento fosse, também, aplicado aos salários dos jovens. O presidente do sindicato, Joaquim Ferreira, propôs que para eles o reajuste fosse de 400 cruzeiros.

A assembleia metalúrgica de 13 de outubro de 1957, que aprovou o início da Greve dos 400 Mil, resolveu lutar pelo pagamento do salário mínimo integral para menores de idade, reivindicação também constante das resoluções da 1ª Conferência Estadual de Estudos e Defesa das Leis Sociais, realizada em fevereiro de 1956<sup>66</sup>. A ineficácia de muitas dessas mobilizações transparece no protesto de Aldo Lombardi, que, em reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos em março de 1959, afirmava, segundo a ata, "que o Sindicato nunca fez um movimento para a proteção dos menores, que trabalham, o que devemos fazer a partir de agora, e pediu autorização para apresentar um trabalho nesse sentido".

Assim, características da sociedade patriarcal, dispositivos legais, condições do mercado de trabalho e práticas de superexploração do patronato, contribuíam para delinear a questão social dos jovens trabalhadores. Os sindicatos esporadicamente deram ouvidos aos jovens, mas avaliações pessimistas, como a apresentada por Lombardi em 1959, sugerem que os resultados podem ter sido fracos.

61 *Notícias de Hoje*, nº 626, p. 2.

62 Luiz Vergatti, "Os trabalhadores menores..."

63 Dossie Dops 50-B-264.

64 *Ata da Reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 30 jul., 1954, p. 29.

65 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 5 out., 1952, p. 36.

66 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 13 out., 1957, p. 120v; "Importantes resoluções adotadas na Conferência Estadual de Trabalhadores", *O Metalúrgico*, nº 150, mar., 1956, p. 7.

4. *Luta contra o despotismo patronal*

As lutas travadas cotidianamente no chão da fábrica também se voltavam contra o despotismo patronal e seus agentes mais diretos: os mestres e contramestres. A insistência com que o regime reinante dentro das fábricas era qualificado como “escravagista”, tanto em jornais sindicais, como em depoimentos dos trabalhadores e trabalhadoras e mesmo na literatura especializada, chama a atenção. Formou-se uma convicção entre os trabalhadores de que, antes da “era Vargas”, vigorava um regime escravista nas fábricas, abolido pela legislação trabalhista. A violação dessa legislação era percebida como uma tentativa de retorno aos velhos padrões.

Essa percepção era estimulada pelo próprio Vargas, que, por exemplo, em maio de 1942, após a declaração de guerra contra o Eixo, dirigia-se aos trabalhadores para lembrar-lhes que não eram escravos, como as vítimas da ocupação nazista: a política trabalhista do Estado Novo tornara-os livres (Wolfe, 1993, p. 96).

Parece que a recepção desse discurso pelos trabalhadores se somava à experiência do trato com um empregariado cuja mentalidade, de fato, fincava raízes remotas nos tempos em que escravos trabalhavam lado a lado com trabalhadores livres nas indústrias têxtil, gráfica, em estaleiros e muitas outras<sup>67</sup>. Em 1963, José Albertino Rodrigues afirmava: “No período anterior a 1930, a concepção das classes dominantes com respeito aos problemas do trabalho não era muito diferente daquela que vigorava no período da escravidão”<sup>68</sup>.

O processo migratório do Nordeste para São Paulo, nos anos 1950, foi comparado por muitos, já à época, às histórias do tempo da escravidão (Fontes, 2008, p. 52). Em abril de 1959, *O Metalúrgico* veiculava uma denúncia mais específica: nordestinos estavam sendo vendidos como escravos em cidades de Minas Gerais; Ituitaba era a capital do tráfico e cerca de 70 caminhões chegavam todas as semanas. Os preços variavam de 2 mil cruzeiros a 5 mil cruzeiros<sup>69</sup>.

67 O recenseamento de 1872 informava a existência de 87,46% de trabalhadores livres, sendo o restante escravos, na indústria de São Paulo. Conferir Ribeiro, 1988, p. 31.

68 José Albertino Rodrigues, “Estrutura sindical brasileira”, *Revista do Dieese*, ano 1, nº 12, jan.-fev., 1963, p. 3.

69 Aldo Lombardi, “Saba que...”, *O Metalúrgico*, nº 179, abr., 1959, p. 4.

Em um artigo de junho de 1954, intitulado sugestivamente “Lembrai-vos, senhores, dos escravos do Brasil”, o metalúrgico Luciano Ramalho evocava a luta dos negros e sua conquista da “igualdade de trato”, e ameaçava os tubarões, mostrando que o proletariado de então sabia lutar pela igualdade e contra os salários de fome<sup>70</sup>.

A designação do regime reinante em algumas fábricas como “escravista” parece fazer parte da “teatralização” da opressão, condição para a exteriorização da revolta, como analisou José Sérgio Leite Lopes (1988, p. 216) para o caso da Tecelagem Paulista. O discurso atingia, simultaneamente, três sujeitos sociais: a própria classe trabalhadora, alertando para a violação dos limites aceitáveis na relação de exploração; os patrões, intimidando-os e, talvez, obrigando-os a mudar aspectos de sua mentalidade de classe; os agentes governamentais, estimulando sua intervenção em dois terrenos. No terreno mais restrito das condições de trabalho e no terreno social mais amplo, como aliados contra os “tubarões”, sendo este um dos significados da aliança populista. A “teatralização” da revolta contra regimes “escravistas” nas fábricas possivelmente fez parte do contexto que permitiu introduzir reformas nas condições de trabalho.

Outra designação atribuída ao regime fabril em algumas indústrias de São Paulo era a de “campo de concentração”. Em junho de 1961, a exploração de menores na Fundação Brasil S.A. é assim denunciada: “É por demais chocante que exista firma ainda em regime de campos de concentração dentro de uma nação livre e democrática”<sup>71</sup>.

A Metalúrgica Stella também é listada no rol das que recorriam a “métodos empregados em campos de concentração” pelo fato de adotar um sistema de marcar o nome e o número da chapa dos operários que tinham a necessidade de usar as instalações sanitárias<sup>72</sup>.

A persistência da comparação é, mais uma vez, parte da dramatização das relações de exploração, de forma a legitimar as reivindicações operárias e intimidar os patrões e seus agentes. Motivações mais específicas

70 Luciano Ramalho Vieira, “Lembrai-vos, senhores, dos escravos do Brasil”, *O Metalúrgico*, nº 132, jun., 1954.

71 “Regime de exploração desumana na Fundação Brasil S/A”, *O Metalúrgico*, nº 200, jun., 1961, p. 2.

72 “O que se passa nas empresas”, *O Metalúrgico*, nº 203, out.-nov., 1961, p. 3.

podem ter entrado, também, em jogo. A primeira seria a recuperação de um discurso “antieixo” que fora usado, nos anos de guerra, por centenas de metalúrgicos contra seus patrões, denunciados como inimigos de Vargas e simpatizantes do Eixo. Segundo Wolfe (1993, p. 117), as denúncias geravam investigações sobre as atividades políticas dos patrões, mas também sobre as condições de trabalho nas fábricas, equivalendo a uma reversão das ferramentas repressivas do Estado Novo contra os empresários. É possível que a retomada da imigração estrangeira nos anos do pós-guerra tenha acirrado conflitos de nacionalidades, como sugere Adria-no Duarte (1999, pp. 172-3). Também é certo que alguns ou muitos desses imigrantes estrangeiros ocuparam postos de chefia, acirrando ódios de classe misturados a componentes étnicos, como podemos verificar, por exemplo, nas denúncias contra o romeno Eide Strack — qualificado como “chefe” da Máquinas Têxteis Santa Cecilia —, acusado de tratar os subordinados como animais<sup>74</sup>. Na outra ponta do problema, temos, em alguns casos, o contato de operários brasileiros com imigrantes que haviam, de fato, passado por campos de concentração, o que pode ter despertado a sensibilidade para a semelhança entre o regime fabril e o regime nazista. No caso da Greve da Chapinha, ocorrida na Elevadores Atlas em março de 1961, este foi um dos componentes emocionais da explosão.

Naquela empresa, a partir de 1º de março — como parte de um processo mais abrangente de “racionalização” —, entrou em vigor um novo sistema, obrigando os trabalhadores a portarem crachás de plásticos (as “chapinhas”) com nome, número, seção em que trabalhavam e fotografia. O procedimento foi mal recebido. A entrevista por nós realizada com o metalúrgico Durval Gomes trouxe elementos esclarecedores tanto sobre a Greve da Chapinha como sobre as interfaces da experiência operária no Brasil, no pós-guerra com a dos campos de concentração:

A “chapinha” era um crachá de plástico, com a foto do camarada com o seu registro dentro da empresa, da seção, o número e foi um pandemônio aquilo, porque não queríamos aceitar esse tipo de coisa, era uma imposição

que a firma queria colocar [...] o sindicato interveio aí, e fizeram greve por causa da tal “chapinha”, greve por vários dias [...], inclusive essa greve acho que originou até a demissão de um gerente aí de área de fábrica que quis impor isso [...]. Parou tudo, até, eu não sei, a turma do escritório praticamente não aderiu tanto, mas a fábrica aderiu de cabo a rabo, uma adesão praticamente total [...], inclusive, uma história dessa da “chapinha” aconteceu com um senhor, acho que ele era holandês, um holandês mas de origem asiática, tinha a fisionomia assim meio asiática. Quando quiseram impor essa chapinha, ele falou: “Durval, tô chateado, cara, tô revoltado com isso”. Ele me mostrou o braço dele, tinha uns números no braço dele. Ele se chamava senhor Guilherme. Eu falei: “O que é isso aí, senhor Guilherme?” “Isso aqui é serviço daqueles bandidos, daqueles nazistas lá”. Acho que ele esteve em campo de concentração quando rapaz, o senhor Guilherme, ele era da área de engenharia industrial, muito boa pessoa, mas ele estava tão estarecido, tão chocado, tão humilhado, que ele falou assim: “Durval, eu não supporto esse tipo de coisa, eu já tenho isso aqui, eu passei uma humilhação terrível, agora esses caras querem me botar uma chapinha, me identificar também, eu não aceito!”. Ele estava revoltadíssimo, uma passagem que eu jamais esqueço. Murrilo, sobre isso aí [...] Eu não sei se eu devo comentar uma coisa com você aí, mas... é fogo, mas nós tivemos dentro da empresa lá, depois eu vou comentar com você..., existia um alemão, colocado acho que pela Diretoria da empresa, um alemão rígido na área de planejamento, trabalhou com a gente, um alemão de processos rígidos com os funcionários, exigente demais e, segundo se comentava dentro da empresa, esse cara era de origem nazista, sabe, tanto é que isso aconteceu em 1955, 1956, sei lá se esse cara veio foragido de lá<sup>74</sup>.

Revoltados com o novo regulamento, os trabalhadores acionaram sua comissão para abrir negociações, juntamente com o Sindicato dos Metalúrgicos, representado na ocasião pelos diretores Aldo Lombardi e José de Araújo Plácido<sup>75</sup>. Parece ter-se criado um impasse, e 8 membros da comissão foram suspensos, o que desencadeou uma greve, com adesão dos 1.500 trabalhadores, pela revogação da punição e contra a obrigatoriedade do uso da “chapinha”. As mudanças no controle dos funcionários eram atribuídas a 2 membros do Departamento de Produção, Jairo Ca-

<sup>74</sup> Entrevista realizada em 2005, cedida ao Centro de Memória Sindical.

<sup>75</sup> “1.500 metalúrgicos em greve”, *Última Hora*, nº 2.736, 2 mar., 1961, 2ª edição, p. 1.

A reinvenção da classe trabalhadora

valcanti e Moacir Mota, também acusados de não fornecerem uniformes nem leite aos trabalhadores em serviços insalubres, substituindo o líquido por "pílulas que causam desarranjos intestinais". A falta de uniformes era uma das causas da revolta contra a "chapinha": Se até então muitos trabalhavam de camiseta ou mesmo sem camisa, como a empresa podia exigir o uso de chapinhas?

No próprio 1º de março, a comissão de trabalhadores da Atlas e os diretores do sindicato estiveram na DRT para conversar com o delegado e o ministro do Trabalho, Francisco Carlos de Castro Neves, que estava despachando em São Paulo. Pediram a convocação da Atlas para uma mesa-redonda, o que ocorreu no dia seguinte, sem resultados positivos.



## 1.500 Metalúrgicos em greve



OS 1.500 operários da metalurgia Atlas, na demonstração com a greve, no dia 4 de março de 1961, em São Paulo. O delegado do sindicato, Francisco Carlos de Castro Neves, está ao lado do demonstrador. O demonstrador está segurando uma placa com o nome da greve: 'GREVE DOS OPERÁRIOS DA METALURGIA ATLAS'.

Figura 2 – A Greve da Chapinha, na Elevadores Atlas, ganha destaque na capa do *Última Hora*. Fonte: Arquivo Jornal *Última Hora*, Arquivo do Estado de São Paulo.

Os trabalhadores, então, entraram em "estado de assembleia permanente", reunindo-se no sindicato. Este organizou a solidariedade das comissões de fábrica das metalúrgicas Útil e Mitec, que enfrentavam situações semelhantes. No dia 5, representantes de ambas visitaram o jornal *Última Hora* para manifestar solidariedade ao movimento da Atlas e informar que estavam organizando movimento de fúlpula à introdução das "chapinhas", que vinha sendo planejada na Útil.

No dia 4 de março, uma sexta-feira, a assembleia da Atlas resolveu organizar uma passeata de protesto, saindo da sede do sindicato, circulando pelas ruas da cidade e retornando ao mesmo local. Levaram caixões de Jairo Cayalcanti e Moacir Mota, velas e cartazes. Os deputados estaduais Luciano Lepera e Farabullini Júnior iam à frente. O endurecimento da Atlas estava fazendo aumentar a revolta: o policiamento ostensivo em frente à fábrica impedia que os trabalhadores se aproximassem a menos de 100 metros. "Precisamos mostrar que a na não lhes pertence", afirmavam os trabalhadores<sup>76</sup>. Um manifesto, "Aos trabalhadores e ao povo em geral", esclarecia que havia 40 anos os operários vinham produzindo utensílios de qualidade; que ganharam prestígio em todas as capitais brasileiras e da América do Sul. Não aceitavam o novo regime de identificação que "ao invés de melhorar só desprezava o valor dos trabalhadores, pois os mesmos são numerados como animais ou presidiários, ou melhor, uma máquina que a firma tem a seu dispor". O lema era: "Organizar e produzir e não humilhação e imposição"<sup>77</sup>.

Durante o fim de semana, as negociações iniciadas na DRT prosseguiram nos escritórios da Atlas, com a presença dos representantes sindicais, chegando-se, finalmente, a um acordo: os empregados voltariam ao trabalho sem usar as "chapinhas"; formar-se-ia uma comissão para estudar o assunto, seriam fornecidos dois uniformes para cada empregado, os dias parados seriam pagos e outra forma de identificação seria criada, aceitando-se sugestões dos operários. Se em 30 dias não surgisse uma alternativa viável, o uso da "chapinha" seria reimplementado, "figurando, entretanto, o nome em primeiro plano", esclarecia a reportagem do *Útil*.

76 "Passeata e enterro da Atlas: encontro na DRT adia solução", *Última Hora*, nº 2.738, 4 mar., 1961, 1º Caderno, p. 8.

77 "Paralisação e protesto na Atlas S/A", *O Metalúrgico*, nº 198, mar., 1961, p. 3.

ma Hora, que chamava a atenção para a revolta com a identificação por números<sup>78</sup>.

Quase um ano depois, na edição de junho-julho de 1962, o sindicato contabilizava como vitória sua a derrubada "da famosa 'chapinha' da Elevadores Atlas S/A (atualmente Villares S/A)". A Diretoria da empresa, afinal, concordara que o uso não se tornasse obrigatório. O fato, segundo a matéria de *O Metalúrgico*, "revolucionou a opinião pública nacional, pois repercutiu em São Paulo, foi falado em Minas Gerais, no grande Congresso Nacional dos Metalúrgicos e em seguida até a Brasília foi levado o assunto"<sup>79</sup>.

O profundo sentimento de indignação moral contra o uso de "chapinhas" de identificação não surgiu na Atlas em 1961. A julgar pelo comunicado redigido por um investigador do Dops sobre a assembleia de operários e operárias realizada em 16 de agosto de 1953, vinha de muito antes. Após apresentar o relato do que observara no encontro, anotou o agente:

Em seguida a operária de nome Júlia (da fábrica Crespi), em termos de exaltação começa atacando um Dr. Queiroz, classificando-o do maior inimigo dos operários e assim pede às suas companheiras que se rebelen contra ele. Disse que naquela fábrica os operários eram como cachorros, pois que nos seus peitos são obrigados a trazerem uma chapinha para facilmente serem identificados<sup>80</sup>.

Vimos que a implantação da identificação numérica era sentida pelos operários e operárias como uma medida que os reduzia à condição de animais, presidiários ou máquinas. Além de humilhante, facilitava o controle do trânsito do trabalhador pela fábrica e as delações. Parece que estamos diante de uma revolta contra a imposição de esquemas mais rígidos de disciplina, que, ao transgredirem certos limites informais de tolerância, deixavam entrever, de forma revoltante, a condição estrutural

de subordinação do operário à máquina e ao poder de outros Ecléa Bosi, citando R. Hoggart, lembra-nos que a vida operária é densa e concreta, e seu sentido principal é "estar no íntimo, no sensorial, no detalhe, no pessoal" (Bosi, 1973, p. 127). Assim, são os representantes dos patrões, o doutor Queiroz no Cotonifício Crespi, Jairo Cavalcanti e Moacir Mota na Atlas, o alvo imediato do ódio da classe.

Hoje, quando vemos trabalhadores transitando em seus horários de almoço pelas ruas portando crachás no peito ou pendurados no pescoço com naturalidade e já nos habituamos com o fato de sermos, em muitas situações, identificados por um número, devemos fazer um esforço para compreender um mundo anterior à massificação, à impessoalidade. Nesse tempo, a associação entre a exploração do trabalho e o controle racional-burocrático foi rejeitada como um método adequado e campos de concentração e não ao regime fabril.

O que estava em jogo em todas essas lutas eram as relações de poder no espaço fabril. Pode-se dizer que a disputa pelo controle desse espaço ocorria dia a dia, fábrica a fábrica, envolvendo toda a problemática do conhecimento teórico e prático dos processos de produção, os limites formais e informais da exploração da força de trabalho, a cultura fabril e as relações com as representações sindicais, o Estado, os políticos.

Uma das situações cotidianas em que mais se manifestava o conflito entre padrões e empregados dizia respeito ao uso dos banheiros. Qualificados por José Sérgio Leite Lopes como "lugares densos de sociabilidade", ao referir-se à Companhia Têxtil Paulista (CTP) dos anos 1950, e como "o grande fórum de agitação" por Hamilton José Barreto de Farias, ao referir-se às metalúrgicas dos anos 1970, de fato, era nos banheiros, longe do olhar dos patrões, mestres e contramestres, que se podia descansar, encontrar, trocar informações e organizar a resistência nos demais espaços da fábrica<sup>81</sup>. Consequentemente, a criação de dos gerentes e empregados para tentar controlar os usos do espaço do banheiro era proporcional aos esforços operários em sua preservação.

Já nos anos 1920, as idas aos banheiros eram cronometradas em firmas como a fábrica de paraquedas Santa Rosa (Wolfe, 1993, p. 14). Nos anos

78 "DRT homologa acordo da Atlas: suspensão o uso das chapinhas", *Última Hora*, nº 2.742, 9 mar., 1961, 1º Caderno, p. 14.

79 B. B. Guimarães, "Grande vitória da Diretoria", *O Metalúrgico*, nº 207, jan.-jul., 1962, p. 2.

80 Dossê Dops 50-Z-315-274.

81 Conferir Lopes, 1988, p. 340, 573; Faria, 1986, p. 146, 174; Abramo, 1983, p. 234.

1940, o mesmo ocorria na Tecelagem Jafet. Em 1953 a tecelagem Santa Celina era denunciada no *Notícias de Hoje* por manter dois inspetores controlando o acesso e o tempo gasto nos banheiros (Colistete, 2001, p. 170). Em outras empresas têxteis, era feito um controle com senhas.

Em *O Metalúrgico*, as denúncias não paravam: a firma Eletrolux retirou as portas da privadas, “obrigando os operários a satisfazerem necessidades fisiológicas em público”<sup>82</sup>; a mesma denúncia é feita em relação à fábrica de enceradeiras Bandeirantes Ltda.<sup>83</sup>. A Metalúrgica Stella marcava o nome e o número da chapa dos operários que iam usar os banheiros<sup>84</sup>.

Os alvos mais frequentes da luta contra o despotismo eram os responsáveis diretos pela manutenção da disciplina fabril: mestres, contramestres, chefes e encarregados. Em um artigo publicado em maio de 1953, o metalúrgico Emílio Manzano lembra, já no título, que “Não há paz social com diferenças...”, usando, portanto, o artifício de apontar a incoerência entre um discurso em que valores idealizados são parilhados — a paz social, no caso — e a realidade prática em que reinavam as diferenças. Os empresários são acusados de não saberem escolher seus auxiliares; geralmente “apadrinhados, incompetentes e, quando competentes, elementos alheios ao bom trato, ao bom senso e à compreensão”. Seriam arbitrários, nunca transigindo. Levavam aos superiores falhas menores de seus subordinados, “acreditando com isso obterem as boas graças de seus chefes”. O articulista recomendava, então, que os empresários selecionassem melhor seus “homens de vanguarda” tanto técnica quanto moralmente. O perfil adequado é delineado: “Elementos de caráter bem formado, persuasivos, que se coloquem à altura de suas atribuições”. Dessa forma estariam contribuindo “para a pacificação de grandes divergências em suas indústrias e cooperando para a paz social de nosso Brasil”<sup>85</sup>.

É interessante observarmos a apresentação de denúncias contra os agentes diretos da disciplina fabril em diálogo com os proprietários, que

estariam errando na escolha de seus auxiliares, dificultando assim a paz social e prejudicando mesmo o prestígio da empresa.

Em outras ocasiões — como é comum na imprensa sindical — avisos e ameaças eram dirigidos diretamente aos chefes, quando medidas consideradas autoritárias eram tomadas. Na Metalúrgica Paulista, o chefe Antonio Farid — sucessor de alguém referido como “o famigerado Nestor”, que fora obrigado a se demitir, “pois que a sua pele estava a prêmio” — advertiu com insultos um operário que faltara três dias consecutivos sem justificativa, sendo ameaçado pelo jornal sindical: “O Farid que ponha as barbas de molho, porque os trabalhadores da Metalúrgica Paulista sabem quando chega a hora de ‘bater na cangalha para o burro entender’”<sup>86</sup>.

As denúncias contra condutas desrespeitosas, violentas, prejudiciais ao convívio cotidiano na fábrica, adotadas por chefes em geral, parecem equivocar a uma tentativa de estabelecer algo como um “contracontrole” operário sobre palavras e gestos de seus superiores hierárquicos.

Os limites negociados e as formas sublimadas de expressão da violência algumas vezes se rompiam e se estabeleciam os enfrentamentos físicos, individuais ou coletivos — estes últimos nos momentos das greves e da ação dos piquetes e “contrapiquetes”<sup>87</sup>.

A luta pela “publicização” dos conflitos fabris e pela conquista de mudanças por meio da obtenção de nova legislação e por sua efetiva aplicação certamente não canalizava todas as energias geradas naqueles conflitos. Algumas formas de resistência se articulavam nos meandros do próprio “laboratório secreto da produção”, como resposta imediata, individual, visando estabelecer limites ou algum poder de controle sobre a intensidade da exploração e a disciplina no local de trabalho.

Diversos autores já se referiram a recusa de limpar máquinas gratuitamente, lentidão ou enguiços de máquinas provocados (Duarte, 1999, p. 185), faltas, mudanças de emprego, “vandalismo”, violências e furtos (Vieira, 1989, p. 18) como manifestações de um difuso comportamento de resistência à exploração.

82 “O que se passa nas empresas”, *O Metalúrgico*, nº 202, ago.-set., 1961, p. 3.

83 Arara Pua, “Futebol em família”, *O Metalúrgico*, nº 209, nov.-dez., 1962, p. 6.

84 “O que se passa nas empresas”, *O Metalúrgico*, nº 203, out.-nov., 1961, p. 3.

85 Emílio Manzano, “Não há paz social com diferenças...”, *O Metalúrgico*, nº 120, maio, 1953.

86 Arara Pua, “Futebol em família”, *O Metalúrgico*, nº 208, ago.-set.-out., 1962, p. 6.

87 A ideia dos piquetes operários como “contrapiquetes” ao piquete policial-empresarial é apresentada por Negro, 2004.

## 5. Campanhas salariais

Optamos, neste tópico, por organizar um quadro sinótico de forma a facilitar a visualização de informações que consideramos básicas a respeito das campanhas salariais promovidas pelos dois sindicatos em questão, de 1951 a 1963<sup>88</sup>. Dessa forma, será possível destacar do grande volume de informações disponíveis no material consultado aquilo que nos parece essencial para uma melhor compreensão da atuação dos sindicatos e das categorias em questão, nos momentos cruciais da luta salarial. Para tanto, selecionamos 5 temas a serem focalizados: a data em que se iniciou a campanha salarial, as reivindicações apresentadas, as formas de luta adotadas, as negociações empreendidas e os acordos obtidos.

Como é possível verificar, das 12 campanhas salariais organizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos, em 7 delas foram desencadeadas greves (1951, 1953, 1954, 1957, 1960, 1962, 1963), das quais 4 foram gerais (1953, 1954, 1957, 1963). Em outras 2 campanhas salariais (1959 e 1961), há menção ao encaminhamento unificado da luta com outras categorias. Nas 12 campanhas, a documentação faz menção explícita à organização de comissões centrais de salários (ou de greve) eleitas em assembleia. Em 9 delas, a documentação faz menção explícita à mobilização de comissões de fábrica ou delegados sindicais. Em 8 delas, há menção à realização de passeatas, manifestações ou atos públicos. Em 5 delas, há registro de enfrentamentos com a polícia, com prisões, invasão de sedes sindicais e espancamentos.

No caso dos têxteis, das 12 campanhas salariais em questão, em 5 foram realizadas greves (1951, 1953, 1954, 1957, 1963), todas elas gerais. Em 2 (1961 e 1962), há menção à participação em alianças com outras categorias em prol de aumento salarial. Em todas as 12 campanhas, a documentação refere-se explicitamente à formação de comissão pró-aumento de salários, eleitas em assembleia. Em 9 dessas campanhas, há menção à formação de comissões de fábrica ou referências explícitas à participação de comissões de fábrica no processo. Em 6 delas, há men-

ção à realização de passeatas, manifestações e atos públicos, e, em 4 delas, há registros de enfrentamentos com a repressão.

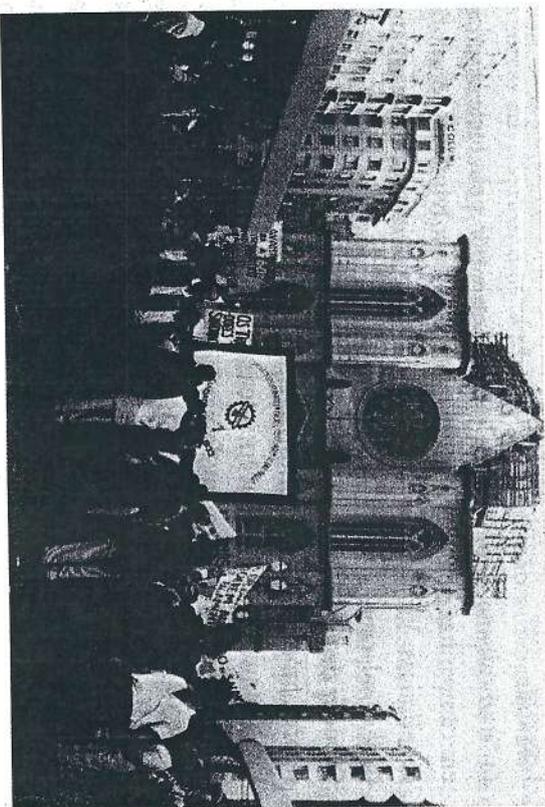


Figura 3 – Cena da Greve dos 300 Mil, em março de 1953, em São Paulo. Podemos ver, ao fundo, a Catedral da Sé sem suas torres, ainda em construção. A “comissão de frente” da passeata carrega painel com emblema do Sindicato dos Têxteis de São Paulo. Fonte: Arquivo Decops-SP, Arquivo do Estado de São Paulo.

Ora, esse exame mais minucioso das campanhas salariais vem reforçar a crítica empreendida por diversos trabalhos à noção de “sindicalismo populista”, que representaria uma prática de colaboração de classes, sustentada em uma estrutura subordinada ao aparelho de Estado e às “vicissitudes” das alianças da esquerda com o trabalhismo. Retomaremos aqui, abreviadamente, a discussão desenvolvida por Marcelo Badaró Mattos (1996, p. 58) sobre a noção de “sindicalismo populista”, pois a consideramos abrangente e correta<sup>89</sup>. Segundo esse autor, o debate sobre o “sindicalismo populista” se desdobra em quatro tópicos:

- 1) O “sindicalismo populista”, segundo seus críticos, seria inconsistente como organização, privilegiando entidades de cúpula, oficiais ou parciais. Vimos que, em todas as campanhas salariais, houve formação

<sup>89</sup> Ver também Delgado, 1986, p. 27; Weffort, 1972, pp. 12, 13.

de comissões de salário ou de greve eleitas em assembleia e, na maioria das vezes, foram feitos chamados à ativação das comissões de fábrica ou referências a sua participação direta no processo de mobilização.

2) O "sindicalismo populista" se caracterizaria por uma forte inserção em campanhas políticas e por um precário envolvimento com lutas econômicas. Vimos aqui sindicatos fortemente envolvidos em campanhas salariais.

3) O poder de mobilização do "sindicalismo populista" seria fraco nos setores modernos da economia e nas grandes empresas privadas. Vimos aqui uma mobilização intensa de metalúrgicos, indo à greve em 1951, 1960 e 1962, além da participação nas greves gerais econômicas de 1953, 1954, 1957 e 1963. A dificuldade de implantar o sindicato em empresas modernas parece decorrer mais das políticas de pessoal promovidas por elas e, possivelmente, de um controle mais eficiente sobre a força de trabalho.

4) Finalmente, o sindicalismo populista se caracterizaria por deixar em plano secundário o conflito entre capital e trabalho. Não parece, tampouco, ser o caso. O encaminhamento das campanhas salariais se processava entre sindicatos patronais e de trabalhadores com a mediação do Estado, como a documentação sugere, não havendo uma diluição dos conflitos e um conglomamento de classes nas instituições do Estado, em prol da "paz social", como pretendia o projeto corporativista.

Poderíamos, assim, parafrasear as célebres postulações de Weyffort sobre o "sindicalismo populista" à luz das novas reflexões e pesquisas: no plano da orientação, o sindicalismo do período 1950-1964 adota uma ideologia nacionalista com forte conteúdo social e se volta para uma política de reformas que acentua os antagonismos de classe; no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual: mantém-se "por cima" vinculado ao Estado e "por baixo" estritamente dependente da mobilização de comissões de fábrica, de greve e da solidariedade "horizontal" entre as diversas categorias; finalmente, em nível político, envolveu-se em um diversificado leque de alianças, com políticos, militares, setores

da burocracia estatal (do Poder Executivo ou Judiciário), entidades estudantis, de bairro, alianças estas tenazes, em geral, a conquistar direitos, manter liberdades sindicais, contrapor-se a ações repressivas, dividir as forças adversárias, mas também — embora não principalmente — a apoiar projetos de políticos populistas simplesmente simpáticos a esta ou aquela fração das direções sindicais (Weyffort, 1972, pp. 1.2, 1.3).

Vimos, ao longo das páginas anteriores, aspectos de uma luta persistente travada no chão da fábrica. Os conteúdos práticos do poder parecem ter sido disputados diariamente e palmo a palmo: uma luta pelo tempo, na qual cinco minutos faziam diferença; uma luta pelo espaço, na qual os usos do território dos banheiros poderiam definir o sucesso ou malogro da organização da resistência na fábrica; uma luta pelos gestos e palavras, na qual o comportamento de cordialidade ou rispidez significava dignidade ou humilhação; uma luta, enfim, pela extensão do controle sobre corpos, na qual o direito de pendurar um crachá no peito de alguém poderia soar como uma violação nazista. Tanto a legislação trabalhista quanto as denúncias da imprensa sindical e popular tinham o efeito de "dar publicidade" ao que ocorria no universo da fábrica diariamente.

De fato, o significado da publicização dos problemas fabris e do cotidiano dos bairros tem sido analisado por autores como Paoli e Duarte — este último recorrendo, mesmo, à ideia formulada por Habermas, da "constituição de uma esfera pública plebeia" para designar os desdobramentos desse processo (Duarte, 2002, p. 242). Queremos insistir um pouco mais nos possíveis significados sociais e históricos de toda a luta dos trabalhadores por controles sociais sobre a exploração de suas energias vitais e o despotismo patronal, pois nos parece que as reformas conquistadas "de baixo para cima" com essas lutas representavam componente fundamental de possíveis transformações políticas e sociais mais profundas.

Analisando a interpretação dialética da esfera pública em Marx, Habermas afirma:

*Se eles [referindo-se aos trabalhadores], como um público ampliado, avançam, no lugar do burguês, no sentido de se tornarem sujeitos da esfera pública, a estrutura desta terá de se alterar a partir de sua base. Assim que a*

massa dos não proprietários transforma em tema de *seu* raciocínio público as regras gerais do intercâmbio social, a reprodução da vida social torna-se, enquanto tal, uma questão geral e não mais apenas a sua forma de apropriação privada (1984, p. 153).

O que estamos sugerindo aqui é considerar a "publicidade" dada às situações cotidianas de exploração da força de trabalho no espaço fabril como um dos processos fundamentais que redefinem a fábrica como "espaço público" (Duarte, 1999, p. 142), "espaço de cultura, de produção simbólica" (Paoli, s.d., p. 93), forçando a mudança da esfera pública "a partir de sua base". Assim, a luta contra a exploração e o despotismo patronal, tendo como polos de organização os sindicatos, as comissões de fábrica, as intersindicais e como valores norteadores a dignidade do trabalhador, sua não escravização, a noção de "salários justos", constitui o primeiro eixo do grande movimento transformador que se constituía no período 1950-1964.

## AS GREVES GERAIS (1953-1957)

### *Lições da greve*

Essa multidão é o músculo da cidade. É ela a cons-  
trutora deste gigante de cimento e aço que se cha-  
ma São Paulo. Ela é tecelã, é metalúrgica, é gráfi-  
ca. Ela se compõe de marceneiros, de vidraceiros,  
de motoristas. Ela é quem produz, na maior cidade  
industrial da América do Sul. Há um mês, os ros-  
tos graves de desespero, este exército de operários  
parou. Era a greve. Os trabalhadores não podiam  
viver com os salários de fome a que estavam con-  
finados. E, simplesmente, exercitando um direito  
que a Constituição lhes confere, abandonaram as  
respectivas fábricas e oficinas\*.

As lutas do chão da fábrica, as campanhas salariais, as mobilizações nos bairros e os movimentos contra a carestia deram publicidade a um amplo conjunto de demandas e puseram em ação milhares de trabalhadores em São Paulo, mas foi nas greves gerais que esses trabalhadores se formaram e se apresentaram para a sociedade como sujeito coletivo. A resistência à exploração se vinculou a reclamos contra a carestia em movimentos que ocuparam as ruas, ganharam cores políticas e ameaçaram a ordem. Neste capítulo compararemos as três greves gerais mais importantes realizadas em São Paulo, no período 1953-1957, analisando as conjunturas políticas em que ocorreram, narrando e interpretando seu desenvolvi-  
mento e avaliando suas consequências.

\* A cidade parou", *Última Hora*, nº 356, 18 maio, 1953, p. 2.

## 1. A Greve dos 300 Mil

## 1.1. Conjuntura

Quando eclodiu a Greve dos 300 Mil, em 26 de março de 1953, o segundo governo Vargas entrava no terceiro ano de mandato. Embora buscado compor seu gabinete de forma conservadora, no âmbito sindical tratou de desvincillar-se da burocracia “ministerialista” formada no Estado Novo. Desde 1951, o Ministério do Trabalho vinha promovendo campanhas de sindicalização, apoiadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que, em seu jornal, constatava: “os associados haviam desertado dos respectivos quadros, deixando os sindicatos às moscas. Haviam perdido o interesse, porque não encontravam na vida pública nada que justificasse o trabalho e complicações dessas associações que se achavam relegadas a uma função meramente decorativa”<sup>1</sup>.

Também foram adotadas algumas medidas, afrouxando o controle do Estado sobre os sindicatos, sendo a mais significativa a abolição da exigência do “atestado de ideologia” para quem concorresse nas eleições sindicais, a partir de setembro de 1952. Tratou-se, porém, de concessão muito parcial, pois se manteve a exigência de um atestado de boa conduta, prova de nacionalidade e prova do efetivo exercício da profissão na base territorial nos dois anos anteriores ao registro da candidatura (Rodrigues, 1979, p. 107)<sup>2</sup>. Outra medida importante foi a promulgação da lei nº 18, de 1951, que anistiou os condenados e processados por motivo de greve. Joel Wolfe também aponta como significativo o fato de o governo federal ter recuperado a prerrogativa de indicar o delegado regional do Trabalho de São Paulo — transferida, desde 1933, para o empresário — e, portanto, de fiscalizar as relações laborais.

Por que teria o governo Vargas mudado sua política em relação aos sindicatos e ao movimento operário? É importante insistir que se tratou de uma distensão muito parcial e controlada. Basta lembrar que, em 5 de

janeiro de 1953, o governo fazia aprovar a nova Lei de Segurança Nacional (Lei nº 1.802), que definia como crime contra o Estado e a ordem política e social, por exemplo, a convocação de comício ou reunião pública desobedecendo às autoridades competentes e a distribuição “inequivocamente dolosa” de boletins ou panfletos subversivos (Abreu et al., 2001, p. 3.058). O governo Vargas parece aproximar-se bastante daquilo que podemos descrever como um governo “bonapartista”, que buscava legitimar-se atendendo simultânea ou alternadamente a interesses de diferentes classes ou grupos sociais. A aliança com a classe trabalhadora urbana fora ensaiada no final do “Estado Novo”: com o “queremismo”, e retomada na campanha presidencial de 1950. Uma vez no governo, Vargas encontrava sua relação com o movimento operário bloqueada por uma máfia sindical desmobilizadora e corrupta, que acabava por tornar os sindicatos elementos disruptivos, ao contrário do que deles se esperava<sup>3</sup>.

Por outro lado, a competição no campo sindical e político pelo apoio dos trabalhadores se intensificava. Em 1952, o PCB tomou oficialmente a decisão de voltar a atuar na estrutura sindical oficial — o que colocou na ordem do dia a disputa pela hegemonia no movimento operário. Na nova conjuntura, lideranças sindicais ligadas ao PCB, ao PSB, ao adernismo e ao janismo tomavam iniciativas e disputavam espaço. Apesar de não representar um projeto nacional-desenvolvimentista consequente que tivesse na mobilização popular um componente de sua prática política, o governo Vargas precisava, eleitoral e sindicalmente, de algum apoio operário, seja para proteger-se de ataques mais violentos das forças liberais de direita, seja para sustentar medidas nacionalistas, como a criação da Petrobrás ou a limitação da renessa de lucros.

A situação econômica, no início de 1953, começou a deteriorar-se, afetando as condições de trabalho e consumo da população. A taxa de inflação crescia ano após ano. Em 1952, foi de 11,6%; em 1953, de 21,4%; e, em 1954, chegou a 23,6% (Abreu et al., 2001, p. 5.961). Segundo a revista *Conjuntura Econômica*, de 1946 a 1952, os preços dos gêneros de

1 “Orientação acertada.” *O Metalúrgico*, nº 112, set., 1952, p. 6.

2 O “atestado de ideologia” era uma exigência do artigo 530 da CLT, que proibia a candidatura em eleições sindicais, daqueles que “professassem ideologias incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação”.

3 Baseio-me na análise de Daniel James (1999, p. 337), por sua vez inspirada em Richard Hyman, segundo a qual a excessiva passividade é tão disruptiva para as relações e os acordos estabelecidos quanto os descontentamentos excessivos, pois aquela também esvazia o sindicato de sua razão básica de ser.

primeira necessidade subiram 2,5 vezes; enquanto o salário médio industrial não chegou a dobrar (Costa, 1995, p. 169). Por mais que o governo Vargas se postulasse como promotor da harmonia entre as classes em prol de um projeto de desenvolvimento nacional, a dura realidade da inflação fomentava conflitos pela distribuição da renda e uma das poucas armas eficazes dos trabalhadores era a greve.

Algumas concessões do governo, ao invés de aplacarem os ânimos dos trabalhadores, estimularam uma espiral de mobilizações. Em dezembro de 1951, o governo promoveu o primeiro reajuste do salário mínimo em oito anos. No Rio de Janeiro e em São Paulo, seu valor nominal subiu de 380 cruzeiros para 1.200 cruzeiros. Mais importante foi a mediação do Ministério do Trabalho na greve dos têxteis cariocas, em janeiro de 1953, que possibilitou um acordo com a conquista de 42% de reajuste — bem menos do que os 60% reivindicados, mas, ainda assim, uma conquista. Dois meses depois, os têxteis de São Paulo davam início à Greve dos 300 Mil pelo mesmo índice de 60%.

Outra faceta da crise econômica, o déficit no fornecimento de energia, afetou seriamente a indústria paulista entre 1952 e 1953, atingindo diretamente o bolso dos operários. A indústria de energia elétrica funcionava na base de um regime de concessões, monopolizadas por empresas estrangeiras. As tarifas, porém, eram reguladas pelo Estado, limitando a margem de lucro e desestimulando novos investimentos na ampliação da capacidade geradora. No cotidiano fabril, havia constantes cortes no fornecimento de energia, com a paralisação dos trabalhos. As horas paradas não eram remuneradas, mas os empregados eram obrigados a permanecer na empresa até a volta da energia. Em suma, a jornada de trabalho aumentou, sem aumento de salários.

No plano macroeconômico, a situação complicava-se: em 1952 a balança comercial acusou déficit, invertendo uma situação positiva herdada do governo Dutra. O balanço de pagamentos também estava desequilibrado e a importação de equipamentos industriais começou a declinar, o mesmo ocorrendo com a própria produção industrial. A política cambial de Vargas afetava os setores agroexportadores, que se consideravam vítimas de um “confisco cambial” — gerando protestos e pressões sobre o governo. O cenário complicou-se com a mudança na Presidência nos

EUA. Em janeiro de 1953, o republicano Eisenhower substituiu o democrata Truman, pondo fim a uma política de financiamentos de governo a governo, que, através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, fomentara um projeto global de desenvolvimento econômico. A política para a América Latina começou a orientar-se por uma linha anticomunista e de combate aos movimentos sociais, liderada pelo secretário de Estado, John Foster Dulles.

#### 1.2 A Greve dos 300 Mil: desenvolvimento

Há diversas boas narrativas sobre a Greve dos 300 Mil, não cabendo aqui repetir o que já foi dito<sup>4</sup>. Apresentarei tão somente as informações básicas da duração, da abrangência e dos resultados econômicos e seguirei o percurso da greve analisando quatro aspectos específicos: o papel das organizações de base, a saída dos grevistas à rua, a tessitura de alianças e a constituição de um potencial bloco contra-hegemônico.

A Greve dos 300 Mil foi iniciada em 26 de março de 1953 e encerrada em 23 de abril — embora os gráficos tenham se mantido paralisados até o dia 27 —, durando, portanto, 27 dias. Envolveu têxteis, metalúrgicos, gráficos, vidreiros e marceneiros; 276 empresas foram paralisadas na capital e em algumas cidades do interior, como Taubaté. O movimento conquistou 32% de reajuste, a libertação dos grevistas presos e o compromisso de não descontar os dias parados.

A paralisação teve início em uma segunda-feira, um dia após a realização de eleições municipais, por iniciativa de comissões de fábrica têxteis do Brás e da Mooca. No dia 25, o movimento continuou ampliando-se “pela base”, e o Sindicato dos Têxteis teve que antecipar a assembleia do domingo, dia 29, para o próprio dia 25, quando a greve foi, então, iniciada oficialmente. O Sindicato dos Metalúrgicos, que indicara o dia 28 de março como último prazo para a apresentação de uma contraproposta patronal, também realizou uma assembleia geral extraordinária no dia 25, decidindo-se pela greve.

4 A Greve dos 300 Mil foi estudada em Moisés, 1978b; Costa, 1995, pp. 163-95; Silva e Negro, 2003, pp. 63-5; Barreiro, 1986; Wolfe, 1993, pp. 178-83; Colistete, 2001, pp. 11, 51, 170; Lopes, 1992, pp. 45-60; Welfort, 1972, pp. III.10-III.29.

Além das comissões de fábrica, as *comissões de solidariedade* também desempenharam um papel importante na construção da vontade coletiva para a greve<sup>5</sup>. Como lembra Barreiro, “esta comissão era composta de elementos que não mantinham cargos na direção dos sindicatos e foi muito importante no sentido de pressionar os trabalhadores para o desenvolvimento da greve” (1986, p. 94).

Cada categoria formou, também, a sua comissão central de greve, eleita em assembleia, integrada pelos elementos mais combativos e representativos. Vale lembrar que fora aprovada, em fevereiro, em uma reunião dos têxteis, a livre participação dos não sócios nas assembleias, desde que apresentassem suas carteiras profissionais, ampliando, portanto, a representatividade desses encontros. As comissões de greve de cada categoria, por sua vez, constituíram, no dia 10 de abril, o Comitê Inter-sindical de Greve, embrãõ da Comissão Intersindical do Estado de São Paulo (Cisesp), importante organização que começaria a articular-se já em setembro de 1953.

Além das comissões de greve, outras foram organizadas, constituindo um verdadeiro sistema de autogestão do movimento, responsável pela condução das diversas frentes de trabalho surgidas. Um comunicado do Dops fala, referindo-se aos têxteis, em “departamentos” subordinados à comissão central de greve: departamento de assistência médica, social, de piquetes. Outro relatório, provavelmente exagerando a complexidade da organização do movimento, refere-se a uma comissão central de greve e comissões de organização, finanças e abastecimento, propaganda, sindicalização, juvenil e feminina, piquetes, higiene e cozinha, informações e intersindical.

Portanto, é bastante clara e intensa a participação dos operários “de base” no movimento, dando vida a uma rede de comissões, capaz de envolver a Diretoria dos sindicatos, articular a coesão operária e a solidariedade popular, transmitir informações, promover propaganda e neutralizar propaganda do outro lado, estabelecer alianças e compromissos.

A *Greve dos 300 Mil*, como todo grande movimento popular, tomou as ruas, enchendo-as com passatas, manifestações, piquetes. Esse mé-

do de luta permitia a ocupação do espaço público, no qual a presença dos trabalhadores era considerada indesejável<sup>6</sup>, e a transformação dos conflitos vividos nas relações de trabalho em questões gerais, seja porque os grevistas apresentavam e representavam demandas que eram de todos os que viviam de seu trabalho, seja porque a greve associou a luta pelos salários à luta contra a carestia, tocando no nervo de uma reinvenção geral.

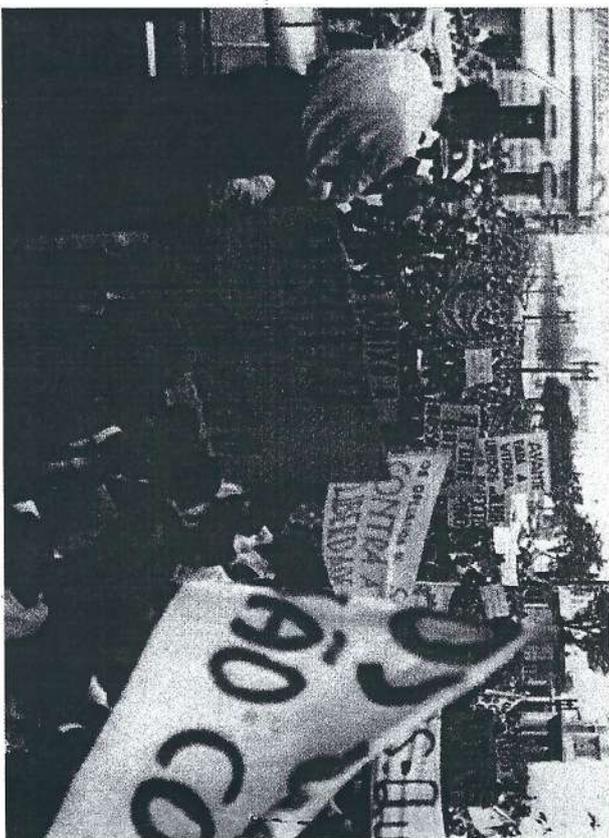


Figura 7 – Passeata durante a Greve dos 300 Mil. Fonte: Arquivo Dops-SP, Arquivo do Estado de São Paulo.

O embate para convencer os operários e operárias a ocuparem as ruas revela-se em um panfleto, convocando para um comício no Largo do São Francisco, distribuído durante a greve:

6 Maria Izilda Santos de Matos (2001, pp. 24, 45, 55) demonstra que a urbanização e a industrialização permitiram nova circularidade de homens e mulheres pela cidade, implicando a reação do Estado, da Igreja e a mobilização de saberes como a medicina, no sentido de estabelecer uma nova ordem urbana. Desde os anos 1920, os discursos higienistas, antialcoólicos e médicos pretendiam reeducar os homens, retirando-os do espaço público e fazendo-os retornar “para o seio da família”.

5 Sobre as formas de organização e funcionamento das comissões de solidariedade, ver capítulo 8.

Para a rua, têxteis!

Para a vitória!

Por 60%

Feijão a 7,00

Arroz a 8,00

Contra o racionamento de energia!

Pelas liberdades públicas!

Os patrões mandam a polícia dizer aos operários em greve para que fiquem

quiéinhos em casa. Nós devemos fazer ao contrário.

Vai para a rua, dizer ao povo que precisamos de sua ajuda.

Todos ao Lgo. de São Francisco, hoje, às 19 hs.<sup>7</sup>

Desde a fase preparatória da greve até o dia do seu encerramento, foram realizadas, pelo menos, seis passeatas. A primeira parece ter sido organizada pelos metalúrgicos no dia 6 de março, partindo às 18 horas da sede social do sindicato, na Rua Riachuelo, e prosseguindo até a sede da Federação das Indústrias, onde foi entregue memorial, exigindo "o aumento geral de 800 cruzeiros fixos para todos os integrantes da categoria."<sup>8</sup>

Na assembleia têxtil do dia 8 de março, o tecelão João Gerônimo propôs e foi aprovada a organização de uma passeata no dia 10, terça-feira, às 16 horas, saindo da sede do sindicato, na Rua Diapoque, em direção à sede do sindicato patronal, na Rua Formosa, para levar um memorial.<sup>9</sup> Teriam participado 8 mil operários e operárias, segundo parte da imprensa da época e alguns pesquisadores.<sup>10</sup> De acordo com o *Diário da Noite*, teriam saído do Sindicato dos Têxteis 5 mil trabalhadores e participado da passeata apenas 2 mil, pois a categoria estaria assustada com o aparato policial armado pelo Dops e a cavalaria da Força Pública, como também com o comunicado da DRT, orientando os traba-

lhadores a não comparecerem. Ainda segundo o *Diário da Noite*, "os manifestantes conduziam cartazes e disticos alusivos à carestia e à necessidade do aumento salarial, entoando dizeres da situação difícil por que atravessa a classe"<sup>11</sup>.

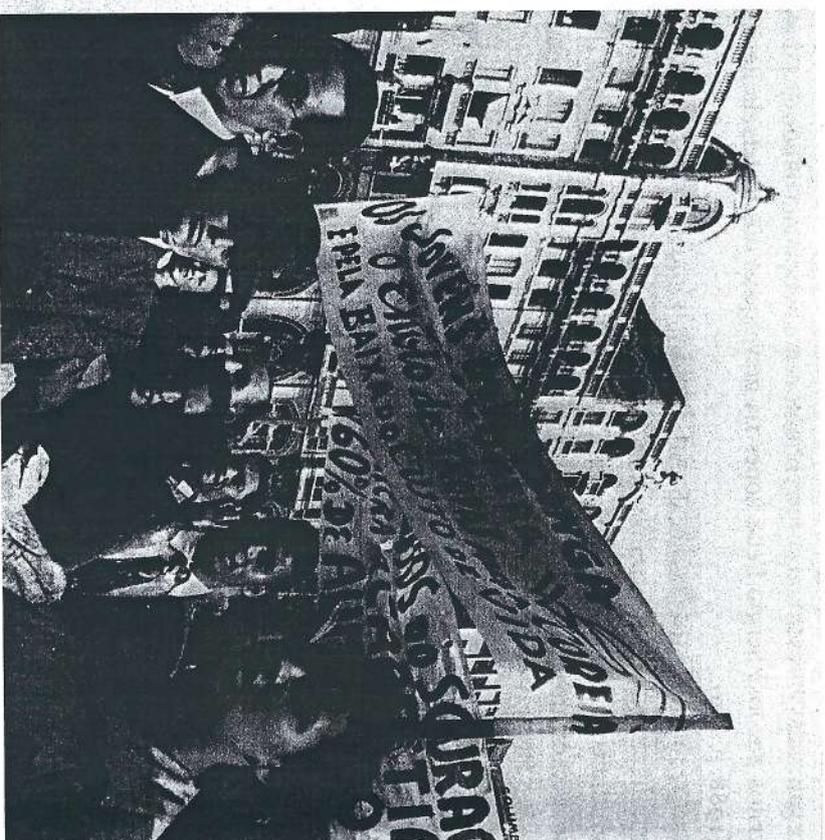


Figura 8 – Passeata na greve dos 300 Mil. Faixa traz palavra de ordem típica do PCB, "os jovens do Ipiranga contra o envio das tropas para a Coreia e pela baixa do custo de vida", ligando o tema da paz ao problema da carestia. Fonte: Arquivo Dceops-SP, Arquivo do Estado de São Paulo.

Alguns desses "dizeres" escritos em faixas e cartazes podem ser vistos nas Figuras 6 e 7, embora não possamos precisar se a imagem foi obtida nessa passeata ou em alguma outra. Dizem os cartazes: "Abaixo o desem-

7 Dossiê Dops 50-Z-315-222. Trata-se, provavelmente, do comício no qual os estudantes de direito manifestaram solidariedade à greve.

8 "Fioje a Passseata dos metalúrgicos", *Última Hora*, nº 297, 6 mar. 1953, 2ª seção, p. 5.

9 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 8 mar., 1953, p. 56. Um relatório de agente do Dops do dia 9/3/1953 informou que a proposta de realização da assembleia partiu de Antonio Chantorro e que contaria com a adesão dos metalúrgicos. Conferir dossiê Dops 50-Z-315-170.

10 Conferir Costa, 1995, p. 167; Welfort, 1972, p. III.14.

11 Dossiê Dops 50-Z-315-177.

prego”, “A fome bate às nossas portas”, “Lutamos pela subsistência”, “Avante para a vitória unidos na luta por 60%”, “Os jovens do Ipiranga contra o envio de tropas para a Coreia e pela baixa do custo de vida”, “Os trabalhadores têxteis saúdam o povo”. À frente do cortejo, mulheres carregavam bandeiras do Brasil. A realização dessas passeatas e a forma como eram organizadas apresentam surpreendente semelhança com os cortejos descritos por José Sérgio Leite Lopes na greve geral dos têxteis de Recife (1988, p. 400).

O ritual das passeatas encabeçadas por mulheres de branco, portando bandeiras, parecia sensibilizar a população, que manifestava, então, sua solidariedade. Segundo Maria Sallas: “A gente saía com a bandeira dos seus sindicatos na rua e todo mundo jogava dinheiro, era impressionante [...] Sempre com as faixas e com a bandeira do sindicato, ali o povo ia jogando dinheiro, por exemplo, a gente ia para a Praça da Sé, Rua Direita, XV de Novembro, Praça João Mendes...” Bônus elaborados pelos têxteis também apelavam para a solidariedade da população, com dizeres como: “Ampara teu irmão na luta pela subsistência. Contribui para a vitória da greve dos tecelões. 60% de aumento representa menos miséria em seus lares”<sup>12</sup>.

Oito dias depois da passeata do dia 10, realizou-se uma manifestação unificada de várias categorias que se encaminhavam para a greve, reunindo cerca de 60 mil pessoas. Denominada Passeata da Panela Vazia, a manifestação partiu do Sindicato dos Marceneiros, na Praça da Sé, e prosseguiu até o Palácio dos Campos Elísios, na Avenida Rio Branco, para entregar um memorial ao governador Lucas Nogueira Garcez. Segundo *O Estado de S. Paulo*, mais uma vez os manifestantes iam “conduzindo disticos e estandartes, os primeiros protestando *contra a alta dos preços* e os segundos identificando vários sindicatos e associações” (grifo nosso)<sup>13</sup>.

No dia 31 de março, já em plena greve, os trabalhadores tentaram realizar outra passeata, que teria saído do Sindicato dos Marceneiros, na Praça da Sé (Costa, 1995, p. 181; Moisés, 1978b, p. 85), ou do Salão das

Classes Laboriosas, na Rua Roberto Simonsen, onde se realizou uma assembleia de metalúrgicos (Lopes, 1992, p. 46). Estavam presentes trabalhadores têxteis, marceneiros, carpinteiros e parlamentares do PTB, PSD e PSP. A marcha, porém, foi impedida por um pesado contingente do Dops, da cavalaria da Força Pública, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Civil, usando cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo (Lopes, 1992, p. 46; Moisés, 1978b, p. 85).

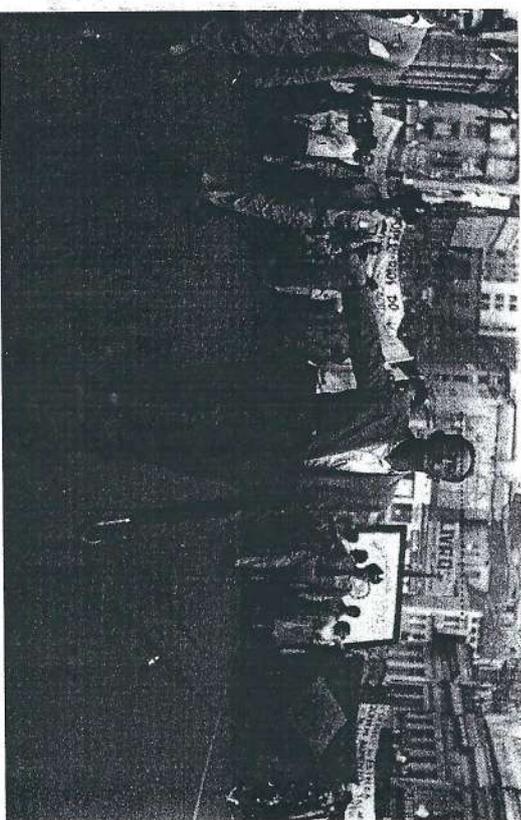


Figura 9 – Passeata durante a greve dos 300 Mil. Na tradicional “comissão de frente”, mulheres carregam a bandeira do Brasil. A anotação feita por algum funcionário do Dops faz alusão irônica ao PCB: “Prêmio Stalin”. Fonte: Arquivo Dops-SP, Arquivo do Estado de São Paulo.

No dia seguinte, 1º de abril, os vereadores se reuniram para avaliar os acontecimentos e tomar providências. A posição cautelosa do presidente dos têxteis, Nelson Rusticci, contrário à passeata, foi lembrada por Nicolau Tuma, da UDN: “O Presidente do Sindicato dos Têxteis formulou apelos aos trabalhadores em greve, para que não promovessem passeatas ou manifestações ostensivas”. Para o vereador, isso reforçava sua tese de que se estava buscando criar um clima favorável à intervenção estadual em São Paulo, retirando-lhe a autonomia recém-conquistada<sup>14</sup>. O vere-

12 Dossiê Dops 50-Z-315-231.

13 Citado por Costa, 1995, p. 168. Segundo Silva e Negro (2003, p. 63), a passeata do dia 18 “foi recebida com simpatia pela população e por parte da grande imprensa, sensíveis ao sério problema da carcerista”.

14 A eleição de 1953 foi a primeira para a Prefeitura de São Paulo desde a Revolução de 1930.

ador Agenor Lino de Mattos, do PSP, defendeu que era dever dos vereadores e deputados sair às ruas para ouvir o povo. Concordava que havia elementos interessados na “perturbação da ordem” e na “destruição da autonomia do município e da democracia” (sem esclarecer quem eram), mas estes não saíam à praça pública nem falavam claramente, à luz do dia, sobre a “verdadeira realidade da situação”, não existindo, portanto, razão para que os trabalhadores fossem “perseguidos na sua passeata pacífica”.

Na mesma sessão, o vereador Franco Montoro, líder da bancada do PDC, leu uma carta a ele dirigida pelo prefeito Jânio Quadros:

Prezado Vereador: estou na presença do amigo e companheiro para manifestar minha integral solidariedade com as diversas categorias de trabalhadores ora empenhados em justa campanha grevista reivindicando melhores condições de vida. Nem poderia ser outra a minha atitude, pois que, há anos, venho defendendo os legítimos reclamos do proletariado e acusando os abusos contra ele cometidos [...].

Ficaria muito grato se você desse a máxima publicidade aos termos desta carta, lendo-a aos meus amigos operários, que não desertei, nem desertarei [...].

Não serão infâmias torpes, cínicos recursos de intriga mentirosa, dos derrotados nas urnas, que me afastarão dos grevistas.

Com um abraço do Jânio Quadros<sup>15</sup>.

No dia 9 de abril, ocorreu outra passeata, convocada pelo metalúrgico do PCB Eugenio Champ, após a assembleia realizada no Hipódromo da Mooca, espaço cedido pela Prefeitura depois que o Salão Piratininga foi interditado pela polícia. Essa passeata teria sido convocada por Champ à revelia da direção de seu sindicato — sendo, por isso, condenada por Remo Forli — e da direção de seu próprio partido (Costa, 1995, p. 182). O objetivo era dirigir-se ao Palácio dos Campos Elísios para exigir do governador a libertação dos grevistas presos. Porém, chegando à cancela da ferrovia Santos—Jundiaí, na Rua da Mooca, esta foi fechada e uma

multidão avaliada entre 4 mil e 20 mil operários e operárias encontrou-se encurralada e foi violentamente agredida.<sup>16</sup>

A última passeata, reunindo cerca de 20 mil trabalhadores e trabalhadoras, foi realizada após a votação que encerrou a greve no dia 23 de abril. O cortejo seguiu do Hipódromo da Mooca até o Palácio dos Campos Elísios, para, novamente, entregar um memorial ao governador, agradecendo por sua mediação, pedindo o apoio para que os líderes das comissões de fábrica não fossem demitidos e apresentando outras reivindicações. Nessa passeata, as mulheres se vingaram, devolvendo a um grupo de policiais em minoria as agressões sofridas nas passeatas anteriores (Wolfe, 1993, p. 182).

Essas manifestações públicas demarcam muito fortemente importantes dimensões políticas e sociais do movimento grevista. O perigo político da aparição nas ruas de um sujeito coletivo, empunhando as bandeiras da luta contra a carestia e contra a fome, foi rapidamente identificado em discursos parlamentares, comunicados da DRT e manifestos de direita. Ocorre que as passeatas simbolizavam a negação dos fundamentos do “pacto populista” e da “ideologia da outorga”, na medida em que denunciavam a insatisfação popular com suas condições de vida e a decisão de não esperar por dádivas, e sim lutar por conta própria.

Do ângulo social, as passeatas demonstram uma classe trabalhadora capaz de apresentar-se como liderança da construção de uma vontade geral de luta por mudanças nas condições de consumo da população — levando a bandeira do tabelamento dos gêneros de primeira necessidade e do combate à carestia de vida. A conjuntura acrescentava a esses dois temas um terceiro: a busca de soluções para a crise de energia de forma que os prejuízos não fossem arcados pelos operários. A luta por melhores condições de consumo e contra a carestia de vida sempre representou o eixo possível da construção de uma aliança entre operários e amplos setores populares — fundamento da configuração de uma possível nova hegemonia.

A combinação da luta por salários com a luta contra a carestia foi promovida pelas lideranças no decorrer de todo o movimento. Na assem-

<sup>16</sup> Moisés, 1978b, citando Jover Telles, afirma serem 20 mil trabalhadores presentes. Segundo Wolfe, 1993, foram 4 mil.

bleia têxtil de 8 de março, Mariana Grigaites, tecelã ligada ao Partido Comunista e uma das mulheres a ser escolhida para compor o primeiro comitê central de greve, formado por têxteis e metalúrgicos (Wolfe, 1993, p. 180), tomou a palavra para convocar os presentes a participarem de uma reunião contra a carestia a realizar-se no dia 12, no sindicato dos bancários, proposta aprovada pelo plenário. Na mesma assembleia, outra tecelã ligada ao PCB, Erondina Arruda, falou sobre os problemas da alta do custo de vida, da falta de transportes e dos prejuízos sofridos com o racionamento de energia<sup>17</sup>.

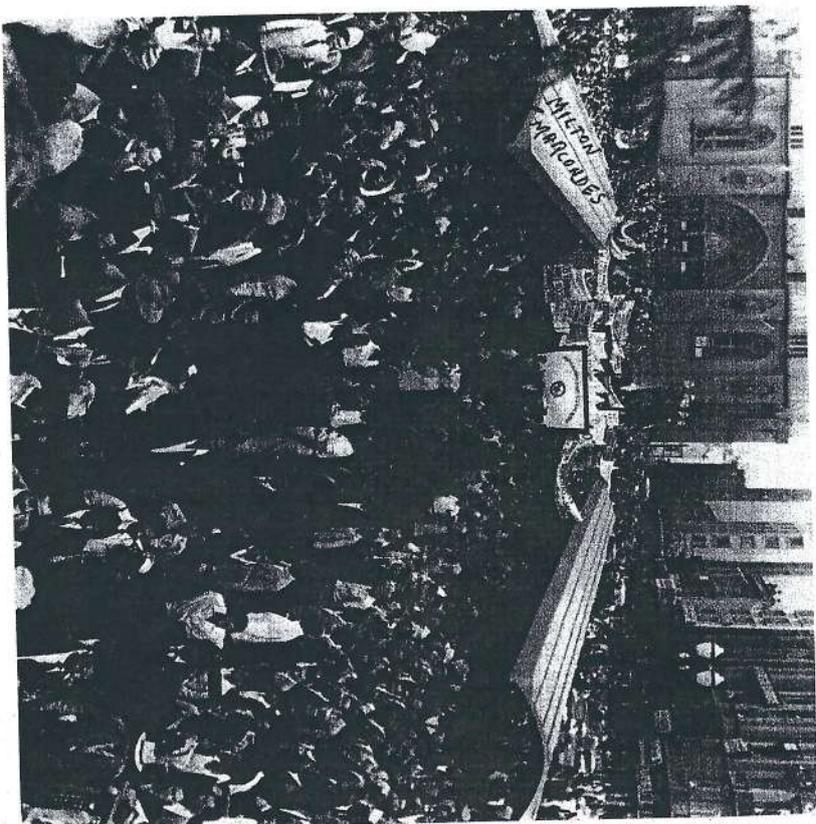


Figura 10 – Passeata da greve dos 300 Mil prepara-se para sair da Praça da Sé. A anotação feita pelo funcionário do Dops indica a presença do vereador Milton Marcondes. Fonte: Acervo Dops-SP, Arquivo do Estado de São Paulo.

Apesar de todos esses protestos contra a carestia, na posterior avaliação da greve, o líder têxtil ligado ao PCB, Antonio Chamorro, considerou um erro “não termos incluído na greve um movimento de luta contra a carestia de vida, o que teria encontrado maior acolhida por parte do povo”, percebendo que o enlace entre “povo” e operários dependia, em parte, da capacidade de os sindicatos oferecerem soluções ao problema do custo de vida<sup>18</sup>.

A crise de energia teve um forte impacto sobre as relações de trabalho nas indústrias de São Paulo. Afetou os salários, pois as horas paradas não eram pagas. Um representante do ministro do Trabalho, em declaração à imprensa, avaliou que os operários estavam perdendo 80 cruzeiros por semana com as paralisações. Cabe lembrar que o salário mínimo regional era de 1.190 cruzeiros e cerca de metade dos têxteis estavam nessa faixa salarial (Costa, 1995, p. 161). As jornadas de trabalho e horários de refeição foram alterados, houve tentativas de alteração da legislação trabalhista e os ritmos de trabalho se tornaram mais intensos<sup>19</sup>. Diante dessa situação, uma assembleia têxtil resolveu encaminhar um memorial ao presidente da República, pedindo a nacionalização da Light. Foram enviadas, ainda, moções ao Conselho de Energia Elétrica e ao ministro do Trabalho, pedindo a garantia das oito horas de trabalho<sup>20</sup>.

A greve, momento forte de intervenção político-social da classe operária, movimentou o apoio de estudantes, políticos, comerciantes, militares.

Já vimos o apoio público manifestado pelo prefeito eleito. Podemos até cogitar que sua vitória, às vésperas do início da luta, deu-se, também, graças à mobilização operária. Os grevistas tentaram conquistar o apoio dos vereadores de São Paulo e Sorocaba, assim como o fizeram os têxteis em Recife, em 1952 (Lopes, 1988, p. 399). O vereador Franco Montoro apresentou projeto de lei com vistas ao repasse de 500 mil cruzeiros “para auxiliar a campanha de fundos, a campanha em favor de gêneros alimen-

18. Dossiê Dops 50-Z-315-253.

19. Confeit. Costa, 1995, pp. 60, 162; Weinstein, 2001, p. 309; *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 1<sup>o</sup> fev., 1953, p. 52.

20. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 1<sup>o</sup> fev., 1953, p. 52.

tícios às famílias daqueles trabalhadores que se encontram em greve pacífica, decidida pelos respectivos sindicatos<sup>21</sup>. Não foi possível nos certificarmos de que o projeto tenha sido aprovado<sup>21</sup>.

Uma categoria social com a qual o movimento sindical buscava tecer aliança era o estudantado. Alguns significados atribuídos a essa união podem ser percebidos pelo teor de um boletim convocando os têxteis para um comício com os estudantes:

Boletim de greve dos têxteis nº 5

5/4/53

[...] Na próxima terça-feira, às 19 horas, no Lgo. S. Francisco haverá um comício de solidariedade dos estudantes do Centro Acadêmico XI de Agosto, em sinal de solidariedade a nossa greve [...]. Nesse comício será trocado o livro pelo martelo, símbolo da cultura e do trabalho.

Você, companheiro têxtil, que está em greve para conquista de mais pão para seus filhos, não pode faltar a essa patriótica concentração que é também a luta de todo o povo por melhores condições de vida<sup>22</sup>.

O panfleto e a simbologia da troca do livro pelo martelo podem ter sido uma das várias iniciativas dos militantes do Partido Comunista, efetiva direção da greve (Moisés, 1978b, p. 94, e Costa, 1995, p. 164). Não se sabe sobre a representatividade do comício. A ideia da “patriótica concentração” sugere que uma das tendências de manifestação de uma consciência de classe no período se deu sob a forma de um “patriotismo igualitário”.

Os grevistas também buscaram apoio do Exército. Esse gesto parece resultar de um cálculo realista e não do engano de atribuir às Forças Armadas “a mesma função que era atribuída ao Estado de Vargas: a de um árbitro imparcial acima de todas as classes” (Moisés, 1978b, p. 85). Tendo contra si a Força Pública e o Dops, os industriais, a DRT, o Ministério do Trabalho e um governador que ordenava ou consentia a repres-

são e, ao mesmo tempo, recebia os memoriais dos grevistas, estes tentaram neutralizar o Exército mediante a conquista de apoio ou, talvez, pelo estímulo a debates e dissensões internas. É possível que as direções sindicais se sentissem estimuladas pelo fato de alguns militares reformados de alta patente, como o general Gentil Falcão, o general de brigada Leônidas Cardoso e o general de brigada Porfírio da Paz, serem assíduos frequentadores das assembleias e manifestações sindicais e populares, sempre prestando apoio político<sup>23</sup>. Um relatório da greve informa sobre a atitude nas ruas em relação ao Exército:

No decorrer dos acontecimentos no centro da cidade [...] no momento em que era avistado um soldado ou graduado do Exército, era ele aplaudido pela massa, que dava vivas ao Exército nacional. Por ocasião da passagem fortuita de patrulhas do mesmo Exército pelas ruas centrais, os manifestantes prorrompiam em palmas e aos vivas. Contrariamente, quando avistavam um soldado da Força Pública, ou um investigador, ou, ainda, os carros da rádio patrulha, os vaiavam.

O mesmo relatório registra a distribuição de panfletos dirigidos diretamente aos soldados e guardas:

Soldado! Guarda civil!

Lembra-te que entre os grevistas pode estar o teu pai, a tua mãe, o teu irmão, ou o teu amigo. O teu lugar é na defesa dos grevistas. A tua arma deve proteger os grevistas.

Irmãos soldados! A luta dos grevistas é também de vocês. É a luta por pão e liberdade. O lugar do soldado é ao lado do operário. Lutemos unidos.

O panfleto parece ecoar antigas tradições do movimento operário, que soube muitas vezes apelar para a condição popular de soldados e suas famílias, fazendo-os vacilar e atraindo sua simpatia.

23 Cabe lembrar que o general Leônidas Cardoso, que participara das revoltas tenentistas de 1922 e 1924, como também da Revolução de 1930, foi reformado em 1945, sendo eleito deputado federal pelo PTB em 1954. O general Porfírio da Paz, reformado em 1955, participara da Revolução de 1932. Depois se tornou getulista e elegu-se deputado estadual pelo PTB em 1947, tendo sido vice-prefeito e vice-governador de Jânio Quadros (1955-1959) e de Carvalho Pinto (1959-1963). Conterit Abreu et al., 2001, pp. 1.098, 4.473.

21 Sobre o repasse de verbas a grevistas em Sorocaba, ver “A Câmara Municipal votará hoje verba de auxílio aos grevistas”, *Cruzeiro do Sul*, nº 13-934, 18 abr., 1953, p. 1; “Uma atitude arrojada do vereador José Carlos Paschoal resolve uma situação delicada para o nosso município”, *Cruzeiro do Sul*, nº 13-935, 19 abr., 1953, p. 1.

22 Dossie Dops 50-Z-315-213.

O informe do Dops registra, ainda, que “uma comissão de grevistas chegou a ir ao QG da 2ª Região Militar, a fim de protestar contra os abusos da Polícia e para pedir garantias ao exército nacional”<sup>24</sup>. O teor das tratativas entre sindicalistas e Exército é sugerido por outro comunicado do Dops:

Nelson Rusticci esteve na 2ª Região Militar a fim de obter do comandante da referida região o apoio no sentido de que, se o pessoal deste Dops cometer a punir os agitadores de greve e a espancar os trabalhadores, a 2ª Região Militar então intervirá no sentido de garantir a ordem, para o que deverá mandar soldados do Exército fazer o serviço de policiamento<sup>25</sup>.

A iniciativa de buscar apoio ou neutralidade do Exército em parte era uma medida pragmática, repetida, por exemplo, por Lula nas célebres greves de maio de 1978, no ABC. Segundo ele mesmo: “Por outro lado eu tive uma reunião com o comandante do II Exército para pedir que ele interferisse junto à polícia para ela não intervir no movimento. Porque a polícia somente intervém em greves ao lado dos empresários, nunca do trabalhador”<sup>26</sup>.

Tanto Lula quanto Rusticci pareciam estar procurando desfazer a eficácia do que Negro qualificou como “aliança empresarial-policial”, tão pouco analisada como obstáculo ao crescimento das lutas dos trabalhadores (Negro, 2004, p. 107).

Seria ingênuo ignorar que, também, os líderes do movimento atribuíam às Forças Armadas um papel de arbitragem e que não perceberam o seu posterior alinhamento com as doutrinas e estratégias de segurança continental, o que pode ter contribuído para desarmar uma maior resistência ao golpe civil-militar de 1964. Mas antes do golpe definir a sorte da luta, surgiu o movimento dos sargentos. E, em várias ocasiões, os comandos militares respaldaram greves e manifestações populares. O que parece certo é que a saída da greve às ruas, seu prolongamento e sucesso

não podiam estribar-se em uma noção de “autonomia” dos sindicatos que os mantivesse isolados de outras classes sociais, de personalidades e instituições, do Legislativo ou Executivo. Pelo contrário, foi mediando uma rede de alianças, fáctas ou não, que o movimento pôde ir em frente. Alianças que foram corroidas por processos posteriores, como veremos no próximo capítulo, ao analisarmos a Greve dos 700 Mil de 1963.

### 1.3 A Greve dos 300 Mil: resultados

As principais categorias em greve — metalúrgicos, têxteis, vidreiros, gráficos, marceneiros — acabaram retornando ao trabalho em datas diferentes. Têxteis e metalúrgicos receberam 32% de reajuste sobre os salários de 1952. Logo começou a reação patronal. O fim da greve não seria o fim da luta. Na primeira semana após seu encerramento, já tinham ocorrido 6 mil demissões nos ramos têxtil e metalúrgico (Costa, 1995, p. 191). Muitas empresas recusavam-se a pagar o reajuste, e as greves — agora por empresas — foram retomadas<sup>27</sup>. Diversas irregularidades eram denunciadas, como, por exemplo, a não inclusão do reajuste em carteira profissional (Costa, 1995, p. 192). Logo, um grupo de 56 empresas têxteis recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) e, em setembro de 1953, conseguiu uma sentença condicionando o reajuste à observância da cláusula da “assiduidade integral”, provocando paralisações nas firmas que aplicaram a nova regra (Colistete, 2001, p. 51). Finalmente essa cláusula foi retirada do acordo coletivo dos têxteis em 1954.

Afinal, a Greve dos 300 Mil representou uma vitória ou uma derrota para os trabalhadores têxteis? Segundo Almeida (1981, p. 229), “a categoria têxtil acabou derrotada, após ter sustentado uma das maiores greves do operariado em São Paulo”. Do ponto de vista material, houve, no ano de 1953, um crescimento do salário real da categoria, como demonstra Colistete (2001, p. 145). O otimismo do operário comum foi assina-

24 Dossiê Dops 50-Z-315-232.

25 Dossiê Dops 50-Z-315-209.

26 Conferir *História imediata 2* — *Greve na voz dos trabalhadores: da Scania a Itu*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, p. 58.

27 Segundo informe do Dops retirado do jornal *Última Hora*, das 1.144 fábricas têxteis existentes na capital, 70 se recusavam a pagar o aumento. Dossiê Dops 50-Z-315-259. Ainda em junho o mesmo *Última Hora* informava que 100 firmas ainda não estavam cumprindo o

acordo. Conferir “Denúncia o presidente do sindicato dos tecelões: patrões pediram a cassação dos 32%”, *Última Hora*, nº 373, 8 jun., 1953, 1ª Caderno, p. 4. Sobre as greves por empresa, ver Costa, 1995, pp. 190-1.

lado pelo jornal *Última Hora* em entrevistas com cinco grevistas<sup>28</sup>. A memória coletiva do movimento permaneceu viva e com sinal positivo entre têxteis e metalúrgicos por alguns anos. Em março de 1954, por exemplo, o Sindicato dos Metalúrgicos promoveu um “grande torneio recreativo [...] em homenagem a greve dos 300 mil”<sup>29</sup>. No mesmo mês, no Sindicato dos Gráficos, reuniram-se dirigentes “para tratar das comemorações e homenagens às greves que se verificaram em março e abril do ano passado, greves estas que foram de tal porte que culminaram inclusive na substituição de todo um ministério”. O fato mais destacável seria a “frente única de trabalhadores, que se forjou no fogo da luta”. Estavam presentes representantes de têxteis, metalúrgicos, vidreiros, gráficos, marceneiros, bancários, trabalhadores nas indústrias de calçados, hoteleiros e barbeiros<sup>30</sup>. Em abril de 1956, foi inaugurada uma exposição de pinturas da artista Virginia Artigas sobre a greve, que percorreu vários sindicatos. Os temas dos quadros eram comícios nas portas das fábricas, piquetes, comitê central da greve, fábricas paradas, passeata da “panela vazia”, mesinhas colocadas no centro para socorrer grevistas, mães grevistas, jovem ferida, 1<sup>o</sup> de Maio, liberdade do preso grevista, a coleta, o pichamento<sup>31</sup>.

## 2. A greve de 2 de setembro de 1954

### 2.1 Conjuntura

A conjuntura política em que se deu a greve geral de 2 de setembro de 1954 mudara radicalmente em relação à Greve dos 300 Mil. Pouco mais

de uma semana após o trágico 24 de agosto, a situação apresentava pelo menos quatro ingredientes novos:

- 1) As forças antitrabalhistas (a UDN, boa parte dos militares das três armas; uma parte do PSD) foram desarticuladas, perderam influência política — basta dizer que, nas eleições realizadas em outubro, a UDN, que esperava uma grande vitória, perdeu 10 de suas 84 cadeiras na Câmara Federal.
- 2) Formou-se um novo eixo político que iria governar até 1964 — com exceção dos seis meses do governo Jânio Quadros —, composto pela aliança entre PSD e PTB, com o apoio do PCB e dos setores majoritários das direções sindicais.
- 3) Talvez mais do que em qualquer outro momento anterior de nossa história republicana, a participação popular massiva fez a história mudar. Criaram-se condições mais favoráveis para a participação e articulação de mobilizações populares, o que ajuda a explicar o fato de a greve de 2 de setembro ser considerada a maior até então realizada.
- 4) A crise institucional aberta fez com que, mais do que nunca, a legitimação do poder dependesse de alguma forma de consentimento da massa popular. Não era possível governar sem ser “populista”: seja Henrique Teixeira Lott, que assinara o Manifesto dos Gerais, exigindo a renúncia de Vargas, seja a UDN, que só chegaria ao governo federal apoiando Jânio Quadros em 1961 — todos os projetos políticos tinham de passar por algum tipo de apoio dos sindicatos, por algum tipo de trabalhismo.

### 2.2 A greve de 2 de setembro de 1954: desenvolvimento

Desde junho de 1954, nas assembleias metalúrgicas e têxteis, começou-se a falar em greve geral. Dois fatores parecem ter contribuído decisivamente para isso: a organização da Comissão Intersindical do Estado de São Paulo (Cisesp), entidade construída a partir da experiência da Greve dos 300 Mil, e a não aplicação, por parte do empregariado, do reajuste de 100% do salário mínimo decretado em 1<sup>o</sup> de Maio de 1954.

Uma rodada de assembleias de várias categorias, realizada em 17 de junho de 1954, resolveu rejeitar as propostas patronais apresentadas,

28 “Cinco vidas, cinco lutas por aumento”, *Última Hora*, n.º 343, 2 maio, 1953. A reportagem indagou a cinco trabalhadores o que fariam com o reajuste salarial de 32%. Alguns casos: a tecelã Walderessa Rulfo informou que faria enxoval de casamento; a tecelã Clárcice Carvalho Batista pretendia mudar-se de São Bernardo para Santo André, para poder matricular a filha em uma escola; Secondo Lucera, 70 anos, pretendia custear tratamento do filho que tivera paralisia infantil.

29 “Mosaico Sindical”, *Notícias de Hoje*, n.º 647, 17 mar., 1953, p. 2.

30 “Homenagem às greves de abril”, *Notícias de Hoje*, n.º 659, 30 mar., 1954.

31 Dossê Dops 50-Z-315-664; “Relatadas em gravuras as lutas de abril de 1953”, *Notícias de Hoje*, 22 abr., 1956.

elaborar uma tabela salarial única e abrir negociações unificadas com a Fiesp. A Ciesp, que, ainda em 1954, passou a denominar-se Pacto de Unidade Intersindical (PUI), organizou uma tabela que previa aumento de 1.100 cruzeiros para salários na faixa de 1.190 cruzeiros até 5 mil cruzeiros e, para os salários acima de 5 mil cruzeiros, aumento de 20%, que foi apresentada à Fiesp em 20 de julho, com prazo de 10 dias para resposta. Nova rodada de assembleias ocorreu em 1.º de agosto. Os metalúrgicos aprovaram a proposta de Eugenio Chempp de greve geral de 24 horas para 2 de setembro, caso o patronato se recusasse a negociar as reivindicações. Na mesma reunião, outro metalúrgico propôs que fossem confeccionados 100 mil boletins sobre a greve e um terceiro acrescentou que nos boletins deveria constar a reivindicação do congelamento do arroz, feijão, café, banha, açúcar, leite e pão. Como era costume, organizou-se uma comissão “para visitar outras assembleias”, com a participação de Eugenio Chempp, José Maia Ribeiro, Torquato de Melo, Armando Rodrigues de Freitas e Silva Campos<sup>32</sup>.

Uma das assembleias visitadas foi a dos têxteis, que se reuniu no Cine São José do Belém. Também ali foi aprovada a paralisação no dia 2, caso a tabela única fosse rejeitada pelos patrões. Os têxteis também exigiam “a aplicação imediata do salário mínimo da forma em que foi decretado na base de Cr\$ 2.300,00, na qual [sic] muitos patrões vêm se negando a pagar aos trabalhadores”.

A constitucionalidade do decreto do salário mínimo fora contestada no Supremo Tribunal Federal, que decidiu, por 6 votos a 2, por sua entrada em vigor imediata a partir de 5 de julho. Tanto em São Paulo quanto em Moreno, Pernambuco, e, ainda, em Juiz de Fora, Minas Gerais, e talvez em outros centros fabris, o operariado estava na iminência de iniciar paralisações do trabalho, caso o decreto continuasse sendo descumprido. Em Juiz de Fora, foi mantida uma greve geral por cinco dias (Loyola, 1980, p. 75; Lopes, 1988, pp. 412-7).

O *Metalúrgico* de agosto estampava na capa o manifesto assinado por vários dirigentes sindicais da capital e do interior: entre eles Nelson Rus-ticci, Remo Forti, Celgio Valvassore, dos marceneiros, Gabriel Grecco, dos

gráficos, Pedro Gilardi Filho, da construção civil, Manoel V. Feliz, dos trabalhadores em latínios, “decretando” greve geral de 24 horas para 2 de setembro. Resultado de um amplo acordo entre facções diversas, o manifesto tinha de apresentar as principais linhas de um pensamento coletivo. Proposições trazidas a público na Greve dos 300 Mil eram retomadas: defendia-se o congelamento do arroz, feijão, carne, café, pão, leite e banha nos preços de 1.º de Maio de 1954, esclarecendo tratar-se de plataforma de uma ampla aliança: “A luta pelo congelamento de preços é uma reivindicação sentida pela maioria do nosso povo, como: operários da indústria e do campo, trabalhadores e donas de casa, estudantes e intelectuais, comerciantes e pequenos industriais”. A organização de base era lembrada como condição para a vitória: “Companheiros. A organização nos locais de trabalho e nos sindicatos é a base principal e a melhor garantia da vitória!”. Um compromisso — que, aliás, não seria respeitado — era proclamado: “Não assinaremos acordos em separado [...] Viva o pacto de unidade!”. Finalmente, para os operários e operárias, o eixo de luta apresentado era a defesa da tabela única, sem teto, sem a exigência da assiduidade, sem desconto de alimentação “ou quaisquer outras cláusulas restritivas”. A novidade no manifesto do PUI estava na afirmação da importância de unificar as lutas. Parecia que uma comunidade maior, para além das fronteiras de cada categoria, estava sendo (re)descoberta e (re)construída. “Só conseguiremos a vitória das nossas reivindicações através da unidade de ação”, “Não assinaremos acordo em separado”. O manifesto terminava com vivas: “Viva o pacto de unidade”, “Viva o povo unido com os trabalhadores”<sup>33</sup>.

O suicídio de Vargas iria, como no começo da Greve dos 300 Mil, trazer novamente à cena “a base” dos sindicatos, esse sujeito que se fazia representar por dirigentes e entidades sindicais, mas podia agir articuladamente sem agendamento ou organização prévios, contando para isso com métodos informais de comunicação, com o denso conhecimento de sentimentos e costumes em comum, com a intuição de que era o momento de agir ou com a força do exemplo. Segundo o *Notícias de Hoje*, já em

32. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 1.º ago., 1954, p. 144v.

33. “A luta pelo aumento de salário e congelamento de preços”, *O Metalúrgico*, n.º 134, ago., 1954, p. 1.

O imaginativo grevista propôs que as braçadeiras fossem em verde e amarelo com os dizeres: “Piquetes credenciados por Teixeira Lotf”<sup>55</sup>.

Portanto, a Greve dos 400 Mil contou com uma conjuntura política extremamente favorável, que não se repetiria. Jânio Quadros, uma força ascendente no “sistema populista”, Ademar de Barros, uma estrela cadente, cujo partido perdia vereadores a cada eleição no município, e Juscelino e João Goulart, à procura de “estabilidade dentro de um contexto instável”, como assinalou Maria Victória Benevides, disputavam acirradamente o apoio operário no maior centro industrial do país. A situação política em São Paulo era particularmente delicada para Kubitschek, pois não fora bem votado no estado, mas vinha obtendo enfático apoio da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e de um grupo de empresários paulistas qualificados por Skidmore (1992, p. 209) como “herdeiros de Roberto Simonsen”. Precisava, portanto, equilibrar-se entre os vínculos com o empresariado, manifestando decisão de intervir militarmente caso o governador permanecesse omissivo, e os laços com o movimento sindical, recebendo os grevistas e intermediando negociações com o presidente da Fiesp.

Na área econômica, embora os indicadores “macro” fossem positivos, pois a produção industrial crescia, assim como o PIB e a renda *per capita*, a própria eclosão da Greve dos 400 Mil, sua abrangência e radicalização, indica que, para os trabalhadores, nem tudo estava bem. Em primeiro lugar, cabe mencionar o desemprego atípico naquele ano, atingindo cerca de 100 mil trabalhadores na indústria — cerca de 7% da força de trabalho da cidade (Fontes, 2008, p. 62). Só em maio, 32 mil trabalhadores foram demitidos, justificando a criação de um comitê especial do Ministério do Trabalho para investigar a extensão e as causas da desocupação (Collistete, 2001, p. 8). Cabe assinalar que Collistete considera “virtualmente impossível” chegar a um índice seguro em São Paulo, devido à precariedade de dados disponíveis. Seja como for, a elevação do desemprego em setores específicos da indústria em conjuntura de crescimento econômico talvez ajude a explicar o estado de ânimo exaltado dos traba-

lhadores e o alargamento da greve para além dos limites que o comando do movimento pretendia estabelecer.

O outro lado do problema era a inflação. De maneira geral, como assinalou Baer, a inflação foi um componente da política econômica do desenvolvimentismo, transferindo renda do setor agrícola para o industrial e dos consumidores para os investidores, públicos e privados (1966, p. 195). O Dieese apurou uma inflação de 3,4% ao ano entre 1956 e 1960, e Peláez e Suzigan observam que o primeiro ano do mandato de JK, 1956, foi marcado por uma “substancial inflação” e por uma queda drástica da taxa de crescimento da “renda real”: “provocada basicamente pelo fraco desempenho agrícola (Abreu et al., 2001, p. 2.969). Finalmente, há o fato, sublinhado com vigor por Francisco de Oliveira (1988, p. 51), do aumento da taxa de exploração da força de trabalho no período. Em 1960, o Dieese já denunciara a queda da participação dos salários nas despesas industriais, concluindo: “o aumento da produção e dos lucros foi feito às custas de uma redução real do volume global dos salários”<sup>56</sup>.

Para a greve de 1957, portanto, confluíram a revolta contra o desemprego, a percepção do aumento da inflação e da necessidade de repor as perdas salariais, a experiência da superexploração da força de trabalho e da escassez de gêneros de primeira necessidade, carregando a atmosfera de tensão. Tudo isso ocorria em um momento em que o sistema de alianças do populismo funcionava, ainda, até certo ponto, favoravelmente aos trabalhadores, na medida em que várias forças políticas disputavam o voto da classe operária, oferecendo concessões reais ou simbólicas.

### 3.2 A Greve dos 400 Mil: desenvolvimento

A Greve dos 400 Mil foi mais ampla que a de 1953 não só pelo maior número de categorias envolvidas e representadas na Aliança Intersindical por Aumento de Salários e Contra a Carestia, como pelo fato de ter provocado a combustão de muitas lutas inesperadas e só a custo controladas pela direção sindical. O movimento teve início no dia 15 de outubro e se encerrou no dia 24, quando foram julgados no TRT os vários dissídios

das categorias envolvidas. De início pararam metalúrgicos, gráficos, trabalhadores nas indústrias de papel e papelão, trabalhadores nos curtumes, têxteis e mestres e contramestres nas indústrias de fiação e tecelagem. Posteriormente aderiram vidreiros, operários da Nitro Química e trabalhadores no refino de açúcar.

A Greve dos 400 Mil representou, de certa forma, a retomada do movimento por uma paralisação geral contra a carestia que fora interrompido em julho de 1956, quando o ministro do Trabalho, Parisfal Barroso, conseguiu o adiamento da greve geral marcada para o dia 20 e depois sua suspensão, mediante a contrapartida do congelamento dos produtos de primeira necessidade por 90 dias, o que ocorreu apenas parcialmente<sup>57</sup>. Em outubro de 1957, quando o mesmo ministro tentou, em uma interminável reunião com 110 dirigentes sindicais, iniciada às 21 horas do dia 11 e encerrada às 1h30 da madrugada do dia 12, obter novamente o adiamento da greve, teve como resposta um intransigente "não".

O movimento de 1957 apresenta semelhanças e diferenças em relação ao de 1953. Como em 1953, baseou-se em forte mobilização de organizações de base: comissões de fábrica, de greve e de solidariedade. Mas em 1957 os piquetes desempenharam um papel não visto em 1953: essa forma de organização foi adotada por categorias não representadas por seus sindicatos na Aliança Intersindical de Greve e mesmo por populares. Por outro lado, a greve de 1957 não brotou da iniciativa das comissões de fábrica, atropelando a agenda de suas direções, como ocorrera em 1953. Em uma assembleia intersindical realizada em 3 de outubro, no Sindicato dos Gráficos, foi constituída a referida aliança e indicado o início da greve para o dia 15, caso não fossem atendidas as reivindicações apresentadas. Eram elas: reajuste salarial de 45%, sem a cláusula do teto para as faixas salariais mais altas; aplicação da tabela da Coap para o preço da carne e impedimento de qualquer aumento nos preços de gêneros alimentícios e bens de consumo popular<sup>58</sup>.

O arco de alianças constituído pelos sindicatos em 1957 parece ter adquirido consistência em relação a 1953. Dessa vez, a coligação entre operários e estudantes ganhava um nome, Unidade Operária Estudantil, selando compromisso que perduraria pelos anos seguintes. Logo no primeiro dia, foi levado um manifesto estudantil de solidariedade ao "QG dos grevistas". Na mesma ocasião, representantes da Unidade visitaram a redação do *Última Hora* para divulgar sua solidariedade: "Além de legal, reveste-se a greve de profunda justiça e os estudantes paulistas, baseados no Pacto de União Operários-Estudantes devem levar sua total solidariedade aos trabalhadores nas suas reivindicações". Presentes estavam João Eduardo Correia Júnior, presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE), Plínio Bolívar de Almeida, presidente do DCE da PUC, e Idibal Piveta, vice-presidente da UEE<sup>59</sup>.

No dia 23, às 17 horas, um grande número de operários superlotava a sede da UEE, onde, "perante enorme massa estudantil, recebiam a solidariedade dos universitários paulistas para prosseguirem na campanha salarial". Depois da reunião, a multidão saiu pela Rua 24 de Maio, empunhando faixas e cartazes, seguindo até a Praça Ramos. Segundo o *Última Hora*, "os vivos sucederam-se em todo o itinerário, tanto para a classe trabalhadora como para os estudantes. À frente traziam a bandeira brasileira desfraldada. Várias pessoas faziam a coleta de donativos para ajudar ao movimento e, atendidas pelo espírito de solidariedade humana do povo, conseguiram bons resultados". A manifestação parou na Praça da Sé, onde foi realizado prolongado comício. Finalmente, todos seguiram para o Sindicato dos Metalúrgicos para uma assembleia conjunta<sup>60</sup>.

A Câmara dos Vereadores também se posicionou em maioria absoluta a favor da greve. Três ações importantes foram empreendidas: diversos vereadores pronunciaram-se sobre sua legalidade, oferecendo, assim, uma cobertura jurídico-política ao movimento; uma comissão de vereadores foi formada para atuar como mediadora das negociações e, finalmente, vereadores de todos os partidos, num total de 36 dos 45 eleitos, subscreveram o projeto de lei nº 632/57, concedendo 1 milhão de cruzeiros em

57 "Adiada por 20 dias a greve geral marcada para a zero hora de hoje", *Última Hora*, nº 1.318, 20 jul., 1956, 1ª Caderno, p. 7.

58 "Gráficos, têxteis, mestres e contramestres e metalúrgicos decidiram: 15 de outubro: greve geral dos trabalhadores", *Última Hora*, nº 1.682, 4 out., 1957, 2ª Caderno, p. 5.

59 "Solidariedade dos estudantes", *Última Hora*, nº 1.691, 15 out., 1957, p. 4.

60 "Operários e estudantes unidos contra a fome", *Última Hora*, nº 1.699, 24 out., 1957, p. 4.

auxílio aos grevistas, que foi aprovado, sancionado pelo prefeito Ademar de Barros e transformado na lei nº 5.390, de 22 de outubro de 1957<sup>61</sup>.

A aproximação com o Exército foi diligenciada, assim como em 1953. Essa busca de compromisso carregava dois propósitos, um circunstancial e outro estratégico. A primeira dimensão materializou-se no pedido de providências, formulado ao comando da Segunda Região Militar, no dia 17 de outubro, pelos dirigentes Dante Pelacani e José de Araújo Plácido, contra os disparos desferidos sobre trabalhadores em diversos pontos da cidade<sup>62</sup>. A segunda dimensão manifesta-se no memorial entregue ao general Haskett Hall, comandante da Segunda Região Militar. Dizia o texto:

Aqui viemos, Sr. Comandante, como trabalhadores, como povo que somos e edificadores da grandeza deste estado e, portanto, da Nação, hipotecar inteira solidariedade ao glorioso Exército Nacional, na pessoa de sua mais alta autoridade na região, querendo com ele nos confraternizar, declarando que, como os militares, somos patriotas, ordeiros e disciplinados [...].

Somos intransigentemente pela emancipação de nossa Pátria. Somos pela Petrobrás. Somos pela defesa da Indústria Nacional [com maiúscula]. Queremo-la forte e próspera. Por isso não nos furtaremos a quaisquer medidas que venham a reforçá-la e engrandecê-la. Mas, antes de tudo, porque somos trabalhadores, queremos que nossos companheiros e suas famílias tenham um padrão de vida digno porque é na dignidade e bem-estar de seus filhos que as pátrias se fortalecem e engrandecem.

O memorial também prestava homenagens ao general Lott, “que simboliza o respeito à Constituição e aos ideais nacionalistas”, e indicava o presidente da Federação dos Têxteis, Artur Avalone, como elemento de ligação entre o QG da greve e o QG do Exército. Apelava, ainda, para que a intriga não vencesse, sugerindo que fosse designado um militar para levar e trazer informações do QG da greve ao comandante do II Exército<sup>63</sup>.

A diferença de 1953, portanto, aqui os sindicatos manifestavam-se por uma aliança “estratégica” com o Exército em defesa da pátria e da indústria nacional, num esquema sobre as forças de emancipação nacional bastante distanciado da realidade.

O arco de alianças, liderado pelos sindicatos na greve de 1957, conquistou uma importante adesão: as Sociedades Amigos de Bairros. As SABS, que já haviam manifestado apoio à greve de 1953, em 1957 somaram-se à agenda do PUI, participando de suas reuniões e solidarizando-se com o movimento. Em outubro, a Federação das Sociedades Amigos de Bairros e Vilas de São Paulo (Fesab) emitiu um manifesto hipotecando “irrestrita solidariedade” aos grevistas, prontificando-se a “colaborar no serviço de amparo às famílias dos grevistas” e apresentando os votos de uma “ampla e bem merecida vitória”, que viria a ser a “vitória do povo contra a fome e a carestia” (Duarte, 2002, p. 121).

A greve de 1957 diferiu, porém, da de 1953 em aspectos importantes. Em primeiro lugar, adquiriu traços de “motim da fome”, galopando pela cidade junto com os piquetes, ocorrendo, então, vários conflitos violentos; em segundo, promoveu, como já vimos, uma grave disputa entre lideranças populistas representadas por Jânio Quadros, Ademar de Barros, Juscelino Kubitschek e João Goulart, trazendo componentes novos à conjuntura política; e, em terceiro, finalmente, os sindicatos desfaldaram a bandeira da defesa de créditos à indústria nacional e da aliança patriótica com o Exército.

Quanto ao primeiro aspecto, é interessante notar que o traço de rebelião popular verificado contradiz o amplo consenso historiográfico caracterizando o governo JK como um período de otimismo e prosperidade. A nosso juízo, os limites e o controle da greve foram parcialmente rompidos por algo que, por analogia, podemos caracterizar como “motim da fome”. Vejamos. Como analisou Fontes (1999, p. 155), no segundo dia de greve, 16 de outubro, “a paralisação foi de praticamente 100% e o movimento ganhou ares de rebelião popular”. O movimento começou a espalhar-se para além das cinco categorias inicialmente envolvidas, seja por meio de deliberações mais organizadas e dirigidas pelos sindicatos, seja pela ação direta dos piquetes.

61 Processo nº 7.219/1957. Promovente: vereador Archimedes Lamoglia e outros. Pl. 632 de 15 out., 1957.

62 “Saraivada de balas desfez o ‘piquete’”, *Última Hora*, nº 1.693, 17 out., 1957, 1ª Caderno, no, p. 2.

63 “Não arrastar a ordem e a lei!”, *Última Hora*, nº 1.693, 17 out., 1957, 1ª Caderno, p. 5.



Figura 11 – O *Ultima Hora* noticia a greve dos 400 Mil em outubro de 1957. Na imagem, a tecelã e dirigente sindical Euilma de Oliveira consegue convencer os metalúrgicos da Anno a aderirem à greve. Fonte: Arquivo Jornal *Ultima Hora*, Arquivo do Estado de São Paulo.

Como expressão de um padrão mais organizado de expansão da greve, deve-se registrar a adesão, no dia 22 de outubro, dos vidreiros e, no dia 23, dos 6 mil operários da Nitro Química e dos 3 mil das refinarias de açúcar União e Tupi. Nesse último caso, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Laticínios, Santo Bobadilha, que, segundo avaliação do *Ultima Hora*, gozava “de inegável prestígio na categoria”, teria tentado um adiamento da paralisação a pedido do governador Jânio Quadros, “todavia não conseguiu êxito porque os trabalhadores decidiram aguardar o acordo, mas em greve. Santo Bobadilha desejava adiar a greve por 24 horas. Contudo, não o conseguindo, colocou-se à frente dos piquetes para paralisar as indústrias de açúcar”<sup>64</sup>.

Há notícia, ainda, da adesão dos chapeleiros da fábrica Ramezoni a partir do dia 18 de outubro<sup>65</sup>. Podemos, portanto, notar uma tendência à transformação do movimento em greve geral, que não se consumou em

64 “Com adesão dos trabalhadores em açúcar e na indústria química: REFORÇADA A GREVE: 9 CATEGORIAS PARALISADAS”, *Ultima Hora*, nº 1.698, 23 out., 1957, 1<sup>a</sup> Caderno, p. 4.

65 “Mesmo pacificamente não permiti a atividade dos piquetes de grevistas”, *Ultima Hora*, nº 1.694, 18 out., 1957, 1<sup>a</sup> Caderno, p. 4.

São Paulo, mas verificou-se no ABC. Em Santo André, no dia 17, amanheciaram parados químicos, metalúrgicos, têxteis, trabalhadores da construção civil e marceneiros. O jornal *O Estado de S. Paulo* anunciava: “Praticamente paralisada toda a indústria do ABC” (Negro, 2004, p. 107). Em São Caetano, pela primeira vez na história, os fornos da Cerâmica São Caetano foram desligados repentinamente, apesar dos oleiros não estarem em greve oficialmente. No dia 18, o *Ultima Hora* anunciava “ABC — Verdadeiras Praças de Guerra”, referindo-se à ocupação de Santo André e São Caetano por um contingente de mil soldados da polícia, armados com granadas, metralhadoras e bombas de efeito moral. Ainda atônita, a população parecia fascinada com o aparato bélico: “A par do pânico, houve um movimento algo pitoresco, pois muita gente que só conhecia a metralhadora através de filmes de guerra, teve a oportunidade de avistá-la nas mãos dos policiais que estavam armados até os dentes”<sup>66</sup>.

Como resultado da ação dos piquetes, a greve também cresceu já a partir do dia 16. Uma matéria da primeira edição do jornal *Ultima Hora* do dia 17 registrava:

O movimento paredista não se restringe mais às quatro categorias que iniciaram a greve à zero hora do dia 15. Abrangeu desde ontem todos os setores do parque industrial de São Paulo. Diante disso os piquetes se dirigem aos estabelecimentos fabris que não cessaram suas atividades para fazê-los adotar essa medida<sup>67</sup>.

Essa mesma reportagem esclarece sobre um dos métodos de ação dos piquetes:

Caminhões que passavam vazios por onde se encontravam “piquetes” de grevistas que pretendiam dirigir-se a outras localidades eram obrigados a parar para conduzi-los. Com esse procedimento os bairros da Água Branca, Lapa e Vila Pompeia foram visitados pelos grevistas, que não hesitavam em

66 “São Caetano virou acampamento militar: COAGIDOS OPERÁRIOS POR SOLDADOS A TRABALHAREM”, *Ultima Hora*, nº 1.694, 18 out., 1957, 2<sup>a</sup> edição, 1<sup>a</sup> Caderno, p. 4.

67 “Adesão em massa à cerrada parede”, *Ultima Hora*, nº 1.693, 17 out., 1957, 1<sup>a</sup> Caderno, p. 12.

providenciar a paralisação de qualquer indústria que se encontrasse em movimento (grito nosso).

No dia 18, o secretário-geral da Comissão Central da Greve, Dante Pelacani, apelava para que os piquetes não cometessem violências ou depredações. A direção da greve também tomara a decisão de formar "piquetes especiais (de dirigentes sindicais mais clarividentes) que têm justamente a função de atuar para acalmar aqueles 'piquetes', ou seja, piquetes 'oficiais' para controlar 'piquetes espontâneos'. Finalmente, o líder dos gráficos recomendava: "Devem paralisar somente aquelas categorias componentes da Aliança Intersindical". Por sua vez, o vereador João Louzada foi absolutamente claro a respeito da posição dos dirigentes diante do crescimento da greve para outras categorias não componentes da Aliança Intersindical de Greve. Falando ao plenário da Câmara sobre sua participação em diversas assembleias sindicais, em reuniões com os dirigentes da Aliança e na audiência obtida pelos sindicalistas com o governador Jânio Quadros, no dia 18 de outubro, esclareceu: "Deixamos bem claro ao Governo que iremos fazer o máximo para que aquelas empresas daquele setor que não está em greve voltem ao trabalho. Mas também estamos solidários com esses trabalhadores"<sup>68</sup>.

As conclusões alinhavadas no jornal do Sindicato dos Metalúrgicos não deixam margem à dúvida quanto à deliberação da direção de evitar uma ampliação do movimento. Diz o artigo: "A greve atual, se não foi maior e mais extensa, é porque, por nossa prudência, não o desejamos, pois condições para isso havia e há, já que o descontentamento é grande, notório e insopitável". Entretanto, segundo o artigo, os trabalhadores "não querem combater, mas ajudar e colaborar, desde que voltado para os problemas realmente do povo e do país"<sup>69</sup>.

Dois outros episódios relatados pelo *Última Hora* permitem entrever a tensão que parece ter atravessado toda a greve, entre uma tendência das "bases" de expandi-la e uma preocupação dos dirigentes em controlá-la.

A 22 de outubro, realizou-se no Estádio Distrital da Mooca (antigo Hipódromo), cedido aos grevistas pelo prefeito Ademar de Barros, uma grande assembleia conjunta das categorias em luta. Cerca de 20 mil trabalhadores assistiam ao encerramento do encontro quando um rumor percorreu a multidão: a convite de três tecelãs, o general Porfírio da Paz aceitara participar de um piquete para paralisar um dos baluartes da resistência antigrevista: a Companhia Brasileira de Linhas para Coser (Linhas Corrente). Segundo a reportagem do *Última Hora*, quando o general e o deputado Frota Moreira desciam do palanque, os operários e operárias começaram a gritar "Vão para-a-São-Paulo-Alpargatas!", outra trincheira de oposição à greve. O comando de greve se encontrava numa sala, reunido reservadamente, quando o cortejo começou a marchar.

Dante Pelacani e José de Araújo Plácido teriam saído correndo atrás da passateta, que acompanhava os carros do general Porfírio e de Frota Moreira, pegando carona em uma perua dos *Diários Associados* e conseguindo alcançar os carros na altura da Rua Frei Gaspar. Ainda segundo o *Última Hora*, "já rapidamente combinaram e todos os diversos carros, como o do vice-governador e do deputado federal, a perua da Rádio Nacional, o jeep dos *Diários Associados* atravancaram a rua, impedindo que a imensa massa de trabalhadores prosseguisse caminho". Dante Pelacani tomou um microfone com amplificador cedido pelo repórter da Rádio Nacional e determinou: "Destá esquina não passará ninguém". Só o general Porfírio da Paz, o deputado Frota Moreira, a imprensa e os dirigentes sindicais iriam parlamentar com os diretores da empresa: "Trabalhadores: deem-se as mãos e que ninguém passe". Mesmo assim, muitos atropelaram o cordão de isolamento e cerca de 4 mil trabalhadores e trabalhadoras se reuniram em frente à São Paulo Alpargatas.

Os dirigentes sindicais e seus aliados conversaram, então, com altos funcionários da empresa, que foram convencidos a permitir a paralisação do trabalho. Frota Moreira teria ameaçado: "São mais de 10 mil trabalhadores desejosos de paralisar a indústria, para acalmar a multidão, a fábrica deve parar". A direção impôs uma condição: que os 1.000 dos 4.500 operários e operárias que ainda trabalhavam não sofressem agressões. Os sindicalistas convenceram a multidão a receber os recalitrantes com palmas: "Depois de alguma espera, saíram as primeiras operárias, algumas

68 *Anais da Câmara Municipal de São Paulo*, 27<sup>ª</sup> sessão, 18 out., 1957, vol. 24, pp. 20, 24, 25, 66.

69 "Vitória da unidade dos trabalhadores", *O Metalúrgico*, nº 167, nov.-dez., 1957, p. 1.

chorando, outras preocupadas e poucas rindo. Logo mais centenas e centenas de tecelãs deixavam a empresa, demonstrando grande curiosidade ou apenas sorrindo<sup>70</sup>.

Depois que as últimas operárias saíram, a multidão começou a se manifestar com entusiasmo. "Aqui e ali e logo em vários pontos vozes tentavam suggestionar: 'vamos para outras fábricas'" (grifo nosso). Dante Pelacani, entretanto, não permitiu que o piquete prosseguisse: afirmou ter recebido comunicado de que outras empresas estavam também paralisando e apelou para que a manifestação se dissolvesse e todos voltassem para suas casas ou sindicatos. "Neste momento algumas vozes tentaram cobrir as palavras do orador, que de maneira firme colocou a seguinte questão: 'Ou vocês me obedecem ou me destituem aqui'", encerrando a celebração.

A reportagem do *Última Hora*, fonte da narrativa apresentada anteriormente, sempre elogiando a prudência dos dirigentes sindicais, não deixa de revelar que a iniciativa de consolidar a greve com a paralisação da São Paulo Alparagatas e da Companhia Brasileira de Linhas para Coser partiu de operárias apoiadas pela multidão reunida no estádio. O desejo de prosseguir, empregando o método que se mostrara eficiente na São Paulo Alparagatas, frustrou-se com a intervenção de um dirigente do comando de greve. Na ação de Pelacani, parece manifestar-se tanto a cautela necessária para controlar excessos e evitar confrontos e violências, quanto a deliberação de impedir que a greve se generalizasse, indo além das categorias inicialmente envolvidas e dos limites de uma luta por reajuste salarial e congelamento de preços.

No segundo episódio, também relatado pelo *Última Hora*, vemos um grupo de 250 piqueteiros postados diante de 2 pelotões de choque da Força Pública que protegiam a Metalúrgica Souza Noshese. A atmosfera esquentava e delineava-se a possibilidade de confrontos. Dante Pelacani e o deputado Rocha Mendes foram, então, convocados e rumaram para o local. Informa a reportagem:

Depois de muitos vais e vens o Sr. Dante Pelacani tomou uma deliberação: parou um carro de praça que passava em frente à fábrica, ordenando que o chefe dos piqueteiros, Vitorino C. Meneguello, juntamente com ele e o deputado Rocha Mendes rumassem para o QG dos grevistas [...].

No trajeto até a sede dos têxteis, Pelacani explicava os motivos pelos quais um piquete deve ser pacífico. Porém, a verdade é que o Sr. Vitorino Meneguello não se conformou<sup>70</sup>.

Portanto, evidenciava-se uma ação da direção da greve para controlar tanto os piquetes espontâneos, que tendiam a generalizar o movimento, quanto os "excessos" dos piquetes reconhecidos. Nossa hipótese é que uma atmosfera de "motim da fome" se produziu no decorrer da luta, tendo os piquetes como núcleos de sua organização.

Sabemos que os "motins da fome" constituíram formas típicas de ação das multidões rurais e urbanas na Europa pré-industrial, tendo como alvo imediato os comerciantes e, como método de ação, as pilhagens e distribuição de alimentos ou a *taxation populaire*, isto é, a fixação de preços determinados pela tradição e pela suposta autoridade do rei. Tendiam a ocorrer em circunstâncias de escassez ou carência. George Rudé situa o período mais intenso desse tipo de manifestação na Europa entre 1730 e 1840, tendendo a transformar-se e desaparecer com a consolidação da sociedade industrial, dos sindicatos, dos partidos operários e da difusão de ideias socialistas<sup>71</sup>. Embora tenham ocorrido motins em São Paulo (os "quebra-quebras") no período enfocado neste estudo, estavam relacionados com problemas de transportes, como vimos no capítulo 4. Por outro lado, faltam à Greve dos 400 Mil duas características dos "motins da fome" típicos: a participação da "multidão" furiosa e as ações de saques ou depredações contra alvos diretamente associados à distribuição de alimentos. Não se trata, portanto, de estabelecer analogias indevidas. Ainda assim, o "modelo" fornecido pelos "motins da fome" pode ser de alguma valia para tentarmos desvendar o mistério da ação dos "piquetes fantasmas", uma vez que é notável na greve a presença de uma das causas do furor popular nos "motins da fome", a "crise de subsistência" (Ralle, 2004, p. 89).

Um aspecto pouco analisado pela bibliografia sobre a Greve dos 400 Mil é sobre o próprio período desenvolvimentista relaciona-se com os

<sup>70</sup> "Hoje o dia 'D' da batalha operária: CLÍMAX DA GREVE-PASSEATA, COMÍCIO E 6 ASSEMBLEIAS", *Última Hora*, nº 1.699, 24 out., 1957, 1ª Caderno, p. 5.

<sup>71</sup> Confeirir Rudé, 1991, pp. 22, 36, 116; Ralle, 2004, p. 89.

efeitos sociais e políticos do persistente processo inflacionário e da escassez de alguns gêneros de primeira necessidade. O discurso contra a fome e a carestia estava presente tanto na pauta de reivindicações, quanto na própria denominação da aliança formada pelos sindicatos (Aliança Intersindical por Aumentos de Salários e Contra a Carestia) e nas bocas dos grevistas.

Um lugar comum nos discursos dos vereadores a respeito da Greve dos 400 Mil era a denúncia da situação de fome e miséria do operariado em oposição à ganância dos "tubarões". Já no dia 15 de outubro, quando a luta começou, o vereador Agêtor Mfonaco, do PST, prestava solidariedade aos trabalhadores, declarando: "quero, da tribuna desta Câmara [...], manifestar expressamente a minha solidariedade a esses trabalhadores. Não o faço por favor algum. Faço-o compreendendo a extrema situação de miséria, de carestia, de penúria em que vive o trabalhador honesto em nossa terra"<sup>72</sup>. Na mesma sessão, o vereador João Louzada pronunciou discurso afirmando: "Quero inicialmente congratular-me com estes trabalhadores que, além de *defenderem um pedaço de pão a mais para os seus filhos*, estão dando uma demonstração de unidade e organização". E o vereador Sebastião Marcondes, por sinal coronel do Exército, disse: "Pelo menos que este governo promova, nesta hora, o bem-estar daqueles que pedem um pouco mais de remuneração para comprar também um pedaço de pão a mais para os seus familiares"<sup>73</sup> (grifo nosso). Essa mesma expressão, vale lembrar, foi empregada no manifesto lido pelo presidente do Sindicato dos Gráficos à zero hora do dia 15 de outubro, quando a parede foi deflagrada: "Paralisamos o trabalho porque lutamos por um pedaço a mais de pão para nossos filhos. Paralisamos o trabalho porque os patrões, não querendo tocar em seus grandes lucros, nos negam a migalha que pedimos"<sup>74</sup>.

A segunda característica específica da greve, a intensa disputa entre as autoridades públicas pela simpatia dos operários, acrescentou ao movimento um equivalente a outro componente dos "motins da fome" clas-

sicos, a "rebelião contra a autoridade". Esse traço parece ter-se manifestado aqui de uma maneira peculiar: os grevistas e a população logo perceberam tanto uma situação de grave divisão entre as autoridades, resultando na ausência de policiamento repressivo nos três primeiros dias, quanto a busca ostensiva de uma aliança por parte de autoridades do porte de um governador e de um vice-governador de estado. Nossa hipótese é de que a "quebra" simbólica ou real da autoridade, com o conseqüente recrudescimento da mobilização popular, verificada nos motins, teve seu equivalente na Greve dos 400 Mil com a decisão, tomada por Jânio Quadros, de transferir aos grevistas a incumbência da manutenção da ordem.

Tanto os dirigentes quanto os próprios operários de base receberam fortes sinais de que altas autoridades apoiavam a luta e por alguns dias, e alastrou-se a sensação de que a cidade era dominada pelos grevistas. E, assim, provável que piquetes às vezes multitudinários, soltando foguetes e recebendo apoio da população que passava em suas "condições repletas"<sup>75</sup>, sentindo-se seguros o suficiente para requisitar caminhões particulares no meio da rua<sup>76</sup>, tenham atraído a participação de setores populares não vinculados aos sindicatos ou categorias envolvidas no movimento.

Quanto ao fato de os sindicatos desfraldarem a bandeira da defesa de créditos à indústria nacional e da aliança patriótica com o Exército, acreditamos que confirma, em parte, um antigo diagnóstico formulado por Fábio Munhoz em seu estudo sobre o tema. Segundo esse autor, o movimento de 1957 demarca um "ponto de inflexão" nas lutas sindicais de São Paulo, a partir do qual a aliança entre comunistas e janguistas se consolida e bloquearia as possibilidades abertas em 1953. De fato, a busca de um acordo pontual com o Exército em 1953, visando evitar a repressão policial, transformava-se, em 1957, em chamado à aliança estratégica em defesa da pátria, acompanhado da defesa de créditos para a indústria nacional. Isso ocorreu enquanto a greve, pela base, alastrava-se e infla-

72 Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 273ª sessão, 15 out., 1957, vol. 23, p. 277.

73 Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 273ª sessão, 15 out., 1957, vol. 23, p. 284.

74 "Abala S. Paulo a greve geral desencadeada!", Última Hora, nº 1.691, 15 out., 1957, 1ª Caderno, p. 4.

75 "Progride o movimento parietista no estado", Última Hora, nº 1.691, 15 out., 1957, 2ª edição, p. 1.

76 "Adesão em massa à cerrada parede!", Última Hora, nº 1.693, 17 out., 1957, 1ª Caderno, p. 12.

mava como arma de luta contra a fome. Correndo o risco de retornar velhas discussões, acreditamos ser válido dizer que o movimento sindical, assim, abria mão da possibilidade de uma afirmação autônoma da classe trabalhadora como direção política e social dos oprimidos em um arco de alianças por efetivas transformações sociais.

Na Greve dos 400 Mil, não foram realizadas tantas passeatas quanto na de 1953. As mobilizações de rua ocorrem no dia 23 de outubro, quando operários e estudantes saíram pelo centro de São Paulo, e no encerramento, no dia 24. Em compensação, dos dias 21 a 23 foram realizadas assembleias diárias conjuntas no Hipódromo da Mooca, com a participação de um público estimado entre 20 mil e 50 mil pessoas em cada uma.

Sobre os piquetes, cabe observar que foram registradas ações violentas e alguns enfrentamentos com segurança de empresas, o que gerou interrogações sobre as causas e os significados desses conflitos. Várias hipóteses foram alinhavadas: infiltração de agentes dos empresários ou de políticos, manifestação da explosividade dos nordestinos, ação de possíveis agentes do consulado norte-americano. A nossa hipótese é de que os episódios decorreram, em sua maioria, de enfrentamentos com os seguranças particulares em empresas maiores ou os próprios empresários nas menores. É isso o que começa a ocorrer desde o começo da greve. Já no dia 16 de outubro, o *Última Hora* registra que o movimento estava se alastrando e os piquetes tornavam-se mais numerosos e agressivos. No dia anterior, piquetes teriam sido repelidos à bala e teriam ocorrido depredações<sup>77</sup>. Na fábrica Steel-Bronze do Brasil, na Barra Funda, dois operários foram atingidos. No dia seguinte, novas notícias com o mesmo teor. Um piquete teria sido recebido a tiros em uma tecelagem em Santo Amaro. Na Indústria Têxtil Gabriel Calfat, o operário João Herculano de Oliveira fora atingido por disparos efetuados pelo porteiro, Lindolfo Francisco. O operário Luis Leite Siqueira, solteiro, 21 anos, fora baleado num terceiro piquete, em Utinga. Santo André, tentando paralisar a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), e, no Largo 13 de Maio, foi atingido o operário José Ferreira, de 30 anos, solteiro, residente em Santo

Amaro, quando também participava de um piquete<sup>78</sup>. Na Yemag, no Ipiranga, dois operários grevistas foram atingidos por pedras na cabeça durante eventos classificados pelo jornal como "depredações da Yemag"<sup>79</sup>. Na Ford, o piquete não se intimidou e teve êxito na paralisação do trabalho, apesar de guardas e mesmo operários se apresentarem armados de revólveres, segundo a reportagem do *Última Hora*<sup>80</sup>.

O jornal *O Metalúrgico* recorre a duas explicações para esses enfrentamentos violentos. A primeira vai ao encontro da argumentação que acabamos de apresentar: "Onde tem havido incidentes, a culpa tem sido dos patrões e das polícias particulares das empresas que atiram nos trabalhadores". A segunda reforça a tese da infiltração patronal. A partir do segundo dia de greve, os patrões passaram a receber os piquetes a tiros e teriam iniciado uma manobra "para colocar a greve na ilegalidade", estimulando quebra-quebras no perímetro fábri, recorrendo a "agitadores, marginais contratados e aproveitadores baratos"<sup>81</sup>.

A dinâmica da própria greve se mostrou suficientemente carregada de elementos explosivos para que tenhamos que recorrer a hipóteses conspirativas para explicar os confrontos com os piquetes. Assim, quando, no dia 16 de outubro, 40 agentes do Dops receberam, no QG da greve, o pedido "para combater os elementos que se infiltram nos piquetes com o intuito de provocar badernas, prejudicando sensivelmente o movimento e contrariando determinações sindicais", esses agentes estavam, talvez, sendo acionados mais contra setores populares que encontravam nos piquetes um meio de expressar sua fúria, do que contra agentes patronais infiltrados<sup>82</sup>.

O conflito entre as "ações civilizadas" dos movimentos populares e as "selvagerias" não era novo e já se apresentava nas lutas contra a carestia de 1912, analisadas por Raquel Rolnik (1988, pp. 88-9) de forma percu-

77 "Saravada de balas desfez o 'piquete'", *Última Hora*, nº 1.693, 17 out., 1953, 1º Caderno, p. 2.

78 "Dois grevistas feridos", *Última Hora*, nº 1.693, 17 out., 1957, 1º Caderno, p. 7.

79 "Adesão em massa à cerrada parede", *Última Hora*, nº 21.693, 17 out., 1957, 1º Caderno, p. 12.

80 "Vitória da unidade dos trabalhadores", *O Metalúrgico*, nº 167, nov.-dez., 1957, p. 1.

81 "Nada resolvido na Junta de Conciliação", *Última Hora*, nº 1.693, 17 out., 1957, 1º Caderno, p. 3.

77 "Industriais pedem proteção de tropa do II Exército", *Última Hora*, nº 1.692, 16 out., 1957, 1º Caderno, p. 3.

ciente. Lembra a autora que, quando o movimento “ganhava as ruas”, provocava uma espécie de “encontro/articulação” de práticas de oposição de vários grupos: libertários, imigrantes frustrados em seu desejo de “fazer América”, pequenos proprietários urbanos, operários descontentes e a ralé “que entrava no movimento com violência”. De acordo com a autora, a ralé “não formulava discurso algum, não propunha modelos de organização nem traçava qualquer tipo de plano; no entanto, sua ação violenta marca sua posição de oposição”. Ainda segundo Rolnik, a ação repressiva agia no sentido de marcar as diferenças existentes no conjunto heterogêneo do movimento, “sugerindo ações ‘civilizadas’ e condenando ‘selvagerias’”. Desse modo, os grupos que condenavam a violência e o roubo estabeleciam uma zona de identidade com princípios ético-políticos da ordem social dominante.

No segundo dia de greve, 16 de outubro, começaram as seções de conciliação nas Juntas de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Gráficos, têxteis e trabalhadores em curtnumes recusaram as propostas patronais. No dia 17, o novo delegado do Trabalho, Irineu Mendonça, entrou em ação, mantendo tratativas com o governador Jânio Quadros, o Comando de Greve e a Fiesp. A solução, afinal, veio no dia 24 de outubro, quando o TRT julgou o dissídio que fora remetido no dia 14 pela DRT *ex officio*.

No dia do julgamento, às 12 horas, realizou-se uma concentração das categorias em frente à sede do Sindicato dos Gráficos, na Rua da Figueira, Parque Dom Pedro II. Em passeata rumaram para a Rua Rego Freitas, onde aguardariam o resultado.

Dezenas de ciclistas “puxavam” a multidão estimada em 10 mil trabalhadores e trabalhadoras. Atrás deles, de braços dados, marchavam os “generais da greve”: Aldo Lombardi, Eugenio Champ, José de Araújo Plácido, dos metalúrgicos; Arthur Avalone, da Federação dos Têxteis; Dante Pelacani, da Federação dos Gráficos e secretário-geral do Comitê Intersindical de Greve; o vereador João Lousada, do Sindicato da Construção Civil; e outros. Na Praça Roosevelt, destino final do cortejo, milhares de operários, além de generais reformados do Exército, advogados trabalhistas e políticos, esperavam o resultado do julgamento e a chegada da passeata. Como o sol do meio-dia castigava, abriram-se

centenas de sombrinhas coloridas, compoendo, com os vestidos estampados das tecelãs, o caleidoscópio de um carnaval operário. Ao invés de samba-enredo, o desfile era cadenciado por uma marcha com o refrão “A greve continua! A greve continua!”<sup>83</sup>.

A notícia da decisão do TRT atingiu a Praça Roosevelt antes do cortejo, que, ao chegar, já encontrou em pleno andamento a festa da vitória: “operários e operárias dançavam ao som da tradicional bandinha dos bancários. Mulheres choravam de alegria. Fogos espoucavam, cartazes, discursos e flâmulas agitavam-se freneticamente”<sup>84</sup>. No dia seguinte, daria no *Última Hora*: “Terminou a batalha dos piquetes com a conquista dos... 25% — VITORIOSA A GREVE: OPERÁRIOS DANÇAM EM PRAÇA PÚBLICA”<sup>85</sup>.

Em meio a dança, fogos de artifício, marchinhas e choro, falaram os principais componentes da Comissão Central da Greve: Dante Pelacani, Remo Forli, Julio Devichiatti, presidente do Sindicato dos Têxteis, Antonio Chamorro, Silvestre Bozzo, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Papel e Papelão, Remidgio Perotti, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Couro, além de personalidades como o prefeito de São João da Boa Vista, Jorge Nicolau, e o general Porfirio da Paz. Este pronunciaria um veemente discurso, rematando sua intensa participação na Greve dos 400 Mil. De acordo com relatório do Dops,

o vice-governador discorreu longamente sobre a atitude dos industriais, que lutavam contra seus operários, porque estes somente reivindicavam um pouco mais de pão para os seus filhos. “Luto convoso, decididamente, porque pelas vossas mãos estou no poder”. “Jamais os atraioarei”. “Não deserto da luta, podem processar e até prender”. “Não recuarei jamais”. “Serei sempre o chefe do piquete, de memorável jornada, porquanto este dia ficará na história de São Paulo”<sup>86</sup>.

83 Esse parágrafo foi construído com base na bela reportagem do articulista sindical Iamaraty Feitosa Martins, do *Última Hora*, que manteve por muitos anos, naquele jornal, a Coluna dos Trabalhadores e teria sido ligado ao PCB, segundo Salvador Losacco. Conferir Freckert, 1994, p. 229. *Fotografias da passeata convocaram-se em Martins, 1985, “Caderno de fotos”*. Conferir também dossiê Dops 30-B-264-123-4.

84 *Última Hora*, nº 1.700, 25 out., 1957, p. 4, coluna de Iamaraty Feitosa Martins.

85 *Última Hora*, nº 1.700, 25 out., 1957, p. 4, coluna de Iamaraty Feitosa Martins.

86 Dossiê Dops 30-B-264-124.

SÃO PAULO VIBRA COM OS TRABALHADORES I



Figura 12 – A Greve dos 400 Mil é considerada vitoriosa e os trabalhadores comemoram dançando na Praça Roosevelt. Fonte: Arquivo Jornal *Última Hora*, Arquivo do Estado de São Paulo.

À noite, metalúrgicos e têxteis reunidos em assembleia aprovaram o resultado do dissídio. Na assembleia metalúrgica, com cerca de 800 presentes, o advogado do sindicato, doutor Christóvam Ferraz, e o vice-presidente José de Araújo Plácido explicaram sobre o aumento de salários: haviam sido conquistados 25% com base no salário de 1º de outubro de 1956. Seriam descontados os “aumentos espontâneos” concedidos nesse interim, mas não os conseguidos por promoção ou maioridade. Quem tinha menos de um ano de serviço receberia aumento proporcional ao

tempo de trabalho. Os trabalhadores haviam conseguido eliminar o teto de reajuste; cláusula que prejudicava os especializados, mas não a cláusula da “insuficiência econômica”, que dispensava as empresas que comprovassem essa condição na Justiça, da aplicação do dissídio. O acerto duraria um ano. Um trabalhador morto durante a greve foi homenageado com um minuto de silêncio e, por fim, o acordo aprovado unanimemente<sup>87</sup>.

Na assembleia têxtil, Nivaldo Fonseca, componente da Comissão de Propaganda, apresentou relatório das atividades desde o início da greve. O presidente do sindicato, Julio Devichiatti, elogiou o trabalho de todas as comissões que funcionaram durante aqueles dias, “especialmente a comissão de piquetes”. Antonio Chamorro, pressagioso, alertou que a luta não chegara ao final, pois era preciso assegurar a aplicação do aumento, proclamando os trabalhadores a se organizarem “mais e mais nos locais de trabalho”. Entre as deliberações adotadas, estava a de aceitar o julgamento do TRT, conceder “um prêmio ao companheiro metalúrgico que serviu de corneiteiro dos piquetes e à cozinheira Antonia Aparecida da Matta”, e, prosseguindo com a festa iniciada na Praça Roosevelt, realizar um baile em homenagem à vitória<sup>88</sup>.

Os 25% obtidos no TRT de São Paulo foram perdidos no TST, que, em 13 de janeiro de 1958, julgou o recurso dos empresários dos ramos metalúrgico, têxtil e gráfico e, dois dias depois, dos ramos de calçados e couro e papel e papelão. Em ambos os casos, a mesma decisão: o reajuste era reduzido de 25% para 18% e estabelecido o teto de 1.500 cruzeiros.

3.3 A Greve dos 400 Mil: resultados

Sintetizando, pode-se dizer que se delineava o seguinte quadro: a deflagração de uma greve geral envolvendo seis grandes categorias ganha traços de “motim da fome” e mobiliza, pela ação dos piquetes, tanto as categorias integrantes da aliança de greve, quanto outras categorias e se-

87 Ata da Reunião Final da Assembleia Geral Permanente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 19 out., 1957, pp. 122-3.

88 Ata da Sessão Permanente da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 24 out., 1957, p. 183v.

tores populares descontentes com o desemprego, as condições de consumo e de vida urbana. A greve recebe, inicialmente, apoio, consentimento ou solidariedade das autoridades, condicionado à manutenção do seu caráter "pacífico e ordeiro". Os dirigentes sindicais são obrigados a fazer uma escolha: ou empenhar-se em manter estritamente o formato e as metas iniciais (reajuste de 4,5%, congelamento de preços e participação exclusiva das categorias inicialmente envolvidas), ou esforçar-se por ampliar o movimento e postular-se como direção de uma nova dinâmica e de um novo arco de alianças. Essa segunda opção implicaria transformar a greve das seis categorias em greve geral por reajuste de salários; acrescentar ao eixo de lutas medidas contra o desemprego e as medidas efetivas — que já vinham sendo debatidas nas convenções contra a carestia —, contra o desabastecimento e a carestia e, finalmente, desenvolver e fortalecer o caráter do PUI como amplo plenário popular, direção das diversas lutas, ou desdobrá-lo em duas organizações: uma central sindical e um plenário popular.

7

## AS GREVES GERAIS (1961-1964)

### 1. A greve pelo décimo terceiro salário

#### 1.1 Conjuntura

A greve geral pela aprovação do projeto de lei do décimo terceiro salário ocorreu em 14 dezembro de 1961, portanto quatro meses após a renúncia de Jânio Quadros e a crise política e institucional então desencadeada. A luta pelo décimo terceiro salário transcorreu de forma muito diferente das greves de 1953 e 1957. No meio sindical, encontrou a oposição do recém-formado MSD (Movimento Sindical Democrático). No dia 12, o ministro da Justiça, Alfredo Nasser (do PSP ademarista), declarou a greve ilegal. A Câmara dos Deputados, por sua vez, tendo aprovado em primeira votação o projeto de lei nº 440/50, do deputado Aarão Steinbruch, que tornava o décimo terceiro salário lei, resolveu submetê-lo a um segundo escrutínio, mas entrou em recesso, alegando estar sendo coagida<sup>1</sup>. Aparentemente na véspera do dia 14 de dezembro, foi convocada uma reunião de emergência da assembleia geral da Fiesp, na qual foi elaborada a declaração "A indústria paulista à nação". Tudo indica ter sido nessa mesma reunião que os industriais começaram a mudar de atitude em relação ao governo Goulart e às instituições democráticas. Segundo anotações de um agente do Dops, haviam declarado que, "para defendermos nossos interesses, iremos até o ato de completa rebeldia". Teriam afirmado, tam-

<sup>1</sup> "Abono de Natal: greve foi impedida", *O Metalúrgico*, nº 204, dez., 1961, p. 4.

bém, “que os industriais paulistas não mais confiam no governo federal, no Congresso e na Câmara dos Deputados, sendo que suas últimas esperanças estão depositadas no governo estadual e no Exército nacional” (Negro, 2004, pp. 199-200). À gravidade do gesto dispensa comentários.

A conjuntura mudara. Em um quadro, ainda, de crescimento acelerado do PIB, de 7,7% em 1961 e de crescimento industrial de 12%, alguns fundamentos econômicos começavam a deteriorar-se. A inflação chegou a 52,3% e, como demonstrou Moniz Bandeira (1979, p. 70), de julho a outubro de 1961, durante a crise da renúncia, os preços dos alimentos e artigos de vestuário em São Paulo tiveram altas sempre superiores a 100% ao mês. O balanço de pagamentos apresentava déficit crescente, a dívida externa aumentava e o déficit orçamentário empurrava a inflação para cima. O problema de a que classes impor perdas a fim de estabilizar a economia já se anunciava e marcaria a conjuntura pelos anos seguintes.

Na esfera política, são bastante conhecidos os contornos gerais da chamada “crise da renúncia”, mas cabe relembrar alguns acontecimentos. Os três ministros militares velaram a posse de João Goulart, com o apoio de “importante parcela das Forças Armadas” e de um grupo de civis “visceralmente antigetulista”, e ameaçaram prender Goulart quando desembarcasse no Brasil (Abreu et al., 2001, p. 2.618). No dia 29 de agosto, o Congresso rejeitou um pedido de *impeachment* de Jango e, no dia 30, os três ministros militares lançaram um manifesto contra sua posse, acusando o vice-presidente de incentivar agitações e estar associado ao comunismo internacional. No Rio Grande do Sul, Brizola distribuiu armas para a população civil, organizando a resistência. Várias categorias de trabalhadores entraram em greve: foram, no total, 4 greves nacionais, 17 de amplitude regional e 12 em nível local (Mattos, 2003, p. 147). Portanto, se poderosas forças militares e civis agiram contra a posse de Goulart, parte do movimento sindical, lideranças civis, como os governadores Brizola, Nei Braga (Paraná) e Mauro Borges (Goiás), posicionaram-se também radicalmente contra o golpe.

Ocorre que a própria vitória de Jânio Quadros para a Presidência da República e de Carvalho Pinto, para o governo de São Paulo, em 1958, representaram uma alteração da relação de forças sociais e políticas. A candidatura do primeiro à Presidência fora lançada pela UDN, pelo Par-

tido Democrata Cristão (PDC) e por outras siglas de menor expressão. Sua vitória, portanto, representou um revés para as forças políticas hegemônicas desde o pós-guerra, representadas na aliança PSD—PTB. As mesmas forças que sustentavam Jânio também apoiavam o governo de Carvalho Pinto em São Paulo. No plano social, tanto Jânio em 1960, quanto Carvalho Pinto em 1958, receberam expressivo apoio do eleitorado de classe média. No caso da eleição presidencial, a análise de Bolívar Lamounier e Maria do Carmo Campello e Souza é precisa. Segundo eles, Jânio representava, então, “ainda a grande esperança dos desertados, mas é sobretudo instilador de novo ânimo defensivo à classe média tradicional, atormentada pela inflação, temerosa das mudanças que se processavam no país, ansiosa em busca de um messias-estadista para repor as coisas nos seus lugares” (Lamounier e Souza, 1976, pp. 56-7, apud Chaia, 1991, p. 185). Veremos que a greve pelo décimo terceiro salário foi duramente reprimida, o Sindicato dos Metalúrgicos, mantido cercado ilegalmente e, na Câmara de Vereadores, os apoiadores do movimento ficaram isolados.

#### 1.2 A greve pelo décimo terceiro salário: desenvolvimento

O décimo terceiro salário é um desses casos de reivindicação surgida no chão da fábrica, legitimada nas relações costumeiras entre patrões e empregados em algumas empresas, transformada em lei à custa de greves, demissões, abaixo-assinados, prisões e cuja memória é depois ofuscada pelo brilho da lei, que, supõe-se, como toda lei, deve ter sido iniciativa de algum presidente, deputado ou senador.

Essas considerações, porém, não se aplicam à velha geração de metalúrgicos e têxteis, que guarda com orgulho o mérito de ter participado da luta pela obrigatoriedade do pagamento do “abono de Natal”, que se transformou no décimo terceiro salário. É como se preservassem condições invisíveis, evocadas em situações especiais, com frases simples e seguras. Miguel Terribas, torneiro mecânico da siderúrgica Alperiti, revelou-nos:

A Globo foi um dia desses fazer uma reportagem sobre os 450 anos de São Paulo e eu sai na reportagem. Justamente eu falei mais ou menos isto:

“Olha, as conquistas de que eu participei foram descanso semanal remunerado, décimo terceiro, que todo mundo recebe, e as férias de 30 dias” [...], fora outras coisinhas aí?”

João Miguel Alonso também se lembrou com orgulho da luta pelo décimo terceiro salário e reproduziu a argumentação empregada nas negociações com os patrões:

O décimo terceiro salário a maior parte do nosso povo ignora, saiu do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, pode confiar com toda a consciência no que eu estou falando. Toda a vez que nós abríamos qualquer negociação de fim de ano com os patrões, nós encaixávamos o décimo terceiro, porque, sabe o que acontecia naquela época?, os patrões ganhavam aquele dinheiro no fim do ano, tudo, chegava e dava um panelone, e dava uma garrafa de vinho ruim para o cara. Então nós mostramos a realidade: o trabalhador também precisava passar um Natal melhor. Nós sempre levávamos esse problema desde antes: o trabalhador, no fim de ano, precisava comprar um sapato melhor para o filho, precisava comprar um vestido para a mulher. “Oh, meu Deus do céu, vocês têm que entender, vocês não vão dar a empresa para eles, vocês vão dar apenas o essencial para esse coitado viver, passar um Natal melhor com a família.”<sup>3</sup>

Embora fosse um recurso retórico afirmar “vocês não vão dar a empresa para eles”, de fato, a reação patronal às tentativas de legalizar o abono de Natal não escondia a decisão de preservar tanto quanto possível a autonomia empresarial relativamente à gestão de sua propriedade e seus negócios, repelindo interferências do poder público. A Fiesp recomendava que seus membros pagassem voluntariamente o abono, em um boletim de dezembro de 1961, divulgado após a greve geral do dia 13, mas não admitia a aprovação do projeto de lei do deputado Aarão Steinbruch, acusando o governo federal de demagogia por apoiá-lo (Weinstein, 2001, pp. 240, 341).

Um vereador da UDN, Eduardo de Souza Queiroz<sup>4</sup>, no dia da greve geral pela aprovação do décimo terceiro salário, defendia o mesmo ponto de vista no plenário da Câmara:

Há alguns anos tive uma pequena indústria e, durante muito tempo, lutei para conseguir ganhar alguma coisa com ela. Anos seguidos tive prejuízos, embora os operários que nela trabalhavam sempre recebessem seus ordenados [...].

Este salário, este abono de Natal, não é justo, porque para o aumento do custo de vida, segundo o que se alega, existe o salário mínimo e os reajustes. Se não está certo, reajuste-se, mas esse salário, não previsto para uma indústria que não tenha capacidade de concedê-lo, é uma forma de levar-nos a um desastre e talvez a uma situação grave.<sup>5</sup>

Antes de ser objeto do projeto de lei nº 440/50, a gratificação natalina fora tratada em outro projeto, do deputado Muniz Falcão, que tramitou na Câmara em 1951, recebendo um parecer da Comissão de Constituição, classificando-o como inconstitucional “por considerar a maioria dos membros daquele órgão que a Constituição Federal não permite a interferência do Estado nos encargos financeiros de particulares”, numa visão estritamente liberal, que fazia lembrar os argumentos dos industriais contra a legislação trabalhista na República Velha.<sup>6</sup> Antes, porém, de ser levada ao Legislativo, a reivindicação da gratificação legitimou-se ao longo dos anos, assumindo formas diversas, moldada pelas mãos de diferentes sujeitos.

Os primeiros registros de que temos notícia falam de greves e demandas pelo abono natalino em 1921 na Companhia Paulista de Aníagem e na indústria Mariângela (Wolfe, 1993, p. 32). Em 1944 ocorreu uma greve geral pelo seu pagamento em Santo André, uma vez que fora concedido aos operários da Pirelli em 1943. Na onda de greves que se alastrou

4 Eleito suplente na 4ª Legislatura (1º/1/1960 a 31/12/1963) e na 5ª Legislatura (1º/1/1964 a 31/12/1969), engenheiro civil, nascido em Limeira, em 1912.

5 *Diário Oficial do Estado*, 13 dez., 1961, 235ª sessão ordinária da Câmara Municipal de São Paulo, 15 dez., 1961, p. 50.

6 “Abono de Natal permanente aos trabalhadores”, *O Metalúrgico*, nº 115, dez., 1952, p. 9; “Abono de Natal aos trabalhadores”, *O Metalúrgico*, nº 92, dez., 1950, p. 8.

2 Entrevista realizada em 19 de julho de 2005, cedida ao Centro de Memória Sindical.

3 Entrevista realizada em 15 de julho de 2005, cedida ao Centro de Memória Sindical.

de dezembro de 1945 a março de 1946, a luta pelo prêmio de final de ano era a principal reivindicação na maioria delas, envolvendo categorias como ferroviários da Sorocabana, trabalhadores da Light, tecelões, metalúrgicos, gráficos e químicos em São Paulo (Costa, 1995, pp. 15, 53, 56). Jover Telles registra que, em 1951, 19 empresas metalúrgicas tiveram seus trabalhos paralisados pelo pagamento do abono de Natal.

A mobilização foi retomada por metalúrgicos e têxteis em novembro de 1952. Os metalúrgicos decidiram declarar-se em "assembleia permanentemente para consecução do abono de natal"<sup>7</sup> e, em outubro do ano seguinte, a organização intersindical que vinha se articulando após a Greve dos 306 Mil resolveu desencadear uma campanha por um mês de salário como abono de Natal, envolvendo metalúrgicos, têxteis, bancários, gráficos, marceneiros, vidreiros, padeiros, sapateiros, comerciários, ferroviários e outros sindicatos, num total de 19 sindicatos<sup>8</sup>.

No percurso do chão da fábrica até o seu reconhecimento como direito, a reivindicação da gratificação natalina não foi tângida apenas por greves e confrontos. Outras práticas mais persuasivas foram empregadas, apelando-se ao sentimento cristão dos empregadores, aos valores da harmonia social e do bem-estar da família, como sugere o depoimento de João Miguel Alonso citado.

Por volta do mês de outubro de cada ano, os sindicatos de metalúrgicos e têxteis de São Paulo começavam a enviar circulares às empresas apelando para o pagamento do abono. Na Reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, de 17 de setembro de 1952, comenta-se que, no ano anterior, tal procedimento alcançara "resultados compensadores"<sup>9</sup>. Em reunião do dia 4 de novembro do mesmo ano, os têxteis resolveram fazer a mesma coisa<sup>10</sup>.

Podemos ter uma ideia do teor dessas circulares por um artigo publicado em *O Metalúrgico*, de novembro de 1951, no qual o conteúdo de uma delas é reproduzido. Alguns argumentos apresentados já vinham

sendo desenvolvidos em artigos ou telegramas enviados às autoridades anteriormente. Por exemplo: alegava-se que o pagamento do abono era uma forma de antecipar o direito à participação nos lucros das empresas, reconhecido pela Constituição de 1946 e ainda não regulamentado. Buscava-se, assim, a cobertura legal para a demanda em um dispositivo constitucional que tratava de outro assunto e vinha sendo descumprido. O argumento fazia dos trabalhadores credores de um direito ao invés de pedintes. Outro argumento mexia com o fantasma da convulsão social, um dos componentes da ideologia do Estado Novo e da Guerra Fria:

Na época em que atravessamos [sic], já com o início de graves perturbações sociais que afetam alguns Países do mundo [...] o povo brasileiro, pelo procedimento dos seus dirigentes responsáveis, políticos e administrativos, tem dado um esplêndido exemplo, procurando sempre suavizar as dificuldades das classes menos favorecidas.

Assim, o ideal da "paz social", tão lembrado pelo empresariado em situações de greves, era agora implicitamente evocado para cobrar-lhes a contrapartida.

Outro raciocínio, mais contundente, apresentado no mesmo artigo, lembra os "lucros magníficos" auferidos pelo empresariado, como prova de sua aptidão para pagar o abono e, também, do merecimento dos operários<sup>11</sup>. Também era lembrado o fato de que o pagamento do bônus se tornara "uma tradição e todas as empresas o vem concedendo independentemente de qualquer formalidade" (grifo nosso).

Outra linha argumentativa apelava, como mencionamos, para o sentimento cristão do empresariado. Em janeiro de 1951, um artigo de Cinda Peraz Forgado, ainda em *O Metalúrgico*, lembrava:

Findou-se 1950! O corpo trabalhista acha-se exausto por nova e ruide etapa de labor! Quão grato lhe seria o refrigério de uma expressão amiga e

7 "Necessitamos novamente de um reajustamento de salário", *O Metalúrgico*, nº 115, dez., 1952, p. 1.

8 Eugênio Champ, "A intersindical e a luta pelo abono de Natal", *O Metalúrgico*, nº 125, out., 1953, p. 3.

9 *Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 17 set., 1952, p. 52.

10 *Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 4 nov., 1952, p. 173.

11 "Abono de Natal para os metalúrgicos", *O Metalúrgico*, nº 102, nov., 1951, p. 12. O

journal *O Metalúrgico* publicava, frequentemente, quadros com os lucros anuais das empresas do setor. O efeito negativo da simples divulgação dos altos lucros para a imagem do empresariado em uma conjuntura de escassez de gêneros de primeira necessidade e baixos salários pode ser avaliado pelo fato de que em 1947 a Fiesp pressionou a imprensa para que passasse de publicar matérias sobre os lucros da indústria (Wolfe, 1993, p. 133).

suplementar oferta monetária: o abono de natal, por seus empregadores; e apenas o silêncio os acolheu.

[...]

Avante empregadores de São Paulo. A tribuna da justiça está vazia! Subi e oferta-lhes a frase agradecida que aquece o coração [...]. Dentro de vós, qual subirá primeiro para honrá-la e receber dos céus o doce olhar de Deus?<sup>12</sup>

Outro método empregado na luta era a elaboração de abaixo-assinados — denominados “listas” — que percorriam as fábricas, sendo depois encaminhados à Fiesp. No Sindicato dos Metalúrgicos, há registro da aprovação de tal encaminhamento em novembro de 1952<sup>13</sup>, em outubro de 1953 — quando foi resolvido elaborar uma “lista-monstro”<sup>14</sup> — em dezembro de 1954<sup>15</sup> e em dezembro de 1955<sup>16</sup>. O mesmo procedimento foi registrado em ata de assembleia geral dos têxteis de dezembro de 1955<sup>17</sup>.

Também se lutou, sem sucesso, para incluir o pagamento do abono de Natal como cláusula dos acordos salariais de têxteis e metalúrgicos<sup>18</sup>.

É interessante observar como, em novembro de 1952, o abono já era tratado nas assembleias metalúrgicas como uma questão de direito, envolvendo noções de dignidade e honra, e não mais como uma dádiva dos patrões a ser obtida mediante apelos a sentimentos caritativos. O operário Albertino Diniz da Silva pediu a palavra para discordar da forma como a questão era tradicionalmente encaminhada: “Todos nós ansiamos

12 Cintia Forgado, “Honra e dever”, *O Metalúrgico*, n.º 93, jan., 1951, p. 8.

13 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 9 nov., 1952, p. 52v.

14 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 25 out., 1953, p. 112.

15 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 10 dez., 1954, p. 158.

16 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 1.º dez., 1955, p. 42.

17 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 27 nov., 1955, p. 153v.

18 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 20 set., 1959, p. 70; *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 14 out., 1960, p. 2.

por esse abono de natal. Entretanto nós, em assembleia, pedimos à Diretoria para pedir aos patrões, não tem sentido?”. O metalúrgico José Riverti, por sua vez, propôs a organização das “listas” e a formação de uma comissão de seis membros para coordenar a luta.<sup>19</sup> Na assembleia seguinte, realizada ainda em novembro, a comissão foi ampliada para dez membros, denotando o crescimento da mobilização em torno do assunto. Um dos novos integrantes da comissão era Luciano Vieira Ramalho, que expôs seu ponto de vista, retomando argumentos já apresentados em artigo publicado em *O Metalúrgico*, de dezembro de 1950<sup>20</sup>. Para ele era uma humilhação promover a campanha às vésperas do Natal, uma vez que os trabalhadores *tinham direito* à participação nos lucros das empresas. Mesmo assim, participaria da luta<sup>21</sup>.

Em outubro de 1953, os metalúrgicos dão ao tema um tratamento ainda mais exaltado — como um direito sonegado pelos patrões. O pecebilista Eugenio Champ, certamente com um discurso baseado em posições ideológicas que não eram as da maioria, afirmou: “alguns patrões costumam dizer que o dinheiro é deles e dão se quiserem; pura balela, pois os lucros somos nós que damos e podemos e vamos conquistá-los”, finalizando com um chamado: “O abono não virá de mãos beijadas, e sim lutando!”. A proposta organizativa por ele apresentada foi logo aprovada: deveria formar-se uma comissão que lutasse, junto com a Diretoria, pelo abono, reunindo-se no sindicato todas as sextas-feiras e tendo representantes próprios na intersindical, que vieram a ser o próprio Champ e Luciano Ramalho. O operário José Bezerra, por sua vez, acusou a intersindical de cometer um erro por não liderar uma campanha de “efetivação regulamentada por lei, pois o abono não é esmola, e sim um direito, que devemos levá-la com a massa até a participação nos lucros”. Acabou formando-se uma comissão ainda maior do que a do ano anterior, com 17 membros<sup>22</sup>.

19 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 9 nov., 1952, pp. 51v, 52, 52v.

20 Luciano Vieira, “Seria tão fácil”, *O Metalúrgico*, n.º 92, dez., 1950, p. 6.

21 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 30 nov., 1952, p. 60.

22 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 25 out., 1953, p. 111.

Em novembro de 1955,<sup>23</sup> a ata de uma assembleia metalúrgica faz menção a um projeto em prol do abono, tramitando no Congresso, decidindo-se enviar telegramas à Câmara, pedindo sua aprovação<sup>23</sup>. O projeto de lei que, finalmente, instituiu o pagamento do décimo terceiro salário foi apresentado pelo deputado do PTB, Aarão Steinbruch, em 1959. Em dezembro de 1960, a luta pelo décimo terceiro salário parece ter-se concentrado no objetivo de pressionar o Congresso pela aprovação do projeto, transcrito na edição daquele mês de *O Metalúrgico*, que também noticiava a campanha promovida pela Federação dos Metalúrgicos, a ser apresentada e debatida em assembleia da categoria<sup>24</sup>.

De 20 a 23 de outubro de 1961, reuniram-se no então estado da Guanabara os mais de mil delegados do III Encontro Sindical Nacional, que tomaram a decisão de dar um prazo para o Congresso aprovar o projeto de lei nº 440: 30 de novembro. Em São Paulo foi desencadeada uma campanha pela coleta de 50 mil assinaturas a serem enviadas à Câmara Federal. Segundo um boletim de greve, teriam sido colhidas, afinal, mais de 200 mil subscrições<sup>25</sup>. Os têxteis, em assembleia de 1º de outubro de 1961, decidiram levar para uma reunião sindical estadual, que seria realizada no dia 8, propostas visando apressar a aprovação do projeto de lei: greve, concentração, passeata ou comício<sup>26</sup>. A luta, em um contexto tempestuoso — João Goulart recém-assumira a 7 de setembro —, retomara o caráter massivo de 1945-1946.

No dia 13 de novembro, os metalúrgicos decidiram apontar a data de 3 de dezembro para o início de uma greve pela aprovação do décimo terceiro salário. No dia 10 daquele mês, os têxteis examinaram duas possibilidades: greve geral, proposta por Mario Travassos, ou ida a Brasília em comissão, caso o projeto não fosse aprovado até 30 de novembro, proposta por Odilon Pianório<sup>27</sup>. Finalmente, uma assembleia intersindi-

cal, realizada a 3 de dezembro, no tradicional Cine São José do Belém, das 9 horas às 12 horas, decidiu iniciar uma greve geral a partir da meia-noite de 13 de dezembro. Encontravam-se presentes cerca de 3.500 pessoas, e os trabalhos foram presididos por Remo Forfi<sup>28</sup>. Aquela encontro intersindical indicou a necessidade da realização de uma rodada de assembleias específicas no dia 10 para ratificação da greve.

A assembleia têxtil realizada nessa data tinha um único ponto na ordem do dia, como nas ocasiões de maior gravidade: “greve para o dia 13, às 24 horas, por abono de natal de 240 horas”. Uma lista de 11 oradores se revezou na tribuna para defender a greve<sup>29</sup>. Presentes encontravam-se comissões de metalúrgicos, gráficos, trabalhadores nas indústrias de brinquedos, nas indústrias cinematográficas e representantes da associação dos têxteis de Guarulhos, para informar que, em suas respectivas assembleias, haviam aprovado a greve. A principal resolução tomada pelo plenário foi: “Que nos declaremos em greve a partir do dia 13 deste, proposta esta que foi aprovada por unanimidade pelos presentes”. A categoria decidiu também entrar em estado de assembleia permanente, marcando nova sessão para o próprio 13 de dezembro. O operário Américo Pedroso foi designado para anotar os nomes dos “piqueteiros” voluntários e decidiu-se enviar telegramas à Câmara e ao Senado comunicando o início da greve por tempo indeterminado até a aprovação do projeto de lei nº 440<sup>30</sup>.

Concomitantemente à aprovação da greve, foram intensificadas as negociações: uma comissão de dirigentes sindicais foi a Brasília empreender gestões junto aos deputados, um memorial foi entregue ao presidente da República e uma audiência conseguida com o ministro do Trabalho.

23 Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 27 nov., 1955, p. 40v.

24 “Abono de Natal — 13º mês de salário”, *O Metalúrgico*, nº 196, dez., 1960, p. 4.

25 Dossê Dops 30-B-264-240.

26 Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 1º out., 1961, p. 141.

27 “Abono de Natal ou greve?”, *O Metalúrgico*, nº 203, out.-nov., 1961, p. 8; Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 10 nov., 1961, p. 153.

28 Entre os sindicatos representados: Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Papelão, Trabalhadores em Frigoríficos, Metalúrgicos, Laticínios, Têxteis, Curtumes, Marceneiros, Construção Civil, Jornalistas Profissionais, Bancários, Trabalhadores nas Indústrias de Brinquedos, Empregados em Hotéis. Dossê Dops 30-B-264-239. Em Sorocaba também foi realizada “uma grande assembleia” têxtil, segundo informe do presidente do sindicato, no dia 3 de dezembro, na subseção Além Ponte, para discutir a luta pelo décimo terceiro salário. Conferir Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de Sorocaba, 3 dez., 1961, p. 17.

29 Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 10 dez., 1961, p. 155. Foram cios: Bemo Silva Fúno, João Bezerra dos Santos, Luiz Laurentino da Silva, Augusto Vicente do Amparo, Mario Travassos, Carlos Domingos de Oliveira, Nivaldo Fonseca, Geraldo Marchelli, Romildo Reis Assis, Audalio de Aguiar, Alfredo Rodrigues.

30 Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 10 dez., 1961, p. 157.

Em São Paulo houve conversações com o delegado regional do Trabalho e com as federações do comércio e da indústria<sup>31</sup>.

Pesado aparato repressivo foi lançado contra os trabalhadores e trabalhadores: 12 mil homens, entre policiais da Guarda Civil, Dops e Força Pública<sup>32</sup>. Nas palavras de Barbara Weinstein (2000, p. 341), "o governador de São Paulo, Carlos Alberto de Carvalho Pinto, que era amigo dos patrões, atendeu prontamente às exigências de garantias ao 'direito ao trabalho' feitas pela Fiesp, e com isso frustrou a greve geral que se pretendia". Mesmo assim, segundo avaliações do Sindicato dos Metalúrgicos, 300 mil teriam aderido<sup>33</sup>. Foram presas cerca de 1.300 pessoas; lançadas em quartéis militares, no presídio do Hipódromo e outros<sup>34</sup>. A medida repressiva mais impressionante caiu sobre o QG da greve, o Sindicato dos Metalúrgicos, na Rua do Carmo. Um grupo de 3 delegados comandou 240 homens que detiveram 50 sindicalistas, entre eles Antonio Chamorro e José de Araújo Plácido (Negro, 2004, p. 200). O sindicato foi cercado e mantido incommunicável. Segundo o vereador Rio Branco Paranhos, os metalúrgicos eram mantidos ali em "cárcere privado"; "até o pão que lhes foi mandado de fora foi embargado pela polícia que lá está fazendo interdicação completa daquele prédio", denunciava. A Corregedoria de Justiça era acusada de não tomar qualquer providência.

O vereador Aurelino Andrade, do PSP<sup>35</sup>, somando-se aos protestos de Rio Branco Paranhos, denunciou "o problema referente aos líderes sindicais que se encontram sitiados no Sindicato dos Metalúrgicos sem correspondência com qualquer de seus familiares e sem o abastecimento

31 Dossie Dops 30-B-264-240.

32 Dossie Dops 30-B-264-200.

33 A *Revista do Dieese*, de dezembro de 1961, aponta o índice de 30% de paralisação das categorias envolvidas. Não nos foi possível transformar esse percentual em números por falta de outros dados. Dieese, *Revista do Dieese*, ano I, nº 4, dez., 1961, p. 49; "Um balanço e o ano novo", *O Metalúrgico*, nº 205, jan.-fev., 1962, p. 1.

34 Esta foi a avaliação mais modesta, apresentada pelo já então vereador pelo PTB Rio Branco Paranhos. Conferir *Diário Oficial do Estado*, 17 dez., 1961, 11ª sessão extraordinária da Câmara Municipal de São Paulo, 15 dez., 1961, p. 66. João Miguel Alonso falou-nos de 1.500 prisões e o vereador João Louzada estimava em 2 mil o número de presos. Conferir *Anais da Câmara Municipal de São Paulo*, 11ª sessão, 15 dez., 1961, p. 69.

35 Aurelino Soares de Andrade foi militante do PCB, tendo sido eleito três vezes seguidas, para mandatos de 1956 a 1959, 1960 a 1963 e 1964 a 1969, sempre pelo PSP. Tinha forte base em São Miguel Paulista. Composição da Câmara Municipal de São Paulo (dados eleitorais) 1948-2009, Subsecretaria de Documentação, São Paulo, maio, 2005.

necessário para o seu sustento". Apresentou, então, uma questão de ordem, acolhida pelo presidente Manoel de Figueiredo Ferraz, também do PSP, indicando que este entrasse em contato com o governador do estado e o comando do II Exército e negociasse a normalização da situação. O próprio presidente da Câmara acrescentou: "atendendo ainda a que as prisões dos líderes sindicais devem cessar porque cessaram os efeitos da greve e suas consequências"<sup>36</sup>.

É importante ressaltar que, longe de contar com o apoio unânime dos partidos, como ocorrera em 1957, a greve do décimo terceiro salário não apenas sofreu críticas, como a repressão lançada por Carvalho Pinto recebeu apoios entusiásticos na Câmara Municipal<sup>37</sup>. No dia 15, por exemplo, após os discursos de Aurelino Andrade e Rio Branco Paranhos, comentados acima, subiu à tribuna o vereador Francisco Batista, do PDC, para proclamar:

A greve que era para ser concretizada em São Paulo no dia 13 para 14 não teve o seu objetivo alcançado a meu ver por providências magníficas do Sr. Governador do Estado que, a bom tempo, organizou um serviço repressivo para conter os impulsos daqueles que extravasam dos limites de seus direitos em momento como este e tentam impedir outros que desejam trabalhar [...]. São Paulo caminha em paz, São Paulo caminha em ordem, São Paulo traduz a harmonia atual que é a grande esperança do Brasil<sup>38</sup>.

Não obstante toda a legitimidade que possa ter conquistado a reivindicação da transformação do abono de Natal em lei, a greve mereceu críticas de vereadores do Partido Democrata Cristão (PDC) e do Partido Trabalhista Nacional (PTN), como Tarcílio Bernardo. O grande número de prisões efetuadas bem como a aplicação de medidas ilegais, como o cerco ao Sindicato dos Metalúrgicos, não tiveram grande impacto na

36 *Anais da Câmara Municipal de São Paulo*, 11ª sessão, 15 dez., 1961, p. 66.

37 Cabe lembrar que, embora a Greve dos 400 Mil tenha merecido o apoio de representantes de todos os partidos, não foram todos os vereadores que subscreveram o projeto de lei outorgando 1 milhão de cruzeiros para o movimento. Dos 45 vereadores, 35 assinaram a proposta.

38 *Anais da Câmara Municipal de São Paulo*, 11ª sessão, 15 dez., 1961, p. 66. Francisco Batista foi eleito suplente pelo PDC para a legislatura de 1956-1959, reeleito para a de 1960-1963 e novamente reeleito para o mandato de 1964-1969, sempre pelo PDC. Nasceu em 1920, em São Paulo, e era contador, economista e advogado.

Câmara e, no discurso de Francisco Batista, notamos o começo da construção da ideia de São Paulo como “a grande esperança do Brasil” na resistência a greves como aquela e a todas as suas implicações. Alguma coisa havia mudado.

Não estou de acordo com uma greve preparada com fins políticos para desordenar, para quebrar a harmonia e a paz num Estado que é o coração, que é a base do trabalho, que é aonde se encontram as grandes indústrias e o comércio do Brasil: o Estado de São Paulo, onde há um dos melhores governos não só do Brasil, mas, talvez, do mundo<sup>39</sup>.

Durante o debate parlamentar, o vereador João Louzada ainda tentou ponderar:

A luta pelo abono de natal representa uma reivindicação aprovada e ratificada em todas as assembleias e congressos sindicais. Dizem-na ilegal. Mas é ilegal lutar pelo direito a um abono de natal no dia da cristandade? Acho que não. Na nossa terra se fala tanto em liberdade, mas tudo é tachado de ilegal<sup>40</sup>.

Entretantes, do outro lado da trincheira, um manifesto, divulgado no jornal dos metalúrgicos, denunciava:

Garantias foram violadas, direitos sindicais dos trabalhadores foram desprezados, milhares de prisões arbitrárias foram consumadas, entre as quais de dirigentes sindicais, reuniões foram impedidas, cidadãos indefesos espancados, sedes de sindicatos invadidas, assim como a sede do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, que ficou sitiada durante três dias e três noites, com uma centena de trabalhadores associados presos<sup>41</sup>.

João Miguel Alonso, chefe do piquete incumbido de parar as fábricas da “Ilha do Sapo” (Lorenzetti, Arno e outras), foi detido e levado para a prisão do Hipódromo, sendo jogado em uma cela com mais 46 homens:

A gente punha jornal no chão para dormir, não tinha colchão, não tinha coisa nenhuma. Até, o senhor imagina, a coisa estava tão brava que estavam prendendo assim “a olho”: um cotiado veio do interior, e lá na Rua do Carmo tinha um lugar que vendia peças para trator, e ele, como era lavrador e precisava comprar peça para trator, entrou nesse lugar. Quando ele entrou, foi preso. Disse: “Ah, não, mas eu não sei, eu estou preso por quê?” E o policial respondeu: “Não, o senhor vai lá para o ônibus [da polícia, que conduziu os grevistas para a prisão] [...]”. Prenderam lá e levaram também para o Hipódromo, justamente esse cotiado caiu na cela que eu estava lá entre os 46, ele estava sentado no cantinho lá chorando.

No dia 15, a greve foi suspensa. Uma assembleia têxtil iniciou-se às 20 horas, com um informe dramático. Luis Firmino de Lima esclarecia: “O companheiro Mario Perassa, habitualmente presidente das sessões das assembleias [que eram tradicionalmente presididas pelo membro mais idoso do Conselho Fiscal], encontra-se preso e por esse motivo não irá presidir a assembleia”. Os cinco oradores inscritos falaram “verberando com veemência as atrocidades da polícia política, a soldo dos tubarões”. O aparelho policial estaria convivente com marginais e com as classes dominantes, responsáveis pela degradação e miséria do povo. Afinal, foi aprovada a proposta de suspensão temporária da greve, mantendo-se a unidade a fim de retomar o movimento quando necessário. Considerou-se que “a semente estava lançada”.

Foi, ainda, aprovada a proposta de confecção de um “quadro de honra” a ser afixado na sede do sindicato, com os nomes de todos os trabalhadores e trabalhadoras têxteis presos naquela luta. Por seu turno, os metalúrgicos, no ano seguinte — no dia 13 de julho, data em que o projeto do deputado Aarão Streinbuch foi, finalmente, sancionado por João Goulart —, se reuniam para homenagear os presos na greve de 1961 e inaugurar uma placa de bronze “com dizeres alusivos ao fato”, descerrada por Teodoro Ferreira Araújo, o trabalhador mais idoso que sofreu prisão naquele episódio<sup>42</sup>.

39 Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 114ª sessão, 15 dez., 1961, p. 69.

40 Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 114ª sessão, 15 dez., 1961, p. 66.

41 “Abono de Natal: greve foi impedida”, *O Metalúrgico*, nº 204, dez., 1961, p. 4.

42 Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, 15 dez., 1961, p. 160; “Homenagem aos presos pelo abono de Natal”, *O Metalúrgico*, nº 207, jun.-jul., 1962, p. 7.

O Comando-Geral de Greve não pareceu intimidar-se com o fracasso da paralisação e retomou imediatamente um programa de mobilizações com vistas à conquista do abono de Natal, das férias de 30 dias e de mudança no salário-família. Foi marcada uma assembleia intersindical para 11 de janeiro de 1962, uma reunião nacional para o dia 14, na Guanabara, "para continuar a luta pela aprovação do projeto do abono de natal", e uma assembleia metalúrgica para o dia 21 de janeiro<sup>43</sup>.

Foi também elaborado um manifesto, assinado por dirigentes sindicais de todas as entidades envolvidas, assentando algumas conclusões extraídas da experiência e propondo encaminhamentos. Avaliava-se que, quando se tratava de ferir os interesses dos exploradores, com algumas exceções, voltava-se contra os trabalhadores todo o aparato de repressão, publicidade e divulgação. O governo federal, que dizia respeitar os direitos dos trabalhadores, e o estadual haviam-se unido para defender os empregadores, "desrespeitando a Constituição, que juraram defender". O movimento poderia ter sido vitorioso se tivesse contado com a participação de outros estados, "assim como se os trabalhadores tivessem maior organização no local do trabalho". Entre as propostas apresentadas, cabe destacar duas:

Levar este balanço inicial às assembleias sindicais para discuti-lo com os trabalhadores, juntamente com outras reivindicações gerais e específicas, sem nenhum paternalismo, como seja: salário-família, salário profissional, férias em dobro, antecipação do aumento salarial, abono de natal, lutar para que o Senado aprove a lei que limita os lucros das empresas estrangeiras, pela conquista da reforma agrária nacional. Defesa das liberdades democráticas e sindicais e pela completa emancipação de nosso país

e "intensificar os trabalhos de sindicalização e de organização nos locais de trabalho que é o fator fundamental para fazermos vitoriosas as reivindicações sociais e políticas"<sup>44</sup>.

Na pauta de reivindicações da greve geral nacional de 5 de julho de 1962, contra a nomeação de Auro de Moura Andrade para primeiro-mi-

nistro, foi incluída a reivindicação do décimo terceiro salário. Finalmente, no dia 12 de julho de 1962, o presidente João Goulart sancionou a lei que, em seu artigo 1º rezava: "No mês de dezembro de cada ano a todo empregado será paga uma gratificação salarial, pelo empregador, independentemente da remuneração a que fizer jus" (Delgado, 1986, p. 57). O direito adquirido nos locais de trabalho e nas ruas com muito sofrimento entrara no mundo das leis. Uma vitória dos trabalhadores, autores da conquista. A longa história das lutas instituintes da lei seria depois esquecida. O dispositivo legal, uma consequência, passou a apresentar-se como causa, e os verdadeiros sujeitos de sua feitura, como objetos de uma benesse. O fetichismo da mercadoria parece operar, também, no mundo das produções imateriais.

Os sindicatos ainda tiveram de lutar para que o décimo terceiro salário fosse pago integralmente, tendo como referência o ano de 1962, e não a partir da data da sanção da lei, conforme pretendiam os patrões. A questão foi levada à Justiça em diversos estados, com sentenças favoráveis aos trabalhadores (Delgado, 1986, p. 59). No caso das indústrias têxteis, os patrões queriam pagar o décimo terceiro salário em prestações e apenas a partir da data da publicação da lei<sup>45</sup>.

Em 1963 o presidente João Goulart sancionava lei, estendendo o décimo terceiro salário para os aposentados<sup>46</sup>.

### 1.3 A greve pelo décimo terceiro salário: resultados

Apesar de levantar uma bandeira que interessava a todos os assalariados, o movimento sindical paulista não conseguiu atrair a solidariedade de outros setores da sociedade para a greve pelo décimo terceiro salário. O isolamento do Sindicato dos Metalúrgicos pelo cerco policial parece simbolizar uma ruptura ou pelo menos uma crise da aliança com os setores da classe média, que, nas greves anteriores, viram no movimento sindical a liderança para uma possível saída para o problema da caresita. Os governos de Jânio Quadros e Carvalho Pinto parecem ter, de fato,

<sup>43</sup> "Comando geral da greve — Comunicado", *O Metalúrgico*, nº 204, dez., 1961, p. 5.

<sup>44</sup> "Aos trabalhadores metalúrgicos — Greve pela conquista do abono de Natal", *O Metalúrgico*, nº 205, jan.-fev., 1962, p. 8.

<sup>45</sup> *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 28 out., 1962, p. 186.

<sup>46</sup> "Abono de Natal aos aposentados", *O Metalúrgico*, nº 216, nov., 1963, p. 8.

insuflado o ânimo na classe média para participar politicamente em apoio a valores e projeto próprios. A renúncia de Jânio não fez esse ânimo retroceder, parece tê-lo inflamado.

## 2. A Greve dos 700 Mil

### 2.1 Conjuntura

Em outubro de 1963, quando foi delatada a Greve dos 700 Mil, o Brasil passava por uma séria crise econômica e política. O governo João Goulart herdara de JK uma inflação que se acelerara em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. Em 1963 o índice geral de preços se elevava a uma taxa de 81,3%. A produção de riquezas caiu e a renda *per capita* sofreu uma regressão, com o PIB crescendo apenas 1,5%, enquanto a expansão demográfica fora de 3,1% (Abreu et al., 2001, p. 2.626)<sup>47</sup>. As contas externas tornavam a economia extremamente vulnerável e 43% das receitas das exportações estavam comprometidas com o pagamento da dívida externa. As opções nacionalistas e terceiro-mundistas do governo foram muito além da mera retórica, aprofundando os pressupostos da Política Externa Independente e angariando a oposição do governo norte-americano, o que contribuiu para a aceleração da crise econômica. Em novembro de 1961, o governo Jango reatou relações diplomáticas com a URSS; em setembro de 1962, foi aprovada na Câmara uma Lei de Remessa de Lucros mais severa com o capital estrangeiro do que a lei vigente; em outubro de 1962, o governo recusou o convite para participar de uma invasão de Cuba e posicionou-se contra essa medida. Nesse quadro, o FMI e o governo norte-americano bloquearam todos os créditos destinados ao país e condicionaram o rescalonamento da dívida externa à adoção de um programa de estabilização monetária (Abreu et al., 2001, p. 2.625).

Dividido entre a necessidade de uma política de austeridade e a impossibilidade de dispensar o apoio sindical, Goulart acabou optando por

aprofundar seus vínculos com os sindicatos e movimentos populares, e forçar o caminho para uma superação da crise econômica através das reformas de base. A Greve dos 700 Mil começou em 29 de outubro de 1963, um mês e meio após a rebelião dos sargentos em Brasília e 25 dias após o envio da mensagem do governo ao Congresso solicitando permissão para a instituição do estado de sítio. Tratou-se de uma medição de forças entre movimento sindical, classe trabalhadora e governo federal de um lado, e governo estadual, empresários, Exército e polícia de outro.

### 2.2 A Greve dos 700 Mil: desenvolvimento.....

A Greve dos 700 Mil durou 6 dias, de 29 de outubro a 3 de novembro de 1963, e mobilizou 14 categorias. Representou um passo à frente na organização das lutas salariais, na medida em que organizações intersindicais, como o Pacto de Ação Conjunta (PAC), o CGT, por fora da estrutura corporativa, e a CNTI, por dentro dela, promoveram, de fato, uma campanha unificada, rompendo, na prática, com dispositivos fundamentais da estrutura sindical corporativa. Foi um passo à frente também por ter afirmado a proposição de que a CNTI poderia, de direito, negociar com a Fiesp em nome das categorias por ela representadas — o que foi rejeitado pelo TRT em votação apertada.

Em meados de setembro de 1963, formou-se em São Paulo o Pacto de Ação Conjunta<sup>48</sup>, trazendo uma ideia nova: iniciar uma campanha salarial unificada de várias categorias, apesar das datas-bases diferentes. Por exemplo: o acordo dos metalúrgicos terminava a 4 de novembro, o dos têxteis no dia 11, o dos marceneiros no dia 31 de outubro, o dos gráficos em casas de obras no dia 1º de outubro e o dos gráficos em jornais apenas em outubro de 1964. A proposta jogava por terra vários dispositivos da

47 Em assembleia metalúrgica de 18 de outubro, José de Araújo Plácido afirma que o PAC teria se formado na assembleia intersindical de 6 de outubro de 1963. De fato, esta foi a primeira reunião de vários sindicatos com vistas a campanha salarial conjunta. Antes daquela data, porém, já se falava no PAC na imprensa — no *Última Hora* a partir de 18 de setembro — e em outras assembleias sindicais, como na dos têxteis de 22 de setembro de 1963, quando Luis Firmino de Lima relata que os sindicatos haviam decidido formar o PAC, apresentando então a pauta de oito pontos pela qual seria delatada a greve no dia 29/10/1963. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 22 set., 1963, p. 209.

CLT, facilitando a luta anual unificada do operariado, o que fortaleceria o poder de barganha de todas as categorias e, certamente, seus laços de solidariedade e sua consciência de classe.

IM — Associação, 1963 — p. 12

Manoel Mendes

## Foi Assinado Pacto de Ação Conjunta



Figura 13 — O *Última Hora* registra a assinatura do Pacto de Ação Conjunta, que organizaria a greve dos 700 Mil em outubro de 1963. Fonte: *Arquivo do Estado de São Paulo*.

Figura 13 — O *Última Hora* registra a assinatura do Pacto de Ação Conjunta, que organizaria a greve dos 700 Mil em outubro de 1963. Fonte: *Arquivo do Estado de São Paulo*.

O empresariado logo percebeu o perigo. No dia 21 de outubro, oito dias antes da deflagração da greve, os representantes da Fiesp leram para os dirigentes da CNTI e dos sindicatos envolvidos no PAC, em mesa-redonda realizada na DRT, um ofício recordando a existência do artigo 857 da CLT, determinando que os sindicatos — e não a CNTI — representassem os trabalhadores nas negociações. O presidente da CNTI, Clodsmitth Rianni, que, poucos dias depois, transferiu a sede nacional da entidade para São Paulo, possibilitando uma intervenção mais efetiva na luta<sup>49</sup>, contra-argumentou que a delegação à CNTI era legítima, pois foi feita pelos próprios operários em suas assembleias<sup>50</sup>. No dia 24 de outubro,

vários sindicatos patronais lançavam uma nota, justificando sua recusa a negociar nas condições pretendidas pelos trabalhadores: as federações não podiam estabelecer acordos salariais, competência exclusiva dos sindicatos; as datas dos acordos não coincidiam, a maioria das categorias tinha acordos salariais ainda vigentes; a peculiaridade de cada grupo industrial tornava impraticável um acordo único (Delgado, 1986, p. 195).

O consulado norte-americano percebia, também, o perigo: reconhecer a liderança do PAC e da CNTI em negociações conjuntas abriria “excelente oportunidade para a eclosão de, pelo menos, uma greve geral a cada ano” (Silva e Negro, 2003, p. 83)<sup>51</sup>. Outro ponto da pauta de reivindicações também mereceu crítica: o item 7 exigia o livre exercício da atividade dos delegados sindicais nos locais de trabalho.

A pauta de reivindicações ainda exigia: reajuste salarial de 100% a partir de 1º de novembro de 1963, revisão quadrimestral de salários de acordo com o custo de vida, igualdade de remuneração para os trabalhadores admitidos depois do acordo, adicional de 5% por quinquênio de serviço na mesma empresa, férias em dobro, desconto equivalente a um dia do salário do primeiro mês já reajustado em favor dos sindicatos da respectiva categoria profissional, revisão do zoneamento e aumento do salário mínimo<sup>52</sup>.

Essa pauta começara a ser elaborada em reunião realizada numa segunda-feira, 30 de setembro, no Sindicato dos Metalúrgicos, convocada pelo Pacto de Ação Conjunta. O objetivo do encontro era preparar a assembleia intersindical de domingo, 6 de outubro, quando teria início a campanha salarial conjunta. Foi, então, redigido um Protocolo de Ação, que seria assinado na referida assembleia por todos os presidentes de

51 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Textéis de São Paulo*, 22 set., 1963, p. 209.

52 Apresentamos aqui a versão sobre a pauta de reivindicações publicada em “700 mil operários unidos pelo PAC exigem 100% de reajuste salarial”, *O Metalúrgico*, nº 215, out., 1963, p. 1. Diferentemente da pauta elencada na assembleia textil de 22/9/1963, pois esta omite o item sobre o salário mínimo (*Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Textéis de São Paulo*, 22 set., 1963, p. 209). Diferente, também, da apresentada por Leite e Solis, que tampouco fala na reivindicação do reajuste e zoneamento do salário mínimo (1978, p. 124). A pauta apresentada por Delgado (1986) não fala do salário mínimo nem do desconto de um dia de salário.

49 “Amauri otimista: evitaremos a greve”, *Última Hora*, nº 3-559, 26 out., 1963, p. 9. A mesma notícia informa que o CGT e o PUA estudavam a possibilidade de fazer a mesma coisa.

50 “Começou o diálogo: patrões e operários”, *Última Hora*, nº 3-555, 22 out., 1963, 1ª edição, p. 7.

sindicatos em luta. Selava-se, assim, um acordo comprometendo a todos com uma campanha unificada<sup>53</sup>.

Em 6 de outubro, num domingo pela manhã, o Cine São José do Belém abria suas portas para acolher têxteis, metalúrgicos, gráficos, químicos, marceneiros, mestres e contramestres nas indústrias de fiação e tecelagem, trabalhadores nas indústrias de laticínios, curtumes, calçados, bebidas, mobiliário, artefatos em couro, massas alimentares e trigo, transformando-se, mais uma vez, na casa do parlamento operário. Estavam presentes diretores de 79 sindicatos da capital e do interior e 4 federações que compunham a CNTI, representando às 14 categorias mencionadas acima. O plenário decidiria que todos os sindicatos deveriam declarar-se em assembleia permanente, realizando, no dia 18, assembleias simultâneas para discutir a pauta com 8 itens e a conveniência ou não da deflagração da greve, caso não se chegasse a acordo com os patrões. Foi eleita uma comissão executiva para o PAC, integrada por Luiz Tenório de Lima, da Federação dos Trabalhadores em Laticínios; Artur Avalone, da Federação dos Têxteis; Floriano Francisco Dezen, do Sindicato dos Químicos; Luiz Ferreira da Silva, do Sindicato dos Metalúrgicos e Afonso Delellis, presidente do mesmo sindicato; Dante Pelacani e Valentim Rigamonti, do Sindicato dos Gráficos.

Dante Pelacani, presidindo a assembleia, encerraria os trabalhos com um discurso que revelava quanto a direção do movimento estava ciente dos perigos da nova conjuntura, embora depositasse suas esperanças em uma perspectiva ilusória: a resistência de Goulart alinhando-se com os operários:

Em São Paulo, desde o primeiro dia do atual governo [Ademar de Barros] existe um "estado de sítio" contra os trabalhadores, com esmagamento de direitos individuais, democráticos e do direito de greve.

[...] O povo está prevenido. Não se repetirá o agosto de 1954, quando o presidente Getúlio Vargas foi obrigado a suicidar-se. Não se repetirá o agosto de 1961, quando o presidente Janio Quadros foi obrigado a sair do governo [...]. Mas o povo agora está mobilizado e se organiza cada vez mais.

O presidente João Goulart, se quiser pegar os traidores pelo cangote, se quiser calar os conspiradores, venha aos braços dos operários<sup>54</sup>.

No dia 18, nos sindicatos dos têxteis e dos metalúrgicos, foram realizadas as assembleias previstas. Nos têxteis, o presidente José Molenídio apelava para que se formassem "as comissões de fábrica no sentido de coordenar a luta pelo reajuste de salário e outras reivindicações". No final, os presentes deram plenos poderes à Diretoria do sindicato, da federação, ali representada pelo secretário Antonio Chamorro, da CNTI e do PAC, para tomar todas as medidas, "inclusive deflagrar a greve para conseguir as reivindicações dos trabalhadores paulistas". Formou-se uma comissão para ajudar a Diretoria naquela campanha: Geraldo Gonçalves, Afílio Sobinol, José Guisone, Benedito Carnevale e Antonio Torquato Leite<sup>55</sup>. Deliberações semelhantes vinham sendo adotadas nas assembleias das demais categorias do PAC.

No dia 20 de outubro, domingo, ocorreriam, sem muito alarde, eleições para a Câmara Municipal. Formar-se-iam diversas pequenas bancadas, muitas delas de partidos que tentavam identificar-se com a tradição trabalhista — MTR, PST, PTB, PTN, PRT —, ou que haviam constituído anteriormente alianças dentro do "sistema populista" — PSP, PDC, PSB —, refletindo a extrema pulverização do voto operário e popular e a ausência de qualquer eixo político mais consistente na política estadual<sup>56</sup>. Ainda assim, cabe supor que a recente realização de eleições sindicais em algumas das entidades mais importantes, bem como do pleito para a renovação da Câmara Municipal, contribuíram para criar uma atmosfera propícia à discussão e à convergência de ideias, como ocorrera na greve de 1953, que transcorreu durante a campanha para a Prefeitura.

No dia 21, conforme mencionado anteriormente, fracassou nova tentativa de diálogo entre a Fiesp e os sindicatos na DRT e no dia 22, terça-feira, realizou-se às 19 horas, no Sindicato dos Metalúrgicos, uma reunião

54 "Foi assinado Pacto de Ação Conjunta", *Última Hora*, nº 3-542, 7 out., 1963, p. 12.

55 *Ata da Sessão Permanente da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 18 out., 1963, p. 211.

56 "Encerradas as apurações: Câmara tem nova composição", *Última Hora*, nº 3-558, 25 out., 1963, 1ª edição, p. 4.

53 "Sindicatos incentivam a grande campanha: salários", *Última Hora*, nº 3-535, 28 set., 1963, 1ª edição, p. 10.

com diretores, conselheiros sindicais, delegados de empresa e chefes de piquetes das 14 categorias envolvidas na campanha, com a presença de dirigentes da CNTI e das federações. Três deliberações cruciais foram tomadas: formar "comandos de bairro", que funcionariam entrosados com as subsedes e sedes dos sindicatos e com o comando-geral; formar piquetes conjuntos de várias categorias; organizar "conselhos de empresa" na maioria das fábricas<sup>57</sup>.

No dia 24, Luiz Tenório de Lima anunciou: "A senha para a deflagração da greve de 700 mil trabalhadores de 14 categorias já foi distribuída aos comandos regionais, municipais, distritais, de bairros e aos comandos que já funcionam no interior das fábricas". O líder sindical não estava blefando<sup>58</sup>.

O ministro do Trabalho, Amaury Silva, deslocara-se para São Paulo na sexta-feira, 25 de outubro, onde permaneceria por cinco dias, negociando uma solução para o impasse. Teria vindo com orientação do presidente João Goulart para tentar convencer a Fiesp a aceitar a negociação em conjunto (Costa, 1981, p. 133). Os industriais do Grupo 14 da Fiesp e os sindicatos das indústrias de fiação e tecelagem chegaram a oferecer 70% de reajuste a partir de 4 de novembro, comprometendo-se a acatar o que a Justiça do Trabalho viesse a decidir, mas foi em vão<sup>59</sup>.

No dia 27, domingo, às 9 da manhã, uma gigantesca assembleia inter-sindical lotava novamente o Cine São José do Belém, com mais de 10 mil trabalhadores, enquanto outros 5 mil acompanhavam do lado de fora, no próprio Largo São José do Belém, pelo sistema de alto-falantes. Era tanta gente que o trânsito parou. Simultaneamente, realizavam-se assembleias sindicais em mais de 50 municípios. Dois relatos diferentes produzidos por agentes do Dops registram a vontade dos trabalhadores de partirem para a greve imediatamente: "Essa assembleia foi muito agitada, sendo vontade geral a deflagração da greve para o mesmo dia", dizia um. "Os assistentes pediram insistentemente que a greve fosse decretada hoje à

zero hora", relatava outro. Luiz Tenório de Lima esforçava-se para conter o ímpeto de todos, percebendo, como observara o informante policial, que uma "vontade geral" fora construída, que queriam transformá-la em ação de imediato. O líder pecebista ponderou que era necessário dar um prazo até o dia 29, terça-feira, para que a Federação das Indústrias pudesse estudar e talvez atender às reivindicações, e que, além disso, seria importante aproveitar o dia 28 para fazer publicidade da greve nos locais de trabalho e organizar os piquetes<sup>60</sup>.

Operários de diversas indústrias do setor de mobiliário e alimentação não tiveram paciência e começaram a paralisar na noite de segunda-feira, 28 de outubro. Começava a soprar "o último vendaval", e com ele milhares de bocas talvez estivessem sussurrando respostas, para quem soubesse ouvir a música do vento, sobre o que fazer naquele momento crítico (Leite e Solis, 1978, p. 134). A bela metáfora foi pensada pelos autores do artigo "O último vendaval: a greve dos 700.000", publicado 15 anos depois da greve, em 1978. A intuição de que o vento traria respostas havia ocorrido a um jovem compositor de música *folk* cerca de um ano antes da greve de outubro de 1963, quando criou em poucos minutos, na mesa de um café em Greenwich Village, uma célebre canção de protesto (Sounes, 2002, p. 110):

A greve teve um grande êxito. No terceiro dia, um comunicado da CNTI, do CGT e do Comando de Greve apresentava os seguintes percentuais de adesão: têxteis — 60%, sapateiros — 90%, setor de alimentação — 80%, químicos — 90%, papel e papelão — 100%, gráficas — 80%, metalúrgicos — 90%<sup>61</sup>. No mesmo dia, reportagem do *Última Hora* registra declarações de Luiz Tenório de Lima com números um pouco diferentes: metalúrgicos — quase 100%, têxteis — 80%, setor do trigo — 100%, químicos — 80%, gráficas — 85%, calçados — 95%, papel e papelão (que teriam aderido só no dia 31) — 100%. No interior do estado, a paralisação teria chegado a 43 cidades<sup>62</sup>. Um dia antes a Diretoria da Fiesp, funcionando em "plantão permanente", também apresentava seus núme-

<sup>57</sup> Ata da Sessão Permanente da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, 18 out., 1963, p. 94; "Indústrias recusam o diálogo", *Última Hora*, n.º 3-548, 14 out., 1963, p. 12.

<sup>58</sup> "Movimento sindical", *Última Hora*, n.º 3-556, 23 out., 1963, p. 12.

<sup>59</sup> "Amauri otimista: evitaremos a greve", *Última Hora*, n.º 3-557, 24 out., 1963, 1.ª edição, p. 9.

<sup>60</sup> "Violência faz Greve dos 700 Mil alastrar-se", *Última Hora*, n.º 3-563, 31 out., 1963, p. 10.

<sup>61</sup> Dossie Dops 30-B-232-2.744.

<sup>62</sup> Conferir Leite e Solis, 1978, p. 133; Delgado, 1986, p. 197.

<sup>63</sup> "Violência faz Greve dos 700 Mil alastrar-se", *Última Hora*, n.º 3-563, 31 out., 1963, p. 10. Costa (1995, p. 133) fala em 40 cidades, mas não indica a fonte.

ros: metalúrgicos — 70%, eletricitários — 20%, gráficos — 90%, setor de autopeças — 60%, fabricação de máquinas — 60%.<sup>63</sup>

A reportagem do *Última Hora* no primeiro dia de greve nos dá uma ideia mais viva, embora menos abrangente, do quadro de paralisação. Estariam paralisadas 70% das categorias. Das 8 mil indústrias metalúrgicas, apenas 2 grandes funcionavam parcialmente (com 40% da força de trabalho): Souza Noshese (pertencente ao presidente da Fiesp desde 1962, Raphael Noshese) e Arno. Em Campinas estavam paralisadas a Swift e a Leco, apesar da repressão. No Vale do Paraíba, todas as indústrias estavam paradas; em Mogi das Cruzes, Jundiapéba, Brás Cubas, Jacareí e outras cidades também. Vários setores entraram em greve em Santos, Sandro André, São Bernardo, São Caetano, Jundiá.<sup>64</sup> No dia 31, os ferroviários da Santos—Jundiá paralisaram em solidariedade.

No segundo dia de greve, o ministro do Trabalho, seguindo orientação do presidente da República, declarava a legalidade da greve.

No dia 30 de outubro, o *Última Hora* saía mais magro, com apenas seis páginas e uma manchete: "Jornal da greve". Uma nota explicava a mudança:

Este jornal circula hoje com apenas seis páginas. Nossa corporação aderiu à greve dos 700 mil e só uma minoria compareceu ao trabalho para que nossos leitores habituais não ficassem privados de um noticiário objetivo e imparcial sobre o movimento paralista que eclodiu em São Paulo à zero hora de ontem.<sup>65</sup>

No dia 31, a Justiça do Trabalho julgava a "preliminar de legitimidade ou não da representação da CNTT", que nos autos do processo de dissídio remetido à Justiça aparecia como mandatária de 4 federações e 80 sindicatos, decidindo, por uma apertada margem de votos (4 x 3), ser a confederação "parte ilegítima no dissídio". No mesmo julgamento, o TRT pro-

nunciou-se pela legalidade da greve, com um único voto contrário.<sup>66</sup> Começava, em seguida, uma série de audiências de conciliação e instrução. O presidente do TRT, doutor Hélio de Miranda Guimarães, adotou medida percebida como uma vitória pelos dirigentes sindicais: embora sem fazer parte formalmente dos processos de dissídio, a diretoria da CNTT foi convidada a participar de todas as audiências.<sup>67</sup> Era como se um "duplo poder" estivesse operando.

Embora audiências ainda fossem realizar-se no dia 4, segunda-feira, as categorias em greve decidiram voltar ao trabalho em assembleia intersindical, realizada no dia 3, domingo. Havia sido conquistado, basicamente, 80% de reajuste e antecipação de 25% a partir do primeiro dia do sétimo mês de vigência do acordo. A assembleia deliberou, ainda, entre outras coisas, realizar assembleias em cada sindicato, continuar a luta pela liberdade de todos os presos, fiscalizar para que nenhum grevista fosse punido e redigir uma moção de apelo aos guardas civis e soldados da Força Pública, para que se lembrassem de que eram também trabalhadores e, como tal, podiam contar sempre com o apoio das organizações sindicais.<sup>68</sup>

O ministro do Trabalho reuniu-se duas vezes com o general Aldeívio Barbosa Lemos, secretário de Segurança do Estado, convencendo-o a libertar os presos. Refletindo a atmosfera de ativação e politização do sentimento religioso na opinião pública, o general emitiu uma nota concordando com a soltura dos trabalhadores detidos, exceto aqueles pegos em flagrante delito de atos criminosos. As medidas seriam "altas muito simpáticas ao governo do Estado, pois que se harmonizam com a sua orientação democrática e cristã, que são as de, em reverência ao Dia de Finados, libertar todos os trabalhadores que se encontram presos por se terem envolvido em ações de piquetes".<sup>69</sup>

No mesmo dia, no Espírito Santo, falando de improviso, João Goulart trazia a público ideias de um escopo muito diferente:

63 "Amauri desiste: Greve dos 700 Mil está na justiça", *Última Hora*, n.º 3-562, 30 out., 1963, p. 3. Aparentemente os setores apresentados como metalúrgicos, eletricitários, autopeças e máquinas estão englobados no que genericamente se denomina de setor metalúrgico.

64 "Polícia dissolve piquetes a cacetadas", *Última Hora*, n.º 3-561, 29 out., 1963, 2.ª edição, p. 4.

65 "Jornal da greve", *Última Hora*, n.º 3-562, 30 out., 1963, p. 1.

66 "CNTT derrotada no TRT por 4 x 3 votos", *Última Hora*, n.º 3-564, 1.º nov., 1963, p. 7.

67 "Fim da greve: PAC aceitou os acordos", *Última Hora*, n.º 3-566, 4 nov., 1963, p. 11.

68 Dossie Dops 30-B-232-2-748.

69 "Assembleia encerra a greve amanhã!", *Última Hora*, n.º 3-565, 2 nov., 1963, p. 4.

A maioria das greves nos últimos tempos tem resultado na satisfação das reivindicações operárias; apesar disso, ninguém fãhi. Logo, é lícito concluir que a greve só ocorre em virtude de uma injusta intransigência de certos patrões (há outros, como o presidente da Fiesp, em São Paulo, que sabem agir de maneira lúcida e progressista)<sup>70</sup>.

No mesmo dia noticiava-se que o Ministério do Trabalho estudava a "revisão salarial a cada 3 meses" (escala móvel de salários) para todos os acordos salariais, desde que a inflação ultrapassasse 6% no período e que, finalmente, seria aceita uma velha reivindicação trabalhista: os sindicatos passariam a participar diretamente da fiscalização das Leis do Trabalho, a fim de "reprimir abusos e burlas constantes [...] por parte de empregadores inescrupulosos"<sup>71</sup>.

No dia 4 de novembro de 1963, a Greve dos 700 Mil chegara ao fim. De acordo com a avaliação do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos recém-empossado, Afonso Delellis, do PCB, cerca de 2 mil operários haviam sido encarcerados no famigerado presídio do Hipódromo ou no Dops e algo em torno de 8 mil haviam sido espancados. Na Rua Caetano Pinto, no Brás, cidadela proletária, houve vingança: uma radiopatrulha foi virada e seus integrantes surrados pelos trabalhadores<sup>72</sup>. Não foi, entretanto, a amplitude ou o vigor da repressão o que chamou a atenção da reportagem do *Última Hora*, mas a técnica empregada. Diversos trabalhadores presos e depois libertados foram entrevistados: "Todos, porém, nos contaram que ninguém foi preso sem levar nem que fosse uns pescoços". O operário Severino Vicente da Silva, entrevistado no Sindicato dos Metalúrgicos, declarava:

E eles batem com técnica especial para que as marcas não durem muito. As reações são internas. Batem com borracha, socos e pontapés. E usam di-

70 "Um líder popular", *Última Hora*, nº 3-565, 2 nov., 1963, p. 1.

71 "Ministro propõe revisão salarial a cada 3 meses", *Última Hora*, nº 3-565, 2 nov., 1963, p. 2.  
72 "Polícia aperfeiçoa métodos na luta contra operários grevistas", *Última Hora*, nº 3-566, 4 nov., 1963, p. 3. Leite e Solis (1978, p. 133) mencionam a existência de mais de 1.000 presos. Segundo Silva e Negro (2003, p. 83), foram efetuadas 600 capturas só no primeiro dia de greve. Lopes (1992, p. 120) informa sobre 2.500 prisões só na cidade de São Paulo. Erikson (1979, p. 182) fala na prisão de 700 líderes trabalhistas e Costa (1981, p. 135) menciona a cifra de 1.000 grevistas presos.

versos sistemas. O "Fodoprio" é um deles. Obrigam o cidadão a dar voltas, a girar em torno de si mesmo. Quando o trabalhador estonteado cai, eles vão em cima de pontapés. E usam também o "escora parede". O operário teria de fingir que segurava a parede para que esta não caísse e ia apanhando. E havia o "cava petróleo". O preso tinha de fingir que escavava o chão com as mãos, enquanto eles falavam: "Você, que são do João Goulart, vão cavar o chão até encontrar petróleo". E iam batendo<sup>73</sup>.

No dia 1º de novembro, outra notícia escabrosa: "Polícia obriga grevista a comer boletins", estampava o *Última Hora*. Um esquadrão de cavalaria tomara de assalto um clube de operários de outra cidadela dos trabalhadores, São Miguel Paulista, transformando-o em cocheira e acampamento, ali permanecendo por, pelo menos, três dias. Eram promovidos espancamentos, invasões de bares, perseguições e prisões. Isso se explica pela participação do Sindicato dos Químicos no PAC e pela elevada adesão da categoria à greve, avaliada em 80% ou mesmo 90%<sup>74</sup>. Em São Miguel, estava instalada uma das maiores empresas de São Paulo: a Companhia Nitro Química Brasileira.

Temos aqui um quadro bastante diferente daquele verificado nas greves anteriores, quando era possível parlamentar com soldados e convencer oficiais a permitirem a ação de piquetes, conforme relatou o vereador João Louzada da tribuna da Câmara na Greve dos 400 Mil<sup>75</sup>. Dante Pelacani ainda tentou dirigir-se a soldados da Força Pública e guardas-civis: "Vocês são filhos da classe operária, vocês têm irmãos e pais operários. O soldado é irmão do operário e deve confraternizar-se. Pelo espancamento e pela cadeia o governo não conseguirá intimidar-nos", mas o eco dessas palavras parece ter sido abafado por outros discursos<sup>76</sup>. Em outubro de 1963, algo havia mudado.

73 "Polícia aperfeiçoa métodos na luta contra operários grevistas", *Última Hora*, nº 3-566, 4 nov., 1963, p. 3.

74 *Última Hora* avalia em 80%, conferir "Violência faz Greve dos 700 Mil alastrar-se", *Última Hora*, nº 3-563, 31 out., 1963, 2ª edição, p. 10; Leite e Solis (1978, p. 133) falam em 90%; Costa (1981) também fala em 90%.

75 Conferir *Anais da Câmara dos Vereadores de São Paulo*, 278ª sessão ordinária, 22 out., 1957, vol. 24, p. 145.

76 "Polícia aperfeiçoa métodos na luta contra operários grevistas", *Última Hora*, nº 3-566, 4 nov., 1963, p. 3.

Na Câmara dos Vereadores, o clima de simpatia com os grevistas, encontrado em outras ocasiões, dissipara-se. Alguns vereadores ainda se manifestaram solidários à greve numa atmosfera carregada, como se expressa no discurso do edil Molina Junior, denunciando as violências contra os trabalhadores:

Sr. Presidente, srs. Vereadores, São Paulo está de luto e esta Casa deveria encerrar a sessão de hoje em sinal de protesto pelo esparçamento de trabalhadores. Recebi notícias ainda agora de que acaba de ser esmagado mais outro grupo de trabalhadores no Brás.

São Paulo está de luto. Vivam os ricos e infelizes os trabalhadores!<sup>77</sup>

Mas dessa vez não houve consenso para tomar medidas práticas, como ajuda financeira ou empenho de solidariedade aos grevistas. Outros tentavam alertar para os perigos sofridos pela ordem democrática:

A Avenida Liberdade, por ter este nome, está se esburacando, tal qual esta democracia em que estamos vivendo [...].

Sr. Presidente, sabe V. Excelência que a democracia, a liberdade, a vivência desta Casa como a dos demais parlamentos nacionais, correm grande risco, porque as provocações se sucedem, a corrupção é total e já se sente que vem do alto a vontade de terminar com a liberdade no Brasil [...].

Será que este povo quer viver de escravo? Então é o caso de cantarmos os versos de Gonçalves Dias: "Mil vezes a morte do que viver de escravo"<sup>78</sup>.

Assim declamou o vereador Silva Azevedo na sessão do dia 1º de novembro.

Mas, ao invés de suscitar protestos contra as violências policiais, esses discursos encontraram respostas como a do vereador Marcos Mélega: "Verifica-se uma intenção de perturbar a ordem em São Paulo por parte do Governo Federal. Esta greve que aí está é uma greve política, é uma greve orientada pela cúpula federal". Construindo a imagem de uma es-

pécie de "conspiração sindicalista" orquestrada pelo governo, continuou a edli:

O que não é possível é que haja greves políticas, orientadas pela (sic) CGT, orientadas pelo PAC, orientadas pelo Fórum Sindical de Debates. E nós sabemos que o quartel general da (sic) CGT está instalado em São Paulo, no Departamento do Trabalho, onde de lá partem todas as instruções de como a greve deve se conduzir<sup>79</sup>.

Na Assembleia Legislativa, parece ter havido uma iniciativa concreta: 50 deputados assinaram requerimento o para a formação de uma comissão especial de 5 membros para "acompanhar os dissídios coletivos dos trabalhadores, bem como analisar os vários aspectos da greve"<sup>80</sup>.

O cônsul norte-americano elogiou o trabalho da polícia, que passara pelo "programa de treinamento policial da Agency for International Development" (Silva e Negro, 2003, p. 84). Um artigo de Eugenio Champ, na edição de novembro de 1963 de *O Metalúrgico*, por sua vez, permite vislumbrar a minuciosa preparação pela qual vinham passando as forças policiais da Guanabara e de São Paulo. Segundo o sindicalista, havia sido aplicado método americano de repressão aprendido no Ponto IV, além de terem sido usados policiais especializados em repressão trazidos da Guanabara<sup>81</sup>. As alusões às lutas nacionalistas pelo petróleo, a Fidel Castro, às diversas técnicas de tortura empregadas, tudo isso parece denotar o sucesso do treinamento para a chamada "guerra subversiva", iniciado

79 *Avais da Câmara Municipal de São Paulo*, 458ª sessão ordinária, 30 out., 1963; *Diário Oficial do Estado*, 1º nov., 1963, p. 59.

80 "Dissídios serão acompanhados por deputados", *Última Hora*, nº 3.563, 31 out., 1963, 1ª edição, p. 10.

81 Eugenio Champ, "Novamente derrotado o governador Ademar de Barros na Greve dos 700 Mil trabalhadores paulistas", *O Metalúrgico*, nº 216, nov., 1963, p. 3. O Ponto IV consistia em programa de cooperação técnica internacional entre Estados Unidos da América e países da América Latina, proposto pelo presidente Harry Truman em 1949. O nome fazia alusão ao fato de a proposta do programa ser o quarto ponto do discurso presidencial. Foi introduzido no Brasil com a assinatura de dois acordos: o Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 19 de novembro de 1950, e o Acordo de Serviços Técnicos Especiais, de 30 de maio de 1953. Previa ações nas áreas de economia, administração pública, orçamento e finanças, agricultura, recursos minerais, energia nuclear, saúde, educação, transportes e outros. Foi denunciado por muitos políticos, educadores e intelectuais como atentado à segurança nacional (Abreu et al., 2001, p. 4-736).

77 *Diário Oficial do Estado*, 1º nov., 1963, 458ª sessão ordinária da Câmara Municipal de São Paulo, 30 out., 1963, p. 56.

78 *Diário Oficial do Estado*, 1º nov., 1963, 458ª sessão ordinária da Câmara Municipal de São Paulo, 30 out., 1963, p. 56.

em 1959 por empresários e militares, como vimos em capítulo 5. Mais do que reprimir uma greve, a direita se preparava para o golpe<sup>82</sup>.

O II Exército, por seu turno, entrou em ação, efetuando centenas de prisões em São Paulo e ocupando o Porto de Santos. Seu comandante, general Perí Constant Bevilacqua, emite nota de instrução aos quartéis, cerca de um mês antes, a 18 de setembro, sobre o levante dos sargentos, na qual verberava contra o “combio entre militares esquecidos do juramento prestado diante da Bandeira, com malfetores, criminosos lesapátria, dirigentes do sindicalismo revolucionário antes aludido [A nota havia mencionado nominalmente o CGT, o PUA, o Fórum Sindical de Debates.]”<sup>83</sup>.

O governador Ademar de Barros adotara atitude que revelava sua “saída” da aliança populista. Antes de desfechar impiedosa repressão contra os grevistas, fora à televisão para, em longa alocução, conchamar o operariado a não aderir ao movimento. Devido às greves é que a inflação subia. Mães, esposas e noivas não deveriam deixar seus filhos, maridos e noivos aderirem Deus, finalmente, era invocado, apresentando-se Ademar como seu representante<sup>84</sup>.

### 2.3 A Greve dos 700 Mil: resultados

Em 1963 já não havia um plenário operário-popular, como fora o PUA, capaz de promover o encontro entre operários, estudantes, moradores de bairros e donas de casa. O Sindicato dos Metalúrgicos, por sua vez, orgulhava-se de ter paralisado 90% das empresas sem o uso de piquetes<sup>85</sup>. Não se viu, portanto, nem as passeatas, nem os “piquetes fantasmagmas” nem as manifestações de solidariedade popular verificados anteriormente. A

greve parece ter sido mais ampla e mais bem organizada, porém menos popular e menos mobilizadora do que as anteriores.

Como já foi dito, o movimento emergiu em uma conjuntura bem diferente, que começara a configurar-se após a renúncia de Jânio Quadros. A existência de um aparato repressivo pronto para agir sem condescendência contra trabalhadores e os novos posicionamentos de um governador que chegara, no passado, a clamar por “reformas de base”, aliar-se ao Partido Comunista e apoiar greves — e falava agora em nome de Deus e da família — davam sinais do realinhamento de forças.

### 3. A greve geral que não ocorreu: 31 de março de 1964

A última greve geral do período foi convocada pelo CGT no dia 31 de março, no Sindicato dos Estivadores, cercado pela polícia da Guanabara. Em São Paulo, no dia 30, reuniam-se, na sede regional da CNTU, dirigentes de sindicatos e federações da capital e do interior, da Federação dos Previdenciários do Brasil, da União dos Ferroviários da Sorocabana e da UNE para avaliar a situação. Houve tempo, na tensão da hora, para lançar um manifesto:

Manifesto ao Povo

Trabalhadores! Camponeses! Estudantes! Povo de São Paulo!

As medidas tomadas recentemente pelo Presidente da República — decreto da Supra, dos alugueis e de gêneros alimentícios, encampação das refinarias de petróleo — provocaram, ainda mais, o desespero dos reacionários [...].

Articulam-se claramente para depor o presidente João Goulart em esquema preparado politicamente pelos governadores da Guanabara e de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, contando com o apoio de oficiais golpistas, todos ligados às lideranças ibadianas do Congresso Nacional. Fala-se até na mudança do Parlamento para São Paulo.

[...] Conclamamos os trabalhadores para que se mantenham em estado de alerta, reunidos em assembleias permanentes em seus sindicatos, preparados para cumprir a palavra de ordem do CGT, para deflagração da greve geral em defesa das liberdades democráticas e sindicais, determinando que

82 Segundo Foster Dulles, muitos empresários se determinaram a derrubar o governo após a Greve dos 700 Mil (Silva e Negro, 2003, p. 86).

83 Conferir Costa, 1981, p. 127; Abreu et al., 2001, p. 656.

84 Eugênio Chemp, “Novamente derrotado o governador Ademar de Barros na Greve dos 700 Mil trabalhadores paulistas”, *O Metalúrgico*, nº 216, nov., 1963, p. 3.

85 Eugênio Chemp, “Novamente derrotado o governador Ademar de Barros na Greve dos 700 Mil trabalhadores paulistas”, *O Metalúrgico*, nº 216, nov., 1963, p. 3.

o golpismo do mandato do Presidente seja imediatamente respondido com a total paralisação do trabalho<sup>86</sup>.

Nenhuma assembleia sindical foi realizada nos sindicatos têxteis ou metalúrgicos. Estes se encontravam já, havia alguns meses, na defensiva e as centenas de prisões rapidamente realizadas impediram uma reação. Apenas os ferroviários e os portuários de Santos conseguiram parar em São Paulo — além dos metalúrgicos da Cosipa, que sustentaram uma greve nos dias 1<sup>o</sup> e 2 de abril com a usina ocupada militarmente<sup>87</sup>. No Rio de Janeiro, houve paralisações entre ferroviários, portuários, metalúrgicos, têxteis e bancários. Esperava-se que uma greve parcial, como haviam sido outras, ajudasse a sustentar a resistência do governo e desencadasse uma ação militar dos setores nacionalistas ou legalistas. Como afirmou, avisadamente, o líder ferroviário pecebista e deputado federal Demisthóclides Batista (Batistinha): “Então não tinha porque o trabalhador, que nunca pegou em arma, pegar [...] Não havia trabalho de resistência armada dos trabalhadores. Havia ali ilusão de que as Forças Armadas iriam funcionar democraticamente e impedir o golpe” (Mattos, 1996, p. 176).

Mas já não havia generais nacionalistas em posições de comando nas Forças Armadas dispostos a dar cobertura à greve e os soldados já não ouviam os líderes sindicais ou vereadores. Algo havia mudado. E essa mudança surpreendeu sindicalistas e trabalhadores. Como lembra Vera Maria Candido Pereira:

O movimento político de 1964 correspondeu a uma ruptura dessa política [referindo-se ao trabalhismo de Vargas e Goulart] e a um momento de perplexidade, quando o governo até então visto como todo-poderoso e pro-

tor dos trabalhadores apareceu fraco e impotente diante das forças que se revelaram mais poderosas (1979, p. 202).

Tal como ocorrera em 1889 e com os tenentes em 1930, o Exército — ou setores dele — apresentava-se como braço armado de um movimento de classe, visando à reestruturação do “bloco histórico” dominante.

Como observa Kenneth Paul Erickson, faltou, para o sucesso da greve geral contra o golpe, a cobertura militar e o apoio político encontrado anteriormente em oficiais como o general Osvaldo Ferreira Alves e no presidente Goulart. A “teatralização” das ameaças, de greve, ataques ou combates, uma característica da luta dos oprimidos em todos os tempos, e, componente forte da política no período populista, já não tinha eficácia. Não parece, porém, razoável supor, como sugere o autor, que uma conjuntura econômica desfavorável aos trabalhadores teria facilitado o sucesso da greve geral, uma vez que estava em jogo o problema de um duro enfrentamento com o Exército, as forças públicas estaduais, todas as forças políticas e sociais arregimentadas pelo “complexo Ipes-Ibad”. O movimento sindical e a classe trabalhadora não estavam preparados para isso<sup>88</sup>.

Também são pertinentes algumas conclusões apresentadas por Lucília de Almeida Neves Delgado (1986, p. 204) sobre a atuação do CGT: “A série de greves e ameaças de greves definidas pela diretoria do CGT e entidades afins, sem uma mínima consulta às bases, demonstra a prática cupulista que a entidade adota”, embora a afirmação feita em seguida, de que falava a todas as intersindicais do período ramificações mais profundas nas massas, pareça bastante sumária.

O que consideramos inadequado é elaborar conclusões sobre todo o movimento sindical do período a partir de um fato supostamente paradigmático: o fracasso da greve geral de 31 de março — momento em que “o castelo de cartas” teria ruído. A atuação da CNTT e do CGT na Greve dos 700 Mil, em São Paulo, atesta que aqueles organismos também estavam construindo vínculos efetivos com as lutas sindicais e com as organizações de base. As greves gerais de julho e setembro de 1962 foram movimentos de natureza muito diversa das Greves dos 300 Mil, 400 Mil

86 “Sindicatos ameaçam greve geral para defender mandato de Jango”, *Última Hora*, nº 3.690, 31 mar., 1964, 1<sup>a</sup> edição, p. 10. Observe-se que o manifesto faz jus à realidade histórica, descrevendo o golpe como articulado por governadores dos quatro estados mais importantes da Federação, com apoio de oficiais militares e de lideranças baianas do Congresso Nacional. O protagonismo civil na preparação do golpe foi apagado no interesse, entre outras coisas, de uma “absolvição” posterior das lideranças políticas envolvidas e da costura, com essas mesmas lideranças, de frentes contra a ditadura.

87 Confeir Costa, 1981, p. 148; Delgado, 1986, p. 201; Araújo, 1985, p. 119.

88 Afirma o autor: “Na ausência do fator privação, não se realizou uma grande greve” (Erickson, 1979, p. 187).

e 700 Mil. É muito plausível acreditar que as greves nacionais de 1962 só tiveram êxito porque contaram com cobertura militar e apoio governamental. Faltava a presença viva da classe trabalhadora e das classes populares nessas "greves políticas". Parece, também, que os movimentos de âmbito nacional, visando a mudanças na sociedade política, careciam de eficazes "mediadores espaciais", o que revela, por sua vez, as dificuldades para a classe operária formar-se como um sujeito de abrangência nacional, dependendo, nesse caso, muito mais de entidades e personalidades que agiam "pelo alto", como era o caso do CGT<sup>89</sup>.

Parece certo dizer que, desde o início de 1964, João Goulart, coerente com sua política reformista, nacionalista e "terceiro-mundista", decidira promover as reformas de base por decreto, apoiando-se na mobilização de massas, do CGT, da UNE, da FMP. Segundo Marieta de Moraes Ferreira, "a ideia era compêlir o Congresso, mediante pressão das massas, a mudar alguns artigos da Constituição, concedendo ao presidente poderes legislativos para executar as reformas" (Abreu et al., 2001, p. 2.618). Assim, a implantação de um amplo programa de reformas sociais, econômicas e políticas pressupunha mudanças na ordem institucional, removendo o poder de veto de que dispunham a oligarquia rural, as forças que se alinhavam com os interesses do capital internacional e todos os setores da burguesia que se opunham a transformações sociais. Entretanto, a mudança da ordem institucional por iniciativa do presidente da República só podia ser classificada como "manobra golpista" e, além disso, estava fadada ao fracasso. O sujeito coletivo que virtualmente tinha poder para instituir e legitimar uma nova ordem política, capaz de acolher e encaminhar as reformas, foi reprimido, controlado e contido antes que pudesse apresentar-se como fonte de um poder alternativo.

## FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

Por que devemos esperar que alheios ao nosso meio social, doutos de suas doutrinas próprias, venham até nós defender aquilo que só a nós compete e que, em toda a extensão dos nossos desejos e necessidades, são contra os seus interesses e ensinamentos?

José Maia Ribeiro\*

### 1. Comissões de salário, de solidariedade e de fábrica

A leitura atenta das atas das assembleias gerais, têxteis e metalúrgicas, revelou que em *todas* as campanhas salariais, até 1964, de ambas as categorias, foram eleitas nas assembleias comissões de salário para "apoiar" as diretorias. Na verdade, essas comissões exerciam um controle das bases sobre os próprios diretores e canalizavam, de maneira provavelmente mais ágil e efetiva, as inúmeras iniciativas surgidas no decorrer das lutas. Suas principais atribuições foram:

- 1) pesquisar e divulgar informações relevantes para o esclarecimento da categoria nas campanhas salariais e greves, como, por exemplo, sobre os lucros das empresas<sup>1</sup>;
- 2) contribuir para a construção dos índices de reajuste salarial, mediante reuniões com o Dieese, por meio da aplicação de questionários aos operários ou mesmo de visitas às portas de fábrica<sup>2</sup>;
- 3) negociar na DRT, na Fiesp e mesmo no TRT, juntamente com as diretorias dos sindicatos, todas as questões pertinentes à campanha salarial;

\* "Nós mesmos o defenderemos", *O Metalúrgico*, nº 115.

1 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 15 abr., 1955, p. 176.

2 "Batalha de reajustamento de salários", *O Metalúrgico*, nº 164, jul., 1957, p. 1.

- 4) promover a articulação com “a base”, especialmente com delegados de empresa e comissões de fábrica<sup>3</sup>;
- 5) controlar e cobrar empenho da Diretoria na luta.

No Sindicato dos Têxteis, segundo Almeida, “as Comissões de Salários, que arregimentavam a ‘nata’ dos dirigentes comunistas, eram organismos de pressão sobre as diretorias da entidade, que procuravam fazê-las prestar contas de seus atos” (1981, p. 224). No Sindicato dos Metalúrgicos, desempenhavam papel semelhante. Em junho de 1955, por exemplo, José Maia Ribeiro, tendo já expirado seu mandato como secretário-geral, conseguiu publicar um artigo em *O Metalúrgico*, com críticas à atuação da Diretoria na campanha salarial:

Nós, da Comissão de Salários, fomos informados que oficiais foram enviados aos Sindicatos Patronais do Grupo 14 e à Delegacia Regional do Trabalho [...]. A Comissão, porém, não conhece o teor dos oficiais [...]. Tenho a impressão que os nossos diretores estão deixando muito a desejar, e assim não fosse a arregimentação da classe metalúrgica, a estas alturas, já estaria em ponto de combate<sup>4</sup>.

Paul Singer foi bastante claro, em seu depoimento, sobre o papel dessas comissões:

Olha, toda a minha participação na época foi nas comissões de salário, eu nunca fiz parte da Diretoria do Sindicato. *Eram os trabalhadores, vamos dizer, que lideravam a própria categoria*. Os dirigentes, tirando o Presidente, Remo Forli, o Plácido também, todos os outros eram menos presentes, menos ativos, não só nas assembleias, mas também nas assembleias de porta de empresa. Havia, por assim dizer, agitadores: eu era um deles. Então esses agitadores eram eleitos para acompanhar a Diretoria, em nome dos trabalhadores [...], e essas comissões já eram uma preparação para a greve (grifo nosso)<sup>5</sup>.

Cabe ressaltar, também, a importância das comissões de solidariedade eleitas nas assembleias e enviadas às reuniões de outras categorias realizadas simultaneamente. A frequência com que essa prática é mencionada nas atas de assembleias gerais, tanto de têxteis quanto de metalúrgicos, sugere tratar-se de um costume carregado de importantes significados. Ao ser indagado sobre o papel dessas comissões na tessitura de laços de solidariedade entre os trabalhadores, Paul Singer esclareceu: “Foram importantes, sim. Nós acabamos realmente conseguindo fazer uma central sindical e organizamos a greve com cinco categorias. Eram cinco categorias com a mesma reivindicação por aumento de salário”<sup>6</sup> — referindo-se à Greve dos 300 Mil.

O trânsito intenso dessas comissões de solidariedade entre as diversas categorias, os registros nas atas das ovações com que eram recebidas, os discursos pronunciados, ressaltando a luta comum e a solidariedade, sugerem que essa prática constituía uma dessas formas pouco visíveis de burlar o controle ministerial, transformando o sindicato em uma referência para a manifestação coletiva, valendo-se das brechas que nenhum sistema de controle consegue vedar.

Embora seja mais difícil localizar e acompanhar a trajetória das comissões de fábrica, há evidência suficiente para darmos como certa a existência bastante difundida de organizações por local de trabalho (comissões de fábrica ou conselhos sindicais) com perfis diversos, tanto em metalúrgicos como em têxteis.

As comissões de fábrica são mencionadas na documentação em vários momentos. Em uma assembleia metalúrgica de julho de 1955, por exemplo, José Riverti propõe que as fábricas que tinham comissões internas entrassem em contato com as que não tinham, estabelecendo, também, contato com a comissão central de salários<sup>7</sup>. Em um artigo veiculado na edição de junho-julho de 1962, em *O Metalúrgico*, José de Araújo Plácido aconselhava: “Os trabalhadores metalúrgicos devem, em cada empresa,

3 A nota acrescentava: “As empresas onde os trabalhadores ainda não estiverem organizados, devem procurar a comissão para receber orientação e formar comissões de empresas, pilquetes etc. Os trabalhadores unidos vencerão”. Conferir “Comissão central de salários — Gommunicado”, *O Metalúrgico*, nº 202, ago.-set., 1961, p. 7.

4 José Maia Ribeiro, “Aumento de salários”, *O Metalúrgico*, nº 143, jun., 1955, p. 2.

5 Entrevista realizada em 15 de maio de 2006, cedida ao Centro de Memória Sindical.

6 Entrevista realizada em 15 de maio de 2006, cedida ao Centro de Memória Sindical.

7 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 17 jul., 1955, p. 200. Não se tratava de ideia pessoal de Riverti, pois diversos depoimentos registrados por Wolké (1993, p. 173) informam que, no Brás e na Mooca, era comum atividades das fábricas maiores organizarem comissões conjuntas para representar os trabalhadores das menores — aquelas com menos de 30 empregados.

criar o seu Conselho de Empresa, um em cada seção, com o mínimo de três membros em cada Conselho, e pedir o seu reconhecimento à Diretoria do Sindicato<sup>8</sup>. Assim, obtemos algumas informações sobre o que era considerado um número suficiente de membros dos conselhos sindicais, sua distribuição nas fábricas e suas relações com o sindicato. O mesmo Plácido, poucos meses depois, concluiu um histórico da greve metalúrgica que se encerrava, afirmando que os conselhos de empresa tiveram um papel preponderante na luta<sup>9</sup>.

Outra matéria, de agosto-setembro de 1963, apresenta mais informações sobre as possíveis formas de organização dos conselhos:

A nossa Assembleia caracterizou também a importância da organização sindical dentro das empresas como fator fundamental para a unidade e vitória de qualquer luta, motivo pelo qual recomendou aos metalúrgicos: realizar assembleias por empresas, dentro do Sindicato, eleger desde já um delegado sindical em cada seção da empresa<sup>10</sup>.

Nos têxteis, os chamados à formação de comissões de fábrica são frequentes nas assembleias, começando pelas reuniões preparatórias da Greve dos 300 Mil, quando foi aprovada, segundo a ata, autorização para a Diretoria do Sindicato e a Comissão Pró-Aumento de Salário organizarem comissões nas fábricas para convidar os trabalhadores a lutar pelo aumento de 60%<sup>11</sup>. Em assembleia de 29 de agosto de 1954, uma das propostas aprovadas “por aclamação e unanimidade” convocava os trabalhadores a ampliarem seus conselhos sindicais e a formarem-nos onde estes não existissem<sup>12</sup>. Em junho de 1955, os oradores inscritos para falar na assembleia, segundo a ata, defenderam que “os trabalhadores em geral

devem organizar-se em suas empresas, organizarem comissões e conselhos sindicais”<sup>13</sup>.

Assim, parece realmente sem fundamento — como, aliás, vem sendo analisado por diversos autores — uma das premissas da crítica ao “sindicalismo populista”: a “ausência de organizações sindicais de local de trabalho” (Rodrigues, 1970, p. 102).

É bastante difícil, porém, obtermos — em parte devido à própria natureza do “objeto” — uma imagem nítida da abrangência, da duração e do caráter dessas organizações. Alguns depoimentos parecem confirmar o diagnóstico da debilidade e mesmo a ausência das comissões de fábrica. João Bonifácio, tecelão, por exemplo, afirmou que as comissões “funcionavam só durante as greves, quando terminava a greve, a campanha salarial, aquelas comissões se dissolviam”. Paul Singer, por sua vez, informou que as comissões não eram comuns: “Havia o que provavelmente eram células do Partido Comunista. Mas como eu não era do Partido, não tenho muito conhecimento a respeito”. Mesmo não sendo muito enfáticos no reconhecimento da existência das comissões de fábrica, esses depoimentos assinalam duas formas adquiridas pelas organizações por local de trabalho: as comissões formadas nos períodos de greves e campanhas salariais — que ocorriam durante dois a três meses por ano — e as células do PCB. Pode-se dizer que estamos diante de práticas sociais não formalizadas em organizações regulares, exercidas em um campo pouco visível, não sendo possível “capturá-las” com segurança. Mesmo porque, como observa José Albertino Rodrigues, o delegado de empresa era “o elemento mais visado dentro da fábrica”, encontrando-se, sempre, ameaçado de demissão, nem sempre podendo ter uma atuação aberta e direta (Rodrigues, 1979, p. 147).

Houve, também, algumas iniciativas patronais. Na Elevadores Atlas, após a Greve dos 300 Mil, os padrões promoveram eleições secretas para a formação de uma comissão de fábrica, sendo designados para integrá-la os cinco primeiros colocados, entre eles Paul Singer<sup>14</sup>. A experiência

8 José de Araújo Plácido, “O que a vida nos ensina”, *O Metalúrgico*, nº 207, jun.-jul., 1962, p. 2.

9 *Ata da Sessão Permanente da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 31 out., 1962, p. 73v.

10 “Assembleia dos metalúrgicos decide reivindicar 100% de reajuste salarial”, *O Metalúrgico*, nº 214, ago.-set., 1963, p. 1.

11 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 8 mar., 1953, p. 55.

12 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 19 ago., 1954, p. 105v.

13 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 5 jun., 1955, p. 139.

14 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 17 maio, 1953, p. 96v.

fora estimulada pela adesão dos proprietários da empresa ao Movimento do Rearramento Moral, que defendia “uma nova ordem social regida sob comando do Espírito de Deus” (Costa, 1995, p. 239)<sup>15</sup>. A comissão funcionou apenas durante o ano de 1953. Segundo Singer,

“depois a direção da empresa não nos consultava mais, porque estavam achando que a comissão só tinha reivindicações a fazer e não tinha nenhuma proposta construtiva. O que era ilusório, querer que a comissão fizesse alguma proposta que melhorasse os lucros deles. Eles estavam, de certa forma, decepcionados com a nossa atuação. Para mim, foi uma escola fantástica, porque, praticamente toda a hora do almoço eu recebia bastante trabalhadores e passei a ter uma ideia do que se passava dentro do dia a dia de uma grande empresa”<sup>16</sup>.

As comissões podiam ser informais, independentes do sindicato, ou por ele controladas — nesse caso constituindo um grupo ligado ao delegado sindical e denominadas “conselhos sindicais” (Negro, 2004, p. 27)<sup>17</sup>. Provavelmente muitas foram efêmeras, mas não tanto quanto imagina, por exemplo, Weinstein<sup>18</sup>. Na mesma perspectiva dessa autora, Almeida propõe distinção entre as comissões de salário e as “vagas comissões de fábrica, que, em todo o período por nós estudado, são mais *comissões de greve* e daí surgirem e desaparecerem sempre” (1981, p. 224). Parece harmonizar-se melhor com o conjunto dos dados disponíveis a observação de Colistete (2001, pp. 109-10), segundo a qual era comum trabalhadores serem eleitos para negociar com os padrões demandas específicas, sendo essas comissões desmobilizadas em seguida — não significando tal procedimento, necessariamente, fraqueza organizativa, uma vez que contatos e discussões informais prosseguiram todo o tempo.

15 O “rearranamento moral” permanecia ativo nos anos 1960. Conferir *Última Hora*, nº 2-757, 27 mar., 1961, 1ª Caderno, p. 13.

16 Entrevista realizada em 15 de maio de 2006, cedida ao Centro de Memória Sindical.

17 Afirma o autor: “Nem sempre é possível discernir se se trata de uma comissão ampla e representativa, uma simples delegação, um grupo ligado a um delegado sindical ou a uma greve”.

18 Segundo essa autora, “as comissões de fábrica surgidas durante as greves no mais das vezes se dissolviam rapidamente, e as tentativas de criar redes de delegados sindicais eleitos em nível de fábrica fracassavam invariavelmente” (Weinstein, 2000, p. 330).

Poderíamos denominar comissões *ad hoc* aquelas formadas para negociar demandas específicas e depois dissolvidas, sem deixar registro na documentação sindical por sua informalidade. Os registros aparecem na documentação policial e é razoável supor que essas comissões implicassem algum grau de organização e esclarecimento dos trabalhadores, uma vez que recolheram as demandas, apresentaram-nas aos padrões, negociaram-nas, estabeleceram interlocução com o sindicato e tiveram de lidar com a presença dos agentes do Dops sem se intimidarem — ou pelo menos não a ponto de abandonarem a luta.

Na Tecelagem Santa Branca, onde trabalhavam 180 tecelãs, por exemplo, iniciou-se uma paralisação no dia 22 de janeiro de 1955, na tentativa de reverter uma punição aplicada contra Mercedes Colombini, suspensa por um dia, por tecer um pano com defeito. Formou-se, então, uma comissão integrada pela própria tecelã punida, por Iracema Fiori e Terezinha Menassi, que tentou abrir negociações com os padrões, sendo todas punidas com suspensão de dois dias. O tesoureiro do Sindicato dos Têxteis, Geraldo Marchelli, foi convocado, mas fracassou em sua tentativa de promover um acordo entre as partes<sup>19</sup>.

Uma das formas de organização por local de trabalho mais bem documentadas, seja por produzirem jornais apreendidos pelo Dops, seja por estarem ligadas a uma estrutura de organização política mais estável, foram as células do PCB, ou comissões de fábrica dirigidas por membros do partido. A experiência dos militantes comunistas na organização de comissões vinha de longa data. Já em 1935, o Comitê Central recomendava a “constituição de comitês de empresa, organizados com os delegados mais representativos e com base nas reivindicações mais importantes em cada local de trabalho” (Cavalcanti, 1996, p. 70).

Segundo informações — talvez exageradas — de João Amazonas, citadas por José Alvaro Moisés, o PCB controlava em São Paulo, em 1953, cerca de 500 comissões de fábrica, base decisiva para o êxito da Greve dos 300 Mil (Moisés, 1978b, p. 137). A avaliação de Moisés, segundo a qual as comissões, sob o controle do PCB, negavam sua vocação fundamental à autonomia, atrelando-se à estrutura sindical oficial, pressupõe

19 Dossiê Dops 43-Z-0-1.465.

que o partido pudesse exercer um controle eficaz sobre esses organismos de base, quando, de fato, isso não ocorria. Parece ser válida também para outros períodos a observação de Zilda Iokoi (2004, p. 203) sobre o PCB, no final dos anos 1940: “Também havia diferenças significativas entre o PCB representado por seu Comitê Central e a prática social e política de cada um dos subgrupos ou células que o constituíam. De certo modo, a clandestinidade aprofundava esse fenômeno descentralizado”.

Um traço marcante das comissões organizadas pelo PCB consistia na produção de jornais de fábrica. Em setembro de 1952, por exemplo, saía o número 10 de *A Seda*, “*Journal de luta*” dos trabalhadores da Tecelagem Brasileira de Seda, que estava em seu primeiro ano de existência. Consistia em uma folha de papel sulfite, mimeografada na frente e no verso, com texto datilografado. Seu conteúdo caracterizava-se por combinar a apresentação da linha geral do PCB com reivindicações específicas surgidas no “chão da fábrica”. Assim, trazia uma *charge* com a consigna “fora Truman e os provocadores de guerra”; recomendava a leitura da “Resolução sobre o trabalho sindical”, aprovada no Comitê Nacional do PCB — publicada no periódico do partido, *Voz Operária*, nº 171<sup>20</sup> —; anunciava reunião do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, em Porto Alegre, e do Congresso Regional de Defesa do nosso Petróleo, em São Paulo. Na linha do Manifesto de Agosto, convocava os trabalhadores para a luta “até a derrubada desse governo dos patrões e sua substituição por um governo dos trabalhadores” (Loner, 1985, p. 128)<sup>21</sup>. Por outro lado, promovia a mobilização por aspectos bastante específicos do cotidiano fabril: armários, horários e repressão patronal.

Os armários recém-instalados não eram aceitos, “pois os mesmos não correspondem a nossas exigências e necessidades”. Propunha-se, então, a formação de uma “forte comissão”, que deveria ir ao sindicato, exigindo de sua Diretoria negociar com os patrões o melhoramento dos armários.

<sup>20</sup> Trata-se, cabe observar, da atamada “Resolução sindical” determinando o retorno aos sindicatos “oficiais”.

<sup>21</sup> Como assinala Lonner, verifica-se uma certa defasagem entre o radicalismo da linha política geral, que atinge seu ápice em 1950, mantendo-se até o IV Congresso em 1954, e a linha sindical, que se radicaliza antes, em 1948, modificando-se “em bases mais realistas em 1951-52”. Essa edição do jornal *A Seda* comprova-o, na medida em que já defende a criação de um Conselho Sindical na empresa, pregando, ao mesmo tempo, a derrubada do governo Dutra e a formação de um “governo dos trabalhadores”.

Quanto aos horários, o descontentamento decorria das mudanças havidas com o racionamento de energia elétrica. Os trabalhadores permaneciam por até 15 horas à disposição da empresa, para trabalhar apenas 8. Conclusão: “Temos que nos organizar e lutar. A nacionalização da Light é um problema que se impõe. E isto não acontece pela vontade de Getúlio ou dos patrões, e sim por nossa luta”. Havia, ainda, outra pendência relativa ao controle dos horários: reivindicava-se a volta dos 5 minutos concedidos antes do término da jornada de trabalho para lavagem das mãos. A supressão daquela pequena regalia estaria ocasionando a perda dos horários de *trens*<sup>22</sup>.

Ao longo dos anos 1950, as comissões de fábrica tenderam a ser institucionalizadas, o que decorria, em parte, da estratégia do PCB e do PTB de transformá-las em conselhos sindicais e, no caso dos trabalhistas, entender a elas os tentáculos do controle ministerial. Essa institucionalização parece, também, ter decorrido de uma opção dos ativistas de base, aceitando uma espécie de “divisão de trabalho”, como menciona Wolfe (1993, p. 171), entre eles e as lideranças sindicais: “Durante os anos 1940, as comissões operavam de maneira totalmente independente dos sindicatos, tendo passado a aceitar, posteriormente, uma coordenação. As diretorias dos sindicatos exerciam algo como um *lobby* junto ao Ministério do Trabalho, ao passo que as comissões eram responsáveis pela organização de base e pelas greves. Joel Wolfe (1993, p. 172) aponta as greves metalúrgicas e têxteis de dezembro de 1951 como o momento da virada, a partir do qual as comissões teriam sido incorporadas à estrutura formal do sindicato, mas parece mais adequado situar no ano de 1956 o ponto de mudança.

A tentativa de institucionalizar a representação operária dentro das fábricas parece ter recebido estímulo na gestão do ministro José Parisfal Barroso na pasta do Trabalho. Em um movimento ousado de “incorporação” da força operária emergente, o ministro, como já vimos no capítulo 5, assumira com o PUI o compromisso de nomear 90 sindicalistas como fiscais da Coap de São Paulo, número posteriormente reduzido para 10. No mesmo ano, a DRT paulista oficializou o mandato dos delegados sindicais de empresa, entregando-lhes credenciais.

No caso dos têxteis, realizou-se uma cerimônia festiva no dia 7 de julho de 1956, no Clube dos Motoristas, com *show* e até homenagem ao artista Pechincha, aniversariante. Vinícius Torres, delegado regional do Trabalho, manifestou seu apoio ao sistema de representação organizado pelo sindicato, assinalando que esse fato se dava “pela primeira vez na sua história” [da DRT]<sup>23</sup>.

No dia 26 de agosto de 1956, 50 metalúrgicos também foram credenciados com carteirinhas reconhecidas pela DRT, entregues no intervalo de um “animado baile” comemorativo do primeiro aniversário do Departamento Feminino, pelo vice-presidente, José de Araújo Plácido. Segundo o jornal do sindicato, as carteirinhas dotavam o delegado de “poderes para falar aos patrões, a pedido de seus colegas de empresa”. Assim, qual-quer reivindicação surgida no local de trabalho — atraso em pagamentos, falta de higiene no serviço, insalubridade etc. — poderia ser encaminhada ao patrão “através dos representantes do Sindicato — o delegado sindical”<sup>24</sup>.

Embora essa última notícia mencione a distribuição de apenas 50 carteirinhas, o número de delegados sindicais parece ter sido bem maior. Em dezembro de 1956, uma notícia sobre “reunião dos delegados metalúrgicos”, preparatória para a participação em um encontro do PUI de delegados de empresa de todas as categorias filiadas, registra a presença de 167 delegados. O consul norte-americano, aparentemente alarmado, recebe de um contato informe sobre a existência de 350 “comitês de fábrica” na categoria metalúrgica, “estupidamente reconhecidos pela DRT”. O informante acrescentava uma notícia interessante: em algumas fábricas funcionariam 2 comitês, um com as credenciais da DRT e outro sem elas, clandestino (Negro, 2004, p. 87). Cabe, ainda, registrar que, segundo Faria, em 1964 haveria, na categoria metalúrgica, nada menos que 1.800 delegados sindicais de empresa, “em sua maior parte integrantes ou simpatizantes do Partido Comunista”, que foram denunciados pelo grupo de Joaquim dos Santos Andrade, sendo, então, presos ou demitidos (1986, p. 58).

Um artigo do metalúrgico Eugenio Chemp, de fevereiro de 1957, con-

firma a tentativa das direções sindicais terem controle sobre as organizações de fábrica. Segundo esse dirigente, eram funções do delegado: “Se o sindicato representa um órgão de coordenação e de defesa das reivindicações dos trabalhadores, o delegado de empresa representa a corrente de transmissão entre o sindicato e a fábrica”. Cabia ao delegado “transmitir tudo o que ocorre nas reuniões dos delegados metalúrgicos que se realizam todas as primeiras sextas-feiras do mês no Sindicato, transmitir o que ouviu aos demais operários das fábricas”. Deveria, claro, também “fazer o movimento contrário, ouvindo as opiniões e sugestões dos companheiros de fábrica, levando também estas opiniões e sugestões para a reunião dos delegados metalúrgicos, defendendo, assim, um ponto de vista dos seus companheiros junto ao sindicato”. Cabia ao delegado saber convencer os companheiros de fábrica da justiça das resoluções tomadas pelo sindicato e pelo PUI e da necessidade de sua aplicação. Deveria empenhar-se para sindicalizar, organizar e levar seus companheiros para o sindicato<sup>25</sup>.

No dia 27 de maio de 1960, os delegados de empresa se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos para tomar conhecimento de uma proposta de regimento interno para reger seus encontros<sup>26</sup>. Em agosto de 1962, os delegados eram convocados a uma reunião para discutir problemas relativos à eleição dos “conselheiros sindicais de empresa”. Advertia-se que a data daquela reunião seria considerada como prazo em que expirava o mandato dos delegados, deixando claro que a duração desses mandatos era determinada pela Diretoria do Sindicato, e não pelos operários nas fábricas<sup>27</sup>.

<sup>25</sup> Eugenio Chemp, “O papel sindical dos delegados de empresa”, *O Metalúrgico*, nº 161, fev., 1957, p. 3.

<sup>26</sup> “Aviso aos delegados de empresa”, *O Metalúrgico*, nº 191, abr.-maio, 1960, p. 2.

<sup>27</sup> “Delegado de empresas — Comunicado importante”, *O Metalúrgico*, nº 207, jun.-jul., 1962, p. 1. No mesmo período o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro adotava alguns procedimentos para controlar seus delegados sindicais: mandatos de conselhos coincidentes com os da Diretoria do sindicato, ratificação dos eleitos pela Diretoria, distribuição aos conselheiros de tarefas auxiliares à Diretoria e participação nas eleições para os conselhos apenas dos operários sindicalizados. No caso de São Paulo, não encontramos o referido regimento interno que regia os encontros dos delegados de empresa. Conferir Matos, 1996, p. 127.

<sup>23</sup> Dossie Dops 50-Z-315. Comunicado preparado por SOC, 19 set., 1956.

<sup>24</sup> “No aniversário do Departamento Feminino: o Sindicato dos Metalúrgicos lança os primeiros delegados sindicais nas empresas”, *O Metalúrgico*, nº 156, set., 1956, p. 6. *Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 2 ago., 1956, p. 160v. Lopes (1992, p. 66) registra o evento, mas aponta a data de 26 de setembro de 1956.

No Sindicato dos Têxteis, segundo Almeida, “a partir de 1956, as comissões de fábrica começaram a ter uma designação nova — delegados sindicais”. A Diretoria do sindicato apresentava suas realizações no biênio 1955-1957, incluindo entre elas a eleição de 400 delegados de empresa e a formação de comissões e conselhos nas fábricas (Almeida, 1981, p. 227).

Referindo-se ao período anterior ao golpe de 1964, José Albertino Rodrigues conclui que “o delegado de empresa tende a constituir a espinha dorsal do movimento sindical”, o que, pelo menos no caso dos metalúrgicos, parece confirmar-se nas observações de Hamilton de Faria sobre a perseguição aos 1.800 delegados após o golpe: “A partir dessa desarticulação o movimento começou a arrefecer” (1986, p. 58; Rodrigues, 1979, p. 147).

Assim, podemos concluir que não faltam evidências de que o sindicalismo brasileiro no período populista contava com razoável organização nos locais de trabalho, ou que, pelo menos, isso ocorria com as duas categorias estudadas: metalúrgicos e têxteis. É bastante difícil definir com precisão sua abrangência, seu grau de organização e sua continuidade, embora algumas pistas tenham sido apresentadas. Parece certo que as organizações por local de trabalho mais duradouras foram aquelas ligadas a outras instituições ou organizações: ao sindicato, por meio dos delegados sindicais, e ao Partido Comunista. Tudo indica que as demais tenham sido bastante informais, provavelmente com composição variada e funcionamento sistemático limitado aos períodos de campanha salarial, greve ou mobilização por questões específicas. No restante do tempo, talvez as comissões “desaparecessem”, sobrevivendo nos contatos pessoais, nas relações de parentesco e amizade.

É interessante notar que a natureza informal, fluida, das organizações por local de trabalho permitia-lhes sobreviver em diversos ambientes políticos e desempenhar funções diversas. Nos períodos repressivos, podiam tornar-se organizações alternativas ao sindicato, responsáveis pela promoção de greves<sup>28</sup> ou de lutas e negociações específicas empresa por

empresa (Colistete, 2001, p. 46). Em momentos de ampliação dos direitos democráticos e sociais, podiam até obter reconhecimento oficial, com carteirinha e apoio do Ministério do Trabalho. Outra característica interessante das organizações por local de trabalho era sua facilidade de estabelecer laços com outras formas de organização operária. A capacidade para arregimentar, lutar e negociar, adquirida por seus delegados, podia também contribuir para a participação deles em lutas de bairro<sup>29</sup>; era possível que comissões de fábricas maiores representassem os trabalhadores de fábricas menores da mesma região, e as comissões podiam ligar-se tanto ao sindicato quanto às comissões de bairro ou greve.

Podemos identificar três grandes linhas-interpretativas sobre o papel das organizações de base no período populista. A primeira, defendida por Francisco Welfort (1972, pp. III.2.1-2) e José Álvaro Moisés (1978b, pp. 91-4), considera que elas se constituíram, ligadas às comissões de greve, em “embriões de uma estrutura dual”, paralela aos sindicatos oficiais. Entretanto, por não romperem com o atrelamento ao Estado, acabaram reanimando a estrutura sindical e dando vida ao pacto populista.

A segunda linha de interpretação, também crítica ao “sindicalismo populista”, construiu-se a partir da experiência das oposições sindicais no período da ditadura militar. Adotou como matriz teórica os textos de Gramsci sobre o papel dos conselhos de fábrica na Itália e na construção da ditadura do proletariado. Aproveitou, ainda, as análises de Welfort sobre as greves em Osasco e Contagem. Podemos encontrar essa linha no trabalho de Hamilton José Barreto de Faria (1986, p. 126), sobre a oposição sindical metalúrgica de São Paulo, segundo o qual as comissões de fábrica são organismos de base de um sindicalismo livre, desatrelado do Estado; órgãos vinculados à condição do operário como produtor de riquezas, e não apenas como vendedor da força de trabalho. Como os laços com a experiência anterior a 1964 haviam, em parte, sido rompidos

28 Ricardo Maranhão (1979, p. 41) demonstra que, das 33 greves verificadas em 1946, 15 foram organizadas por comissões de fábrica ou outras formas de organização “parassindicais” nos locais de trabalho. Maria Helena Simões Paes (1979, p. 168), por sua vez, assinala que a nova onda grevista de 1948, na categoria metalúrgica, foi organizada por mecanismos extrassindicais: comissões de greve com apoio do PCB.

29 Para o período coberto por este estudo, essa atuação polivalente do delegado sindical está bem documentada para o caso de São Miguel Paulista por Paulo Fontes (2008, p. 302). Para os anos 1910 e 1920, o estudo de Joel Wólfte (1993, p. 27) é bastante esclarecedor sobre os laços entre comissões de fábrica, organizações de moradores e as uniões têxtil e metalúrgica. Hamilton de Faria (1986, p. 26) aponta relações significativas entre comissão de fábrica e associações de bairro nos anos 1970, nos metalúrgicos da Zona Sul de São Paulo.

pela ditadura, as comissões puderam ser concebidas como uma novidade em relação ao período populista — o que, de fato, não eram.

Uma terceira interpretação é defendida por autores como Joel Wolfe e Carmen Evangelho Lopes, numa linha que, a nosso ver, aprende melhor a importância das organizações por local de trabalho no período populista. Pode-se dizer que esses autores percebem as comissões como formas de organização *alternativas* e não *complementares* à estrutura sindical oficial. Segundo Wolfe (1993, p. 190), as comissões foram responsáveis por mudanças no regime de relações industriais de fato existente. Junfamente com as comissões de salário, os próprios sindicatos e as organizações intersindicais foram responsáveis pela neutralização dos aspectos mais repressivos da CLT. Foram expulsos os piores pelegos dos sindicatos, parcialmente interrompido o controle do Ministério do Trabalho sobre a vida sindical, democratizando-se, portanto, parcialmente o sistema de relações industriais.

## 2. Piquetes de greve

Outra forma de organização bastante desvalorizada pela bibliografia crítica ao populismo é o piquete de greve. Segundo Leôncio Martins Rodrigues, as greves eram deflagradas fora das empresas e impostas por piquetes integrados por ativistas, que não agiam contra os fura-greves, mas sim contra a própria massa operária, não organizada sindicalmente (1966, p. 72; 1970, p. 102)<sup>30</sup>. As pesquisas recentes vêm desmentindo essa apreciação. Costa (1995, p. 184), a partir de entrevistas, reconstituiu a ação de piquetes de massa, com 2 ou 3 mil grevistas, na Greve dos 300 Mil, revelando que, “intimidados pelo despotismo patronal ou pela repressão policial, muitos trabalhadores aguardavam com ansiedade a chegada dos piquetes, para aderirem à greve”. Negro (2004, pp. 44, 92) também se debruçou sobre a prática dos piquetes, lembrando que, de fato, tratava-se,

frequentemente, de um embate entre piquete operário e piquete policial/empresarial. Na mesma perspectiva, as pesquisas de Fontes (1997, p. 173) sobre a Nitro Química revelaram: “Os piquetes da Nitro devem ser vistos mais como um sinal de vitalidade do movimento do que de fraqueza. Eram formados por trabalhadores ‘de dentro’ da companhia e aí residia sua legitimidade para conseguir parar o trabalho.”

De fato, na documentação consultada, a formação dos piquetes de greve surge como um dos procedimentos organizativos adotados pelas assembleias gerais de têxteis ou metalúrgicos, visando ao sucesso do movimento. A assembleia metalúrgica de 22 de setembro de 1957, por exemplo, preparatória do movimento que eclodiria no mês seguinte, aprova: “Organizar comissões de greve, solidariedade, finanças, propaganda e piquete”<sup>31</sup>. Na assembleia de 29 de outubro de 1961, por sua vez, José Bustos, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos, convoca os delegados sindicais para uma reunião, a fim de “ultimar os trabalhos da preparação da greve bem como a formação dos piquetes e suas respectivas tarefas”<sup>32</sup>.

No Sindicato dos Têxteis, podemos ter uma ideia sobre como se formavam os piquetes de greve pelo relato da assembleia geral de 10 de dezembro de 1961, quando foi proposta e aprovada a “instalação de um comitê de voluntários para a formação dos piquetes e designação de um elemento que se responsabilizará pelas inscrições”<sup>33</sup>. Em um relatório policial, referente a uma assembleia de avaliação da Greve dos 300 Mil, podemos perceber a organização dos piquetes como uma das dimensões de preparação e condução do movimento. Antonio Chamorro vinha fazendo uma explanação sobre as atividades da Comissão de Greve e de seus “diversos departamentos”: Departamento de Assistência Médica, Departamento Social, Departamento de Piquetes, para o qual, Nelson Rusticci teria pedido “salvas de palmas ao sr. Angelo Natale, chefe e organizador dos piquetes, por ocasião da última greve, no que foi atendido

30 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 22 set., 1957, p. 117v.

31 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 29 out., 1961, p. 33.

32 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 10 dez., 1961, p. 157.

30 Convergindo com essas afirmações, conclui Kenneth Paul Erickson (1979, p. 192): o sucesso das greves no período “não depende de um sentido internalizado de dever de classe, mas das dificuldades econômicas e da força da autoridade externa, na forma de um piquete mandado pelo sindicato”.

unanimemente”<sup>34</sup>. Não é possível imaginar, portanto, os piquetes como uma força imposta “de fora”, uma vez que eram constituídos em assembleias gerais da categoria, muitas delas representando forte manifestação das bases operárias. Teríamos que concluir que não apenas os piquetes, mas todas as instâncias de organização de um movimento como a Greve dos 300 Mil seriam, por assim dizer, artificiais, impostas à categoria pelo sindicato.

O depoimento de José Luís dos Santos, por sua vez, confirma as várias pesquisas que apontam o piquete como, em muitos casos, uma força “externa” que anima uma “força interna” a se manifestar. Ao ser questionado sobre como se organizavam as greves nos anos 1950, explicou:

Era a turma toda andando pela rua, não tinha carro de som não, em piquete, a gente andando pela rua. Jogaram pedra nessa primeira firma, jogaram uma pedra lá que furou e quase pega na cabeça do dono da firma, do Sr. Rodolfo [...]. A turma tava doída para sair mesmo, rapaz, a turma tava doída para sair, porque eles não queriam dar aumento para a gente, todo mundo saiu porque [...] eles davam graças a Deus quando eles chegaram na firma e mandavam todo mundo sair, ou sai ou apanha (frisos), tem que sair, era assim. E o patrão tinha que deixar sair, se não eles quebravam tudo, quebravam tudo<sup>35</sup>.

Um procedimento mais sutil nos é relatado por João Troglílio nas greves da Metalúrgica Paulista:

A Metalúrgica Paulista era muito falada sobre greve, porque ela fazia greve, tinha o pessoal muito valente, sabe [...], tinha gente que tirava o paleto, jogava na calçada: “Aqui ninguém entra!”, depois saíam parando todas as outras por aí. Arregaçava as mangas da camisa, só que esses foram os primeiros que foram embora, porque os patrões vão sabendo quem são os ca-beças, né? [...] Naquela época ninguém entrava e ainda eles saíam por aí parando os outros, porque [...] chegou a trabalhar 2.500 empregados<sup>36</sup>.

A muralha intransponível de um paleto na calçada, capaz de paralisar a vontade de 2.500 homens, certamente, não representava um movimento sindical fragilmente alicercado dentro das fábricas. O paleto na calçada era o símbolo de uma relação de forças, de um movimento sindical formalmente atrelado ao Estado, mas capaz de, na prática, constituir inúmeros pontos de vinculação com a vontade da classe trabalhadora. De toda a forma, cabe indicar que, no Sindicato dos Metalúrgicos, foi um motivo de orgulho, como já vimos, ter conseguido paralisar 90% da categoria na Greve dos 700 Mil, em 1963, sem piquetes.

Também são bastante esclarecedoras as entrevistas realizadas em 1958 por Fábio Munhoz, com chefes de piquetes da Greve dos 400 Mil, fornecendo elementos para que se percebam os critérios bem definidos para a organização e atuação dos grupos, assim como os laços de sociabilidade em que se assentavam, não procedendo a ideia de que se tratavam simplesmente de organizações impostas “de fora”<sup>37</sup>.

### 3. O *Stift-SP* e o *Simmme-SP*: os sindicatos e as intersindicais<sup>38</sup>

Embora esteja claro que metalúrgicos e têxteis construíam formas de organização de base independentes de seus sindicatos, é certo, também, que a partir, aproximadamente, de 1952 voltaram a recorrer às entidades sindicais.

O movimento de mobilização e renovação empreendido pelos trabalhadores — tanto a partir de 1950, quanto posteriormente, a partir dos anos 1980 — ocorreu procurando canais para o seu desenvolvimento por dentro da instituição sindical, embora sem descartar diversas instâncias independentes dela. Acreditamos que a causa principal disso não foi a falta de disposição dos dirigentes para construir uma nova estrutura sindical e romper com a velha, mas a dificuldade de fazê-lo, preservando para os sindicatos a condição de instituição reconhecida pelo Estado, pelo

34 Dossiê Dops 50-Z-315-253.

35 Entrevista com José Luís dos Santos, realizada em 15 de julho de 2005, cedida ao Centro de Memória Sindical.

36 Entrevista realizada em 3 de dezembro de 2005, cedida ao Centro de Memória Sindical.

37 Fundo Fábio Munhoz — Cenap—Cedem, dossiê Dops 30-B-264-123-4.

38 *Stift* — Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem, *Simmme* — Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Mecânico e Elétrico.

empresariado e pela massa trabalhadora, ou seja, parece ter sido importante para os trabalhadores dispor, em seu processo de autoconstrução, embate e interlocução com outras classes ou setores sociais, de uma referência institucional forte, reconhecida, respeitada — como foram os sindicatos oficiais. Pode-se dizer que, em meados dos anos 1950, os sindicatos haviam voltado a ser órgãos coordenadores da luta, organizadores de aspectos da cultura operária e máquinas assistenciais que reproduziam, de maneira burocratizada, antigas práticas de “mutualismo”. Assim, faz-se necessário analisar os sindicatos como organizações complexas, atreladas, é certo, ao Estado, sem deixar de ser, ao mesmo tempo, “a casa do trabalhador”.

Sabemos que a máquina assistencial dos sindicatos foi intensamente reforçada no período da ditadura militar, com a ajuda do governo e mesmo das empresas. O estudo de Faria é claro no que se refere ao governo e mesmo dos Metalúrgicos (1986, p. 245). Essa prática tornou-se de tal forma predominante e as ações de luta tão escassas, que talvez os associados tenham passado a ver o sindicato principalmente como prestador de serviços assistenciais (Mattos, 1996, p. 141). O recurso ao assistencialismo como estratégia política visando à neutralização da influência da esquerda no meio operário foi claramente identificado por Colistete (2001, pp. 102-4) e Weinstein (2000, p. 168) como parte do projeto do Sesi. Outros estudos revelam o emprego do assistencialismo como componente da dominação paternalista nas empresas mais tradicionais ou da dominação “racional” nas empresas modernas (Lopes, 1988, p. 332; Fontes, 1997, pp. 71-5; Colistete, 2001, pp. 112-3). Portanto, não causa surpresa o fato de que a limitação do sindicato a funções meramente assistenciais tenha sido um dos alvos centrais da crítica dos “sindicalistas autênticos” ou das oposições sindicais aos pelegos a partir do final dos anos 1970.

Ocorre, porém, que o “mutualismo” e a prestação de serviços assistenciais são próprios da natureza das organizações sindicais. O que se configurou, a partir do Estado Novo, foi a intervenção estatal no financiamento e gestão desses benefícios, por meio do Imposto Sindical e dos controles ministeriais, dissociando-os, portanto, das práticas de solidariedade de classe (Fortes, 2004, pp. 266-7). Os mecanismos de assistência social manejados pelos sindicatos guardam um duplo caráter: por um

lado, são mecanismos de subordinação da classe e de esmaecimento de sua consciência de direitos; por outro, representam atualização da natureza mutualista da instituição e, como assinala Fortes, são forma de ampliação dos vínculos do sindicato, incluindo a família do associado. Em pesquisa organizada pela Federação dos Têxteis junto aos sindicatos filiados em meados de 1960, cujos dados foram apurados pelo Dieese, constatou-se que o grande chamariz do sindicato eram suas ações de assistência social, com 15 respostas, seguidas das atividades recreativas (bailes, piqueniques, festas e cinema), com 5 respostas<sup>39</sup>.

As “atividades” assistenciais e recreativas do Sindicato dos Têxteis no período estudado faziam parte inseparável de seu caráter de massas e tornavam-no presente no cotidiano da vida operária e não apenas no universo da militância e da luta. Cabe, entretanto, não perder de vista a ressalva apresentada por Almeida: associar-se ao sindicato não necessariamente assegurava o acesso a todos os seus serviços, uma vez que a Diretoria privilegiava sua própria clientela. Sendo correta essa observação, faltam informações mais concretas sobre a ampliação ou não dos atendimentos, na medida em que o sindicato foi se tornando uma entidade de massa nos anos 1950 (Almeida, 1981, p. 70). O Sindicato dos Têxteis teve o seu corpo cênico, seu campo e time de futebol; promovia bailes, disputadíssimos concursos de “rainha” da categoria; organizava piqueniques, festas juninas e de Páscoa, carnaval, torneios de damas; oferecia aulas de balé, judô, artes culinárias; organizou uma orquestra e manteve um respeitado curso de corte e costura, além de biblioteca, discoteca, farmácia e barbearia, ambulatório médico, gabinete dentário, departamento jurídico e cooperativa de consumo<sup>40</sup>.

O Sindicato dos Metalúrgicos, mais poderoso, dispunha de departamentos jurídico, médico — muito se orgulhando de ser o único sindica-

39 Dieese, “A organização sindical dos trabalhadores têxteis em São Paulo”, *Boletim Dieese*, ano I, nº 9, jan., 1961, p. 16.

40 A informação sobre a existência da barbearia foi-nos fornecida pelo antigo funcionário do sindicato, Tiagi Uemo, em seu depoimento, não constando da documentação. Os itens ambulatório médico, gabinete dentário e cooperativa de consumo são mencionados por Mária Mendes de Almeida, 1981, p. 70. Com exceção da cooperativa, sobre a qual a documentação não faz referência, há menções indiretas ao ambulatório e ao gabinete dentário em reuniões de Diretoria.

to de São Paulo "e talvez do Brasil" a fornecer gratuitamente remédios aos associados<sup>41</sup> —, odontológico, biblioteca, "teatro sindical". Em dezembro de 1953, nas comemorações do aniversário da entidade, Remo Forli, pensando grande, apresentou seus planos de construir a nova sede, um hospital-maternidade, uma colônia de férias e um ginásio de esportes para os metalúrgicos<sup>42</sup>. Afinal, apenas a nova sede e a colônia de férias foram edificadas. O sindicato era também eficiente desempenhando funções mais simples, como receber a correspondência de associados que, provavelmente, residiam em locais não cobertos pelos serviços dos Correios<sup>43</sup>. Também promovia seus bailes, festas juninas e de carnaval; mantinha um time de futebol e uma academia de judô; oferecia cursos de corte e costura e alfabetização e dispunha de "agência de colocação", responsável pelo encaminhamento de operários às indústrias<sup>44</sup>. Em 1946 fora criada uma cooperativa de consumo com 3 mil acionistas, que, entretanto, não prosperou (Paes, 1979, p. 171).

Outro mecanismo assistencial importante, por dizer respeito a uma dimensão fundamental da "insegurança estrutural" da classe, era a cessão de assistência médica e auxílios monetários diversos aos associados<sup>45</sup>. Por se tratar de procedimento diretamente controlado pela Diretoria do sindicato, vinha a representar, certamente, uma das formas de clientelismo que qualificava os diretores das entidades a se lançarem como candidatos a cargos no Legislativo e Executivo<sup>46</sup>.

No item assistência médica, o Sindicato dos Têxteis manteve convênio com uma clínica oftalmológica, com os hospitais do Brás e Leão XIII, com

41 Luciano Ramalho Vieira, "Nosso sindicato", *O Metalúrgico*, nº 88, jun., 1950, p. 8.

42 "O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos comemora mais um aniversário", *O Metalúrgico*, nº 127, dez., 1953, p. 1.

43 "Tem cartas na Secretaria do sindicato as seguintes pessoas", *O Metalúrgico*, nº 145, ago., 1955, p. 7.

44 "Agência de colocação", *O Metalúrgico*, nº 99, jul.-ago., 1951, p. 12; *Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 20 dez., 1955, p. 134 (para os cursos de corte e costura e alfabetização).

45 Segundo Mike Savage (2004, p. 41), a condição de "insegurança estrutural" é a característica fundamental da classe trabalhadora.

46 Dieese, "A organização sindical dos trabalhadores têxteis no estado de São Paulo", *Boletim Dieese*, ano I, nº 9, jan., 1961, p. 7. Das 29 cidades do estado em que havia sindicatos de trabalhadores têxteis em 1961, em 10 delas havia "vereadores têxteis", totalizando 11 edis, pois em Sorocaba foram eleitos 2.

um laboratório de análises clínicas; doava remédios de sua farmácia "a título de assistência social", como explicava o diretor Carlos Pinto Ferreira em reunião de março de 1954, "devido a situação de penúria que atualmente a classe têxtil atravessa"<sup>47</sup>. Também era fornecida ajuda de custo quando o associado tinha de consultar um médico da vizinhança, bem como em casos de internação prolongada e cirurgia.

Nos metalúrgicos, o próprio Departamento Médico parece ter-se incumbido de boa parte do atendimento aos associados — em 1949, por exemplo, foram 10.555 —, não havendo referências na documentação a muitos convênios<sup>48</sup>. O mecanismo de concessão de benefícios assistenciais pela Diretoria também funcionava: eram atendidos casos de reembolso de consultas médicas, internações para tratamento de saúde de associados ou viúvas — sendo mencionados casos de moléstias pulmonares e lepra<sup>49</sup>.

Uma rede de serviços assistenciais forte requeria uma sede ampla. Além disso, a magnitude da sede própria e da colônia de férias sempre foi um recurso de legitimação das direções sindicais — de diferentes colorações políticas. Mas mesmo a construção da sede própria dependia da mobilização da categoria. No caso dos têxteis, os contatos políticos não foram suficientes para assegurar a liberação a tempo dos empréstimos pleiteados junto ao Iapi e à Caixa Econômica Estadual para a construção do novo prédio do sindicato. Foi, então, necessário lançar mão de vários recursos para a mobilização dos operários com vistas à arrecadação de fundos.

Além da sede central, o Sindicato dos Têxteis manteve uma rede de subsedes. A mais ativa era a do Ipiranga, dirigida por José Molénidio desde 1954, quando foi criada, conforme deliberação de uma assembleia geral até 1963, quando ele se tornou presidente do sindicato<sup>50</sup>. Também

47 *Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 4 mar., 1952, p. 155; *Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 4 mar., 1954, p. 19.

48 "Relatório das principais ocorrências verificadas no ano de 1949", *O Metalúrgico*, nº 87-A, abr., 1950, p. 8. No relatório do ano de 1949, foi registrado um comentário elogioso do ministro do Trabalho, Honório Monteiro: "Nenhuma outra presta tão grande e completa assistência médica, farmacêutica e hospitalar aos seus associados".

49 *Atas de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 14 maio, 1951, p. 55-9 set., 1952, p. 51; 20 dez., 1955, p. 134.

50 A deliberação de criação das subsedes da Lapa e do Ipiranga ocorre na Assembleia Geral Extraordinária de 18 jul., 1954, p. 103v.

havia subsedes no Bom Retiro, na Lapa e no Belém. Os responsáveis pelas subsedes filiavam novos associados, visitavam fábricas, resolviam conflitos trabalhistas passíveis de solução negociada diretamente, promoviam festas, mobilizavam os trabalhadores para passeatas, realizavam reuniões setoriais e elegiam comissões de greve por bairro.

Quanto ao Sindicato dos Metalúrgicos, uma assembleia realizada no dia 17 de fevereiro de 1950 aprovou a construção de um novo prédio, com sete andares e elegeu uma comissão com sete integrantes para "orientar, junto com a Diretoria, a construção"<sup>51</sup>. Quanto às subsedes, o Sindicato dos Metalúrgicos mantinha-as na Lapa, à Rua Joaquim Machado, nº 283, 4º andar; em Guarulhos, na Rua Harry Simonsen, nº 182; em Osasco, na Avenida João Batista, nº 330, 1º andar; e, em Santo Amaro, na Rua Barão do Rio Branco, nº 874<sup>52</sup>.

Os índices de sindicalização entre os têxteis foram baixos no período estudado. Segundo avaliação de Almeida (1981, p. 142), em 1950 o sindicato teria 4.558 sócios em condições de votar, para 100.325 operários na base. Para o ano de 1960, o Dieese apresenta a quantidade de 14 mil sócios, correspondendo a 15% da categoria, número coincidente com o apresentado por Almeida (1981, p. 164)<sup>53</sup>. Um dado apresentado por essa autora, entretanto, chama a atenção: entre 1954 e 1960, o montante de associados teria caído de 33 mil para os 14 mil indicados, ao passo que a categoria mesma encolhera 26%.

Em 1960, a Federação dos Têxteis promoveu campanha de sindicalização em todo o estado de São Paulo. Na capital, o número de associados subiu para 18.040, correspondendo a 20% da categoria, embora, de acordo com Rodrigues (1966, p. 93), os sócios em condições de votar em 1962 representassem apenas 13%<sup>54</sup>. O índice de sindicalização têxtil em São Paulo em 1960 — 20% — ficava um pouco abaixo do índice geral de sin-

dicalização dos assalariados — 26% em São Paulo, segundo o Dieese<sup>55</sup> —, o que se explica, em grande parte, pela preponderante participação feminina e juvenil na composição da força de trabalho. De toda a forma, o índice de sindicalização entre assalariados no Brasil é bem inferior ao encontrado, por exemplo, na Argentina, no final do governo peronista, em 1954: 42% da população assalariada e entre 50% e 70% dos trabalhadores industriais eram filiados a sindicatos (James, 1999, p. 22).

Várias explicações têm sido buscadas para esse fenômeno. Atribui-se a baixa sindicalização à própria estrutura sindical: entidades constituídas fora do movimento operário, vinculadas ao Ministério do Trabalho, mantidas financeiramente pelo Imposto Sindical, deixavam a grande maioria da classe desorganizada sindicalmente (Rodrigues, 1966, p. 77; Boito Jr., 1991). Outras causas mais circunstanciais foram apuradas na pesquisa acima mencionada da Federação dos Trabalhadores Têxteis, analisada pelo Dieese: falta de cumprimento do reajuste salarial pelos patrões, desprestigiando o sindicato, falta de tempo, desemprego, represálias patronais. Os profissionais do Dieese acrescentaram: o baixo índice de sindicalização seria manifestação de uma consciência de classe muito tênue, "tendo em vista as suas origens rurais e a ausência de tradição industrial no nosso país"<sup>56</sup>. Para outros autores, a falta de filiação massiva não significaria uma ausência de "espírito associativo" e mesmo de consciência de classe. As comissões de fábrica, especialmente no caso dos têxteis, são apontadas como mais efetivas na organização dos trabalhadores do que o sindicato (Wolfe, 1993, p. 32), e mesmo os clubes de bairro e várzea são lembrados como provas do associacionismo das classes populares — que não se sentiriam à vontade no espaço do sindicato, dominado pelos agentes da burocracia sindical (Cavalcanti, 1996, p. 250).

Nas entrevistas realizadas para a tese, da qual resulta esta publicação, as duas maiores causas apontadas como obstáculos à sindicalização no caso dos têxteis foram o medo dos operários em geral e a resistência

51 "O novo prédio do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos", nº 85, fev., 1950, p. 1.

52 "Subsedes dos metalúrgicos", *O Metalúrgico*, nº 206, mar.-abr.-maio, 1962, p. 5; "Futura subseção de Santo Amaro", *O Metalúrgico*, nº 207, jun.-jul., 1962, p. 3.

53 Dieese, "A organização sindical dos trabalhadores têxteis no estado de São Paulo", *Boletim Dieese*, ano I, nº 9, jan., 1961.

54 Confeir "Resultados da campanha de sindicalização dos trabalhadores nas indústrias de filiação e tecelagem do estado de São Paulo", *Boletim Dieese*, nº 4, ago., 1961, p. 10.

55 Dieese, "Os sindicatos e a política econômica do novo governo", *Boletim Dieese*, ano I, nº 10, fev., 1961, p. 14.

56 Dieese, "A organização sindical dos trabalhadores têxteis no estado de São Paulo", *Boletim Dieese*, ano I, nº 9, jan., 1961, p. 18.

das mulheres, vinculadas à “dupla jornada de trabalho”. Segundo Ignez Augusta:

O curso de corte e costura trazia muito o pessoal para o sindicato, entendeu? Porque o pessoal temia esse negócio de sindicato; você convidava eles para o sindicato, e eles diziam: “Ah, eu lá vou em sindicato, negócio clandestino, negócio que leva preso”. E era mesmo muita perseguição; os sindicatos, quando estavam nas mãos dos pelegos, não faziam nada para os operários<sup>57</sup>.

Maria Sallas também se refere a um trabalho muito difícil de sindicalização, especialmente entre mulheres, que requeria a organização prévia de comissões nas fábricas, cujos membros depois passavam a frequentar o sindicato.

Talvez se possa concluir que, no Sindicato dos Têxteis, constituíram obstáculos a uma sindicalização massiva tanto a burocracia sindical — que poderíamos qualificar como “agente patronal” — quanto, contraditoriamente, muitos patrões que, apesar de tudo, não viam com bons olhos o trabalhador sindicalizado. Também se pode pensar em uma tendência cultural à informalidade e, no caso das mulheres especialmente, uma maior identificação com outras formas de luta — como as de bairro e contra a carestia.

Entre os metalúrgicos, as informações sobre o número de sócios nos primeiros anos da década de 1950 são bastante contraditórias. Wolfe (1993, pp. 153, 165) informa que, em 1949, o sindicato tinha 15.207 associados, mas nas eleições de 1951 apenas 5.521 estavam em condições de votar, em uma base com 77.579 operários. Paes apresenta o número de 15 mil sócios em outubro de 1950, mas o presidente Joaquim Ferreira se vangloriava, em abril de 1952, de haver assumido em março de 1951 com 12 mil sócios, número que já teria subido para 23 mil. Entretanto, o secretário-geral, José Maia Ribeiro, contabilizava, em março de 1953, 12 mil associados<sup>58</sup>. O certo é que, em condições de votar nas eleições de

janeiro de 1953, havia 8.480 metalúrgicos. A partir de outubro de 1953, os números apresentados por *O Metalúrgico* começam a ser mais coerentes: seriam 30 mil sócios naquela data, para uma base de aproximadamente 100 mil<sup>59</sup>. Em agosto de 1954, realizou-se uma campanha de sindicalização, com prêmios em dinheiro, e o número de associados aumentou para 35.800, para uma base de aproximadamente 107.463 operários<sup>60</sup>. Em abril de 1955, o número de sócios subiu para 45 mil, mas, nas eleições de setembro daquele ano, apenas 13.340 estavam em condições de votar<sup>61</sup>. Em janeiro de 1957, José de Araújo Plácido falava em 74.700 sócios, mas, nas eleições ocorridas em setembro do ano seguinte, apenas 17.455 estavam quites com o sindicato<sup>62</sup>.

Um artigo de Eugenio Chemp aponta, em janeiro de 1958, 50.084 filiados para uma base de 140 mil metalúrgicos<sup>63</sup>. Um estudo da Universidade de Brasília, de 1965, apresenta, para São Paulo capital, uma taxa de sindicalização dos metalúrgicos de 18,07% em 1964: 40 mil trabalhadores em um universo de 221.299, ao passo que Leôncio Martins Rodrigues (1966, p. 93) afirma que 13% dos metalúrgicos estavam quites com suas mensalidades em 1962. As dificuldades do Sindicato dos Metalúrgicos podem ser vislumbradas pelo próprio crescimento da categoria: enquanto, segundo os dados do mesmo estudo da Universidade de Brasília, a categoria têxtil crescera em aproximadamente 10% de 1946 a 1964, a metalúrgica aumentara 300%.

Alguns depoimentos também ilustram a dificuldade de ampliar a filiação ao sindicato. Segundo João Miguel Alonso: “O patrão, se ele sou-

59 “Aos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo”, *O Metalúrgico*, nº 125, out., 1953, p. 3; “A verdade sobre a Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo”, *O Metalúrgico*, nº 129, fev.-mar., 1954, p. 1.

60 Santo Rizzo, “Sindicalização e sindicato”, *O Metalúrgico*, nº 132, ago., 1954, p. 2. A premiação em dinheiro mereceu a oposição de Paul Singer, que defendia a distribuição de flâmulas e medalhas. Conferir *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 16 maio, 1954, p. 125. Sobre o número de operários na base, ver “Os metalúrgicos com a classe de maior número de trabalhadores”, *O Metalúrgico*, nº 141, abr., 1955, p. 3.

61 José de Araújo Plácido, “Os tempos mudaram”, *O Metalúrgico*, nº 141, abr., 1955, p. 3; “Anuladas as eleições do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos”, *O Metalúrgico*, nº 142, maio, 1955, p. 5.

62 “Completo o Sindicato dos Metalúrgicos 23 anos”, *O Metalúrgico*, nº 2.148, jan., 1956, p. 5.

63 Eugenio Chemp, “Metalúrgicos paulistas, força destacada do movimento operário brasileiro”, *O Metalúrgico*, nº 171, jul., 1958, p. 4.

57 Entrevista com José Molendino e Ignez Augusta, realizada em 31 de julho de 2002, cedida ao Centro de Memória Sindical.

58 “Ecos do festival metalúrgico”, *O Metalúrgico*, nº 107, abr., 1952, p. 15; José Maia Ribeiro, “Unidos somos uma força”, *O Metalúrgico*, nº 122, jul., 1953, p. 6.

besse que o empregado era sindicalizado, mandava embora mesmo, não queria sindicalizados dentro da empresa dele nem aceitava uma comissão de trabalhadores”<sup>64</sup>.

Por sua vez José Luís dos Santos informou:

O cara que falasse “eu vou me associar ao sindicato”, eles mandavam embora, as firmas não aceitavam, as firmas não aceitavam ninguém que fosse sócio do sindicato. A gente tinha que ser sócio escondido; quando eles vinham a saber, a gente já era sócio fazia muito tempo. Era escondido, mas não gostavam<sup>65</sup>.

No que diz respeito às correntes sindicais, em linhas gerais, reproduziam-se em metalúrgicos e têxteis de São Paulo as divisões encontradas no sindicalismo nacional. Vamos trabalhar com um modelo de direita/centro/esquerda para a nossa análise (French, 1999, p. 74). A direita era constituída, no Sindicato dos Têxteis, pela “velha guarda ministerialista”, formada, no Estado Novo, desalojada lentamente a partir de 1952 e reconduzida à direção da entidade após o golpe de 1964. No Sindicato dos Metalúrgicos a direita também estava representada pelos “ministerialistas”, que, ao contrário do que ocorreu nos têxteis, se “dissolveram”, após acusações de corrupção, nos anos 1950. Em 1961 organizou-se uma nova direita, formada pela Federação dos Círculos Operários Católicos, tendo em Joaquim dos Santos Andrade sua principal liderança.

Alguns traços marcantes da atuação da direita “ministerialista” foram a plena aceitação da tutela governamental sobre a atividade sindical; a convergência das ações do sindicato com as exigências patronais; eventualmente a colaboração com órgãos de repressão estatal, como o Dops. Também se destacam o anticomunismo, a desmobilização da categoria e a corrupção.

No Sindicato dos Metalúrgicos, com o enfraquecimento do apoio do Estado, coube à Igreja dar sustentação às posições de direita. Desde 1951, registra-se a presença da Federação dos Círculos Operários na vida sindical. Sua atuação cresceria no final da década, quando obteve sucesso

na preparação de lideranças capazes de opor-se ao avanço da esquerda e de servir de apoio ao projeto mais amplo de “restauração da ordem” e “modernização conservadora” empreendido pela ditadura civil-militar de 1964. Segundo Faria (1986, p. 110), em 1964 havia em São Paulo 60 Círculos Operários, com cerca de 200 mil sócios<sup>66</sup>.

O “centro”, nos sindicatos dos têxteis e dos metalúrgicos, caracterizou-se, até 1960, aproximadamente, por rejeitar as práticas mais antipoperárias e policiais das “ministerialistas” e, simultaneamente, por manter independência em relação à esquerda, representada por comunistas e socialistas. O MRS (Movimento de Renovação Sindical), formado em setembro de 1957 pela Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro, forneceu ao centro um programa alternativo e, a partir de 1960, aproximadamente, encontramos sindicalistas de centro, adotando o discurso elaborado pelo MRS, ou parte dele (Abreu et al., 2001, p. 3-963).

Nos têxteis, Nelson Rusticci, presidente do sindicato entre 1952 e 1957, e, provavelmente, Julio Devichiatti, presidente entre 1957 e 1959, representavam o centro<sup>67</sup>. Rusticci era membro do PTB, apresentava-se como socialista-cristão e, em 1960, como janista. Posteriormente, ingressou no Movimento de Renovação Sindical.

Quanto ao Sindicato dos Metalúrgicos, maior e mais complexo quanto às correntes internas, parece certo afirmar que se formou um centro, no começo dos anos 1950, a partir da crise dos “ministerialistas” e outro centro, no final da mesma década, a partir de divisões na esquerda.

O primeiro centro esteve representado por José Maia Ribeiro, que concorreu sem sucesso à Presidência do sindicato nas eleições de 1953 e 1955. O segundo, por nomes como Hermeto Mendes Dantas e Orlando Malvezi. Hermeto, que compusera chapa com a esquerda em 1955, 1957 e 1959, concorreu em chapa própria em 1961 e 1963, com o apoio dos Círculos Operários Católicos. As críticas dirigidas por Hermeto Dantas

66 Danião Duque de Farias (1998, p. 155) apresenta números parecidos para 1958: 62 círculos com 200 mil sócios. O apoio dos círculos ao golpe é confirmado em depoimento de Waldemar Rossi, metalúrgico e católico. Conferir Duarte, 2002, p. 142.

67 Quanto a Devichiatti, não conseguimos apurar maiores informações sobre seu posicionamento no espectro político sindical, exceto aquelas fornecidas pela atas de assembleias gerais e reuniões de Diretoria do sindicato.

64 Entrevista realizada em 15 de julho de 2005, cedida ao Centro de Memória Sindical.

65 Entrevista realizada em 15 de julho de 2005, cedida ao Centro de Memória Sindical.

à esquerda eram, em linhas gerais, as mesmas que o Movimento Renovador Sindical vinha levantando desde 1957. Dizia Dantas que os diretores deveriam retornar às fábricas “para melhor sentir o problema da classe”<sup>68</sup>. Era a crítica aos “pelegos vermelhos”. Nesse sentido, distinguiam-se dos velhos “ministerialistas”, caracterizados por seu “cupulismo”. Mas, em comum com aqueles, a chapa de Hermeto Dantas em 1961 levantava a bandeira do anticomunismo, no que era apoiada pelo presidente da Federação dos Metalúrgicos, Domingos Alvarez<sup>69</sup>.

Entre as correntes de esquerda, destacava-se o PCB. Com forte presença nas comissões de salário, de greve e de fábrica, conquistou a Presidência do Sindicato dos Têxteis em setembro de 1959, com a eleição da chapa liderada por Luis Firmino de Lima, reelito em 1961. Em 1963 a chapa do PCB saiu-se novamente vitoriosa, liderada por José Molenídio, com Luis Firmino de Lima na Diretoria.

Vários líderes têxteis, com forte presença registrada nas mobilizações, lutas e greves, eram membros do Partido Comunista: além do próprio Luis Firmino de Lima — um tecelão pernambucano que já trabalhara na Fábrica Têxtil Macaxeira —, Antonio Chamorro, Mariana Grigaitis, Maria Sallas, João Gerônimo, Carlos Pinto Ferreira, Eunice Longo, Eronidina Arruda, José Molenídio, Ignez Augusta. Também são apontados pelo Dops como militantes do PCB, sem que tenha sido possível comprová-lo, os nomes de Angelo Natale, Mario Perassa, Francisco Bilches<sup>70</sup>.

É importante lembrar que uma das contribuições mais importantes do Partido Comunista para a construção da solidariedade e da consciência de classe dos têxteis decorreu de seus esforços para incorporar a mulher trabalhadora à militância sindical em pé de igualdade com os homens.

No Sindicato dos Metalúrgicos, a esquerda era representada por comunistas e socialistas até 1962. Nas eleições de agosto de 1963, concorreu uma chapa formada, até onde pudemos apurar, por militantes identificados com o PCdOB, liderada por Fortunato Martinelli<sup>71</sup>. Atuava, também,

na oposição à frente PCB-PSB, uma corrente de aproximadamente 50 operários, liderada por Carleto Ferrer Favali, membro de MRS até 1961 e responsável pela distribuição da publicação *Correio Sindical* (Abreu et al., 2001, p. 3-963). Também se registra a atuação de trotskistas isolados, como Cícero José do Nascimento e, depois de 1964, Olavo Hanssen.

As principais lideranças do Sindicato dos Metalúrgicos, de 1953 a 1964, eram comunistas ou socialistas: Remo Forli, José de Araújo Plácido, José Bustos, Eugenio Champ, Afonso Dellellis. A intervenção do PCB entre os metalúrgicos de São Paulo vinha de longe. Assim como nos têxteis, a repressão, a partir de 1947, fez com que o PCB se voltasse para o trabalho de base nas fábricas, tentando formar comissões e associações paralelas à estrutura sindical oficial, registradas como entidades civis. Na onda grevista de 1948, a luta foi organizada por comissões de greve, apoiadas pelo PCB (Paes, 1979, p. 168).

Os socialistas, por sua vez, tiveram em Paul Singer um de seus principais representantes. Em 1953, antes da Greve dos 300 Mil, o PSB, com outras forças de esquerda, empenhou-se na formação de uma tendência sindical: Movimento de Orientação Sindical (MOS). A iniciativa fora motivada, entre outras coisas, pela resistência aos traços autoritários da prática dos comunistas (que, segundo Singer, “vinham com uma decisão pronta e era isto”) e reuniu socialistas, anarquistas — que controlavam o Sindicato dos Padeiros e tinham base no dos Gráficos — e católicos<sup>72</sup>. Uma equipe de personalidades históricas do movimento operário participou do projeto — constituindo, com certeza, um dos canais de comunicação entre o passado das lutas sindicais pré-1930 e o presente. Tratava-se de nomes como João da Costa Pimenta — ex-secretário-geral da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro nos anos 1920 e liderança da União dos Trabalhadores Gráficos do Rio de Janeiro, militou no PCB e na trotskista Liga Comunista nos anos 1930 —, Edgard Leuenroth — jornalista e líder anarquista desde os anos 1910 — e Aristides Lobo — membro do PCB desde 1923, tendo aderido ao trotskismo em 1931<sup>73</sup>.

68 “Encontro democrático começa amanhã: 770 delegados”, *Última Hora*, nº 2.857, 21 jul., 1961, 1ª Caderno, p. 8.

69 Dossê Dops 30-B-264-214.

70 Dossê Dops 50-Z-315-122.

71 “Metalúrgicos vão eleger nova Diretoria”, *Última Hora*, nº 3.500, 19 ago., 1963, 1ª edição, p. 13, coluna Movimento Sindical.

72 Entrevista com Paul Singer, realizada em 15 de maio de 2006.

73 Dossê Dops 50-Z-315-272.

O perfil do MOS é apresentado com clareza em um manifesto publicado em *O Metalúrgico*, em maio de 1953. Reivindicava a memória do movimento sindical pré-1930, livre e autônomo, criticando o período posterior, quando se teria iniciado uma fase de “abastardamento e domesticação do movimento operário”. Era lançado um chamado: “Trabalhadores, uni-vos — não em torno de caudilhos e líderes pré-fabricados pela política ministerialista ou partidária [...]. Uni-vos por sua própria consciência livre e militância constante em vossas associações de classe a fim de torná-las livres e autônomas”<sup>74</sup>.

No final de 1953, Singer ocupava as páginas do jornal metalúrgico com um artigo que definia as metas democráticas a serem perseguidas pelo movimento operário — muitas delas por conquistar ainda hoje. Condenava a CLT, por estabelecer a cobrança do “odioso Imposto Sindical do bolso do operário”, por condicionar a posse das diretorias dos sindicatos ao reconhecimento do Ministério do Trabalho, por obrigar os sindicatos a enviarem seus orçamentos para o escrutínio do Ministério e por impor um estatuto-padrão. Não adiantava, portanto, eleger diretrias da confiança dos trabalhadores, se a estrutura legal e organizadora do movimento sindical protegia os “pelegos”, corruptos e traidores da classe operária. O primeiro passo da luta consistia em obter eleições sindicais livres. Em seguida, era imperioso lutar contra o Imposto Sindical, o estatuto-padrão, o atestado de ideologia, “pelo sindicato livre e autônomo, fiel aos trabalhadores e a ninguém mais”<sup>75</sup>.

Posteriormente o PSB conseguiu a adesão de Remo Forli, em parte com fins eleitorais<sup>76</sup>. Parece importante destacar três características do MOS: sua ligação com o movimento sindical pré-1930, sua luta intransigente contra a estrutura sindical e sua posição contrária à corrente trabalhista. Esse perfil o diferenciava nitidamente da corrente capitaneada pelo PCB. Apesar da justeza de algumas proposições, uma outra característica do MOS foi uma existência breve e a dificuldade em tornar-se uma tendência de massa.

Cabe destacar que a aliança entre PSB e PCB nos metalúrgicos de São Paulo — simbolizada pelas figuras de Remo Forli e José de Araújo Plácido — formou a liderança que orientou uma nova vanguarda radical. Essa nova corrente foi captada pelo estudo de Michael Lowy e Clara Chucid (s.d., p. 7) com os delegados do Congresso Nacional dos Metalúrgicos, realizado em Itanhaém, em abril de 1959. Negro, por sua vez, avalia que o PCB, muitas vezes em aliança com o PTB, constituiu o “eixo de transição do movimento sindical durante os anos de 1945 a 1964”, e o recurso à greve, a luta pela construção de comissões, a defesa da liberdade sindical, eram aspectos importantes de sua prática.

Outros aspectos da prática do PCB, porém, também sobressaem na análise de sua trajetória nos sindicatos estudados. Os três sindicalistas ligados ao PCB por nós entrevistados viajaram para a União Soviética ou nela residiram. A defesa e a propaganda da URSS fazia parte de seu discurso e visão de mundo. De certa forma, as rígidas divisões da Guerra Fria se reproduziam artificialmente no interior do movimento operário, acentuando rupturas, dificultando a interlocução e a construção da solidariedade de classe.

O outro aspecto diz respeito à política, adotada pelo PCB, de crescer no movimento sindical “por cima”, conquistando o controle das federações e confederações. Luis Firmino de Lima, que foi presidente do Sindicato dos Têxteis, foi secretário da federação da categoria e candidatou-se a vogal de uma Junta de Conciliação de Julgamento do TKT, ao passo que Antonio Chamorro também se tornou secretário da Federação dos Têxteis. O equívoco da aposta na construção de um movimento sindical tão adaptado à estrutura oficial foi decisivo para a liquidação da experiência do PUI em 1959, como veremos.

Para compreendermos a dinâmica da relação entre as três correntes do movimento sindical, são importantes as observações de French (1999, pp. 73-4): “A política interna do movimento sindical do pós-guerra esteve marcada por um complicado jogo de relações entre a minoritária direita operária, o centro numericamente dominante e uma esquerda crescente, representada pelo Partido Comunista”. O autor observa ainda, de forma também pertinente para o caso paulista, se substituírmos “*getulistas*” por “*janistas*”: “O novo sindicalismo foi o produto de uma ampla

74 “Manifesto”, *O Metalúrgico*, nº 123, ago., 1953, p. 12.

75 Paul Singer, “Reforma de base, único remédio contra o ‘peleguismo’”, *O Metalúrgico*, nº 127, dez., 1953, p. 6.

76 Dossê Dops 50-Z-315-272.

coalizão da esquerda com o centro, de comunistas e getulistas, que isolou a corrente pelega de funcionários sindicais de nível superior<sup>77</sup>. No caso dos metalúrgicos e dos têxteis de São Paulo, a renovação decorreu de uma aliança entre comunistas e líderes sindicais sob a influência do janismo, como Nelson Rusticci e Remo Forli. Pode-se perceber, por outro lado, que o estreitamento do controle da esquerda sobre os dois sindicatos em questão — simbolizado pelas três administrações consecutivas lideradas por comunistas nos têxteis, a partir de 1959, e pela vitória da chapa do pecebista Afonso Delellis nos metalúrgicos em 1963 — parece ter provocado um afastamento do centro. Nos têxteis, Rusticci passou para a oposição em 1960 e, nos metalúrgicos, as eleições de 1963 mostraram um sindicato dividido: surgiu o PCdoB em 1962 e a Federação dos Circulos Operários Católicos, com críticas aos “pelegos vermelhos”, ganhava audiência. A capacidade de direção da esquerda não acompanhou o fortalecimento de suas posições nos organismos dirigentes. A direita conseguiu atrair o centro e golpear a esquerda em 1964.

Vejamos, agora, como se deu a articulação das entidades intersindicais, importante forma de organização “horizontal” dos trabalhadores, proibida por lei, mas persistentemente desenvolvida por eles. Embora Almeida atribua ao PUI uma campanha salarial pelo abono de Natal já em 1952 e se refira, mesmo, à sua existência desde 1951, o restante da documentação consultada apresenta o PUI como um saldo da Greve dos 300 Mil (Almeida, 1981, p. 208)<sup>77</sup>. A confiar na precisão dos registros policiais e em um manifesto divulgado pelos sindicatos, a primeira reunião para a articulação de uma organização intersindical ocorreu no dia 21 de setembro de 1953, no Sindicato dos Têxteis, com a presença de representantes de metalúrgicos, gráficos e marceneiros — portanto quatro das cinco categorias envolvidas na greve de março-abril. Foi elaborado, então, um manifesto, convocando outras entidades para uma nova reunião no dia 26,

sábado, no Sindicato dos Hoteleiros, à Rua da Glória, assinado por Santo Rizzo — secretário-geral da entidade que começava a ser construída<sup>78</sup>.

No dia 26, a reunião marcada para começar às 8h30 teve início apenas às 10 horas, contando com a presença de 15 sindicalistas. Algumas ideias foram, então, alinhavadas. O metalúrgico Eugenio Chemp afirmou que a finalidade do órgão era lutar pelas reivindicações imediatas da classe trabalhadora, mas sem uma organização fixa. A direção dos trabalhos caberia ao presidente do sindicato que sediasse a reunião. Rusticci defendeu que a intersindical lutasse por um programa próprio e sugeriu convidar para a reunião seguinte um representante do Ministério do Trabalho e todos os sindicatos e federações de trabalhadores. José Fernandes propôs, então, um programa, logo aprovado: luta pelo abono de Natal, modificação da CLT, fim da assiduidade integral, contra o racionamento de energia, contra o Imposto Sindical, pela aposentadoria<sup>79</sup>. Um manifesto foi elaborado, comunicando aos trabalhadores a formação da Comissão Intersindical do Estado de São Paulo (Cisesp)<sup>80</sup>. Em algum momento, definiu-se também a forma de deliberação da entidade: cada sindicato teria direito a um voto (Almeida, 1981, p. 208).

Entretanto, foi em 1954 que se tentou um ousado passo à frente: a articulação da campanha salarial unificada de todas as categorias, evitando-se acordos em separado e quebrando-se, na prática, com as determinações corporativistas da CLT — processo que levou à greve de 2 de setembro de 1954, narrada no capítulo 6. Em abril daquele ano, realizou-se uma reunião no Sindicato dos Gráficos para articular as lutas. A julgar pela ata de uma reunião da Diretoria dos têxteis, realizada alguns dias depois, estabeleceu-se, então, um “pacto” unificando as campanhas salariais e condenando acordos em separado.

Durante o próprio processo de preparação da greve de 2 de setembro, foi formada a Diretoria da intersindical, já então denominada Pacto de Unidade Intersindical (PUI). A Presidência coube a Gabriel Grecco (grá-

77 Almeida baseia-se em Timothy F. Harding. O que havia, segundo a documentação consultada, em 1952 — em termos de articulação intersindical horizontal — era a Ciscati, como vimos no capítulo 3. O PUI, de fato, lidera uma campanha pelo abono de Natal, mas em 1953. Conferir Eugenio Chemp, “A Intersindical e a luta pelo abono de Natal”, *O Metalúrgico*, nº 125, out., 1953, p. 3.

78 Dossiê Dops 50-B-223-74. Há, entretanto, divergência de datas na documentação: a ata da assembleia geral têxtil de 13 de setembro de 1953 convoca a “primeira reunião da intersindical” para o dia 19, no próprio Sindicato dos Têxteis. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 13 set., 1953, p. 70.

79 Dossiê Dops 30-B-232-2.753.

80 Dossiê Dops 50-Z-315-297.

cos); a Vice-Presidência, a Nelson Rústici; a 1ª Secretaria, a Freitas Nobre (jornalistas); e a 2ª Secretaria, a Remo Forli; a 3ª Secretaria, a Celgio Valtassore (marceneiros); a 1ª Tesouraria, a Antonio Chamorro; e a 2ª Tesouraria, a José da Rocha Mendes (jornalistas)<sup>81</sup>. Estavam unidos comunistas, trabalhistas, socialistas, janistas e, provavelmente, alguns "ministerialistas" e independentes. No final de 1954, o pacto era integrado por 83 sindicatos<sup>82</sup>.

Apesar de seu fortalecimento desde o final de 1953 até o final de 1954, no ano seguinte a construção da entidade parece ter arrefecido, não se registrando notícias sobre ela. Talvez o insucesso da tentativa de ruptura com as estruturas corporativas (por meio da negociação unificada em 1954) e a atmosfera repressiva, após a morte de Vargas, ajudem a explicar o recuo. O fato de uma assembleia têxtil, realizada a 17 de junho de 1956, ter aprovado a formação de "um pacto de unidade intersindical para melhor defender os interesses dos trabalhadores" sugere a existência de um hiato entre a experiência de 1954 e aquele novo momento<sup>83</sup>. Em uma assembleia geral metalúrgica, em junho de 1956, José de Araújo Plácido relembrou o Pacto de Unidade de 1953, "dizendo que agora também devíamos repeti-lo, propondo que a assembleia autorizasse a formação de um novo Pacto de Unidade Intersindical, para reivindicar salários e lutar contra o salário mínimo decretado, que é deveras pouco"<sup>84</sup>.

O jornal dos metalúrgicos também se refere à formação de um novo pacto, com a adesão de 24 entidades sindicais e a presença de estudantes (são mencionadas a UEE, o Grêmio XI de Agosto, representantes da Faculdade de Filosofia, da Escola Politécnica e da Faculdade de Medicina) e parlamentares, definindo um novo perfil — de plenário popular —, ausente no pacto anterior<sup>85</sup>. De fato, os registros policiais também forne-

cem pistas quando afirmam que apenas em 26 de junho de 1956 a intersindical passou a chamar-se Pacto de Unidade Intersindical<sup>86</sup>.

O pacto reorganizado congregava 60 entidades, representando 1 milhão de trabalhadores em julho de 1956. O interesse pela articulação das lutas parecia ampliar-se no movimento sindical e popular em geral. Em agosto de 1956, o *Última Hora* já se referia à adesão de aproximadamente 103 entidades da capital e do interior, falando de uma nova fase na vida da entidade, caracterizada pela busca de uma unidade nacional, começando por articulações com trabalhadores do Rio de Janeiro e ramificando-se pelo interior, chegando, por exemplo, a Sorocaba<sup>87</sup>:

Nos dias 26 e 27 de janeiro de 1957, o PUI realizou, no Teatro Colombo, uma importante plenária, com presença de representantes de mais de cem sindicatos, deputados federais, estaduais e vereadores, além do delegado regional do Trabalho e do diretor do Serviço Sindical da DRT. Foi, então, deliberado um programa mínimo de lutas para 1957 e eleita a nova Comissão Executiva do Pacto, cabendo a Presidência a Salvador Romano Losacco, do Sindicato dos Bancários<sup>88</sup>.

Assim, a consagrada avaliação de Francisco Weffort, segundo a qual a Comissão Intersindical da Greve dos 300 Mil se transformaria no PUI, constituindo-se uma organização de cúpula, horizontal, acoplada à estrutura vertical do sindicalismo oficial, estimulando esta última e dando vida ao pacto populista, carece de urgente revisão (Weffort, 1971, p. III.21-2; Moisés, 1978b, p. 94). Do ponto de vista da pesquisa histórica, porque substitui uma pesquisa detalhada por uma conclusão precipitada, encobrindo a riqueza de uma das experiências sociais e políticas mais importantes dos trabalhadores nos anos 1950, com o manto escuro da tese do fortalecimento do pacto populista. Do ponto de vista da análise política, porque não considera que o PUI foi, de fato, uma organização alternativa e não complementar à estrutura sindical oficial e à lógica do pacto populista. Não poderia ser complementar à estrutura oficial uma entidade

81 Dossie Dops 43-Z-0-1.361.

82 "Comemorada a grande greve do dia 2 de setembro", *O Metalúrgico*, nº 146, set., 1955, p. 5. Informação não confirmada apresentada por Almeida (1981, p. 208) fala em 214 sindicatos congregados no PUI, em 1954, e três federações.

83 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Textéis de São Paulo*, 17 jun., 1956, p. 12.

84 *Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 17 jun., 1956, p. 63.

85 "Formado o Pacto de Unidade Intersindical", *O Metalúrgico*, nº 154, jul., 1956, p. 1.

86 Dossie Dops 30-B-232-2-753.

87 "Comanda os trabalhadores de São Paulo a unidade sindical", *Última Hora*, nº 1.220, 3 ago., 1956, 1ª Caderno, p. 2.

88 "Dia 27 de janeiro no Teatro Colombo: provaram os trabalhadores a nossa força sindical", *O Metalúrgico*, nº 161, fev., 1957, p. 1.

que reunia associações de bairro, estudantes e de mulheres, além de parlamentares de diversos matizes. Seu programa reformista e nacionalizante representava o horizonte ideológico da vanguarda sindical de esquerda da época, mas poderia ser aprofundado com o avanço das lutas. Pareceriamos mais correto caracterizar o PUI como um plenário operário e popular que articulou as lutas fabris, sindicais, de bairro e políticas dos trabalhadores, configurando embrião de um poder alternativo<sup>89</sup>. A forma como a entidade foi extinta, sob pressão do Ministério do Trabalho, não confirma a tese de uma intersindical “acoplada” à estrutura oficial. Essas manobras foram bem analisadas por um artigo de José Albertino Rodrigues já no início de 1963, quando a memória dos acontecimentos ainda estava viva. Afirma o autor:

Diante da inconveniência que as autoridades sentiram em fechá-lo pura e simplesmente, procurou-se enfraquecê-lo através da imprensa, até que, sob o pretexto de ampliá-lo, encorajou-se a criação de um novo órgão. Surgiu assim o Conselho Sindical dos Trabalhadores, com uma estrutura mais conforme à estrutura sindical prevista na CLT, mas que, como era de se esperar, com a presença de “pelegos” em postos-chave, caiu no completo ostracismo<sup>90</sup>.

Portanto, o Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST), que se constituiu em outubro de 1959, este, sim, manteve-se acoplado à estrutura oficial, na medida em que tanto sua Diretoria eleita em novembro de 1959 quanto a seguinte, escolhida em março de 1961, eram integralmente ocupadas por representantes das federações<sup>91</sup>. O CST teve em sua Presidência dois burocratas de grosso calibre: Luiz Menossi, da Federação da Construção Civil, considerado pelo empresário um “grande amigo”, e Olavo Previatti, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel e Papelão, interventor na CNTI a partir de maio de 1964 (Weinstein, 2000,

p. 177; Abreu et al., 2001, p. 4.788). Além disso, deliberou-se que nenhuma entidade fora do âmbito sindical poderia participar do CST.

Certamente processos internos também enfraqueceram o PUI. Três aspectos devem ser lembrados: o primeiro foi o crescimento das responsabilidades políticas sem o correspondente fortalecimento orgânico da entidade e, aparentemente, sem que algumas de suas correntes soubessem o que fazer com ela. Segundo José Albertino Rodrigues (1979, p. 163), “era tal a amplitude de assuntos levados ao conhecimento desse organismo, por entidades sindicais ou não, e foi se alargando seu campo de ação, independente do fortalecimento orgânico, que passou a sofrer um esvaziamento que o desprestigiou paulatinamente”.

O segundo foi a rápida contaminação da entidade pelas disputas e candidaturas eleitorais, inclusive de seus diretores. Alguns autores atribuem ao “facciosismo”, exacerbado pelo pleito de 1958, a desagregação da entidade<sup>92</sup>.

O terceiro aspecto diz respeito à atuação do PCB. Segundo Mônica Kornis, em abril de 1958, Prestes teria declarado que era dever do PUI adaptar-se à estrutura sindical oficial, a fim de fortalecê-la (Abreu et al., 2001, p. 4.220). O depoimento de Losacco, embora possa ter sido traído pela memória quanto a datas e ao encaadamento dos fatos, confirma o papel do PCB no esvaziamento do pacto. Segundo ele, “os comuna fizeram aliança com os pelegos e transformaram o Pacto em Conselho Intersindical”<sup>93</sup>.

A Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos resolveu ingressar no CST, em uma reunião, em novembro de 1959: Remo Forli foi escolhido como

89 É interessante notar que José Albertino Rodrigues (1979, p. 163), testemunha ocular dos fatos, caracteriza o PUI como “Plenário permanente de organizações sindicais aderentes”.

90 José Albertino Rodrigues, “Estrutura sindical brasileira”, *Revista do Dieese*, nº 12, jan.-fev., 1963, p. 6.

91 “Conselho sindical: guerra à política partidária para unificar o operariado”, *Última Hora*, nº 2.285, 18 set., 1959, 1ª Caderno, p. 11; “Alterado o regime do CST: nova Diretoria eleita”, *Última Hora*, nº 2.745, 13 mar., 1961, 1ª Caderno, p. 12.

92 Segundo Márcia Mendes de Almeida (1981, p. 238), “o fato é que o PUI não sobreviveu às eleições parlamentares de 1958 e extinguiu-se em 1959, após sofrer pressões de todos os lados: de Jânio Quadros, de Juscelino Kubitschek, de Jango, do ministro Parisifal Barroso e de Samuel Wainer”.

93 O depoimento de Losacco é bastante interessante em outras passagens: “Nós tínhamos cento e quatorze sindicatos livres. Comandavam todos os trabalhadores no Brasil e eles quiseram incorporar os pelegos, porque achavam que a máquina sindical [...] disseram que era ordem do Prestes, que tinha que fazer de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, pra ficar legal. Mas o pacto já era legal, tinha sido reconhecido pelo Juscelino, pela Igreja. O bispo de Santo André ia lá, comparecia, os parlamentares, o Presidente da República”: “Foi um golpe. E aí acabou o Pacto. Porque o Conselho já se enfou nos gabinetes, [...] os trabalhadores já não viam mais nada, não tinha mais reunião de trabalhadores, era só a cúpula”. Conferir Hecker, 1994, p. 238.

titular e José Bustos, suplente<sup>94</sup>. Os textos também aderiram em reunião de Diretoria de 6 de novembro de 1959, sendo eleito Antonio Chamorro<sup>95</sup>. Mas, talvez, devido à apatia do novo organismo, no dia 29 de julho de 1962, uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos resolveu “refundar” o PUT<sup>96</sup>.

#### 4. As SABs (*Sociedades Amigos de Bairros*) e outras organizações de bairro

De 1955 em diante, verificou-se o período de maior crescimento das SABs em São Paulo (Moisés, 1978a, p. 183). Trata-se, geralmente, de associações com uma quantidade de sócios que varia entre 100 e 300, regidas por estatutos específicos, localizadas em sedes próprias ou — algumas vezes — na casa de algum dos associados, com finalidades reivindicatórias e associativas<sup>97</sup>.

Do ponto de vista de sua composição social, eram entidades heterogêneas, agregando operários fabris e trabalhadores assalariados, donas de casa, comerciantes, empresários e profissionais liberais, constituindo algo como uma “aliança social em torno da questão urbana”, nas palavras de Moisés (1978a, p. 127; Gohn, 1982, p. 186).

O perfil da Sociedade Amigos do Belém (SAB) pode nos ajudar a compreender algumas características provavelmente também encontradas nas demais. Foi fundada em 1947, entre outros por um padre, Arnaldo de Moraes Arruda, desaparecendo alguns anos depois (Duarte, 2002, p. 117). No dia 18 março de 1952, foi refundada como Sociedade Amigos do Distrito do Belém e Belenzinho, com uma participação significativa

de filiados ao PCB em sua Diretoria. Nessa época, a Diretoria, com 8 membros, estava subordinada a um Conselho Deliberativo, com 60 membros. Segundo os estatutos da entidade, à Diretoria cabia “dirigir, representar e dar execução às resoluções do Conselho Deliberativo e Assembleias Gerais” — o que talvez refletisse o caráter amplo e participativo que se pretendia conferir às entidades de bairro à época. Os estatutos foram posteriormente modificados, sofrendo severas críticas pelo jornal da própria associação, em 1970<sup>98</sup>.

As atas das reuniões quinzenais da Diretoria da SAB em 1955 revelam preocupações com assuntos como registro dos estatutos, “formalidade imprescindível para a liberdade de ação no tocante às necessidades do nosso bairro junto às autoridades estaduais e municipais”; confecção de carteiras de identidade dos sócios; ampliação do quadro de associados; abertura da sede mais amítide, “a fim de que os srs. Sócios possam frequentá-la com mais assiduidade e gozar dos [...] divertimentos e prazeres que a mesma no momento proporciona”. Quais seriam esses “divertimentos e prazeres”? É mencionada a “doação de jogos de xadrez e damas, permitindo supor que esta fosse uma das práticas prazerosas usufruídas pelos sócios. Também é mencionada a existência de uma biblioteca e a doação de um de seus títulos é registrada: *Nossa Senhora de Paris*, de Víctor Hugo. No período pesquisado — fevereiro a maio de 1955 — a única reivindicação debatida foi sobre os transportes, tratando-se, porém, de uma discussão preliminar em que nada de concreto se resolveu.

Portanto, revelam-se aqui alguns traços característicos das SABs: sua vida intermitente, em alguns casos com mais de uma “refundação”; a presença forte dos comunistas nas entidades nos anos 1950; sua preocupação com a legalização, requisito formal para a representação dos moradores diante dos poderes públicos; seu caráter recreativo e reivindicatório (Duarte, 2002, p. 115).

As origens das SABs parecem ter variado muito. Gohn afirma que o crescimento de São Paulo teria feito com que as diretorias regionais da

94 *Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, 5 nov., 1959, p. 38v.

95 *Ata de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo*, 6 nov., 1959, p. 101.

96 “Sindicatos e trabalhadores em estado de alerta”, *O Metalúrgico*, nº 207, jun.-jul., 1962, p. 1.

97 Dados das Administrações Regionais em 1970 indicam que a maioria das SABs congregava entre 100 e 200 sócios adultos, do sexo masculino. Conferir Gohn, 1982, p. 73. A informação parece ser válida também para os anos 1950. Segundo os investigadores do Dops, a SAB do Jardim da Penha e a do Jardim Brasil reuniam, respectivamente, 300 e 200 sócios em 1957. Dossie Dops 50-J-138-155 e 50-J-138-120. Essa última SAB funcionava na casa de Magnólia Pires de Souza, funcionária pública estadual da Secretaria da Fazenda. José Alvaro Moisés (1978a, p. 209) classifica as SABs entre reivindicatórias e associativas.

98 “Assim surgiu a SAB XII”, *O Belenense*, nº 51, 17 out., 1969, p. 4; “Assim surgiu a SAB XIII”,

*O Belenense*, nº 52, 18 nov., 1969, p. 3.

Sociedade Amigos da Cidade (SAC)<sup>99</sup> sofressem transformações, dando origem às SABs (Rolnik, 1997, p. 183; Gohn, 1982, p. 36). Outra possibilidade é que algumas SABs tenham se originado do propósito de antigos membros dos Comitês Democráticos Populares (CDPs), controlados pelo PCB, manterem atividades nos bairros, após a cassação do registro do partido, em maio de 1947, e a extinção daqueles comitês (Duarte, 2002, p. 115). Parece correto afirmar, conforme Moisés, que as correntes com maior influência nas SABs foram comunistas, janistas e liberais, mas devem ser acrescentados os ademaristas — como constataram Duarte e Fontes para os casos da Mooca e de São Miguel Paulista —, devendo-se notar que o próprio presidente da Fesab, Sebastião Costa, era suplente de deputado federal pelo PSP (Duarte e Fontes, 2004)<sup>100</sup>.

Apesar da exígua representatividade formal das SABs, é necessário avaliar sua importância também a partir de outros critérios<sup>101</sup>. Um estudo de Cardoso, por exemplo, indica que foram “importantíssimas” na capital e no ABC para a vitória eleitoral do MDB em 1974 — evento que, como sabemos, debilitou significativamente a legitimidade da ditadura (1978, p. 64). Por sua vez, os autores de um artigo sobre o papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nos anos 1970 notaram que a tradição de organização das SABs “pode ter constituído uma pedagogia de que se valem as CEBs” (Camargo, Souza e Pierucci, 1980, p. 70). Talvez possamos concordar com Rioux quando afirma que a especificidade das associações voluntárias decorre de sua permeabilidade, comunicando-se com o religioso, o comunitário, o econômico e o mental (1996, p. 122)<sup>102</sup>.

Embora as SABs já tenham sido classificadas como meros “curráis eleitorais” dos políticos, análises mais sofisticadas vêm permitindo uma melhor avaliação de seu papel político (Caldeira, 1984, p. 49). Duarte e

Fontes (2004, p. 27) já notaram que políticos como Jânio Quadros e Ademar de Barros, ao mesmo tempo em que inseriam os trabalhadores em redes de relações pessoais de clientelismo, recuperavam a condições de-las como cidadãos por meio do voto e da participação política e social.

Devem ser lembradas, ainda, outras expressões que Cavalcanti (1996, p. 250) qualificou como o “associacionismo das classes subalternas”. Esse autor se refere à importância dos clubes de várzea, lembrados também, na pesquisa de Duarte (2002, p. 101), como “uma espécie de central das reivindicações e da vida comunitária do bairro”. Uma matéria sobre os “80 anos do bairro do Belém fornece-nos uma ideia da quantidade e variedade dessas formas de associação — em muitos casos de caráter étnico. Havia, no bairro, nos anos 1950, o Clementino, fundado por tencelões, o Flor do Belém, dos espanhóis, o Jota Belém, dos moradores da Vila Maria Zélia, mais tarde denominado Scarpa. Os moradores da Rua Cachoeira, por sua vez, formaram o seu próprio clube, o União Operária, os italianos fundaram o XX de Setembro e os portugueses o Portugal Marinense. Segundo a matéria, quase todos tinham seu campo no Prado da Mooca, onde, além dos já citados, jogavam o União da Mooca, o Flor da Índia e outros<sup>103</sup>. Também são lembrados os grupos de serestas, de poesia, de teatro e de associações étnicas, como componentes de uma densa rede de associações (Duarte, 2002, p. 32; Fontes, 2008, p. 152).

Outra forma de organização importante foram os comitês femininos, animados pelo PCB. No dia 20 de março de 1957, realizaram uma convenção no auditório da Rádio Eldorado, quando discutiram um programa de lutas, incluindo o combate à alta do custo de vida; a ampliação da rede de escolas, de postos de puericultura, jardins de infâncias e parques infantis; a melhoria da assistência à maternidade e infância, com a criação de novas maternidades; a melhoria da assistência pré-natal. Também se reivindicava a efetiva aplicação da CLT, a melhoria e o aumento dos serviços públicos de abastecimento de água, os serviços de esgoto, luz, coleta de lixo, telefone, carteiro, urbanização (calçamento, arborização e melhoria do transporte coletivo)<sup>104</sup>.

99 Criada em 1934 por membros da aristocracia paulistana e engenheiros urbanistas com o objetivo de monitorar o crescimento urbano.

100 Dossiê Dops 50-f-138-152.

101 Pesquisa da Secretaria de Bem-Estar Social realizada em 1974, apresentada por Gohn, infirma que apenas 2,1% da população participava, então, das SABs. Para o período coberto por este estudo, não temos informações, mas não há por que supor que o percentual fosse significativamente maior do que este (Gohn, 1982, p. 70).

102 O autor trata tanto de associações “ideológicas” quanto de associações “logísticas”, que tinham as funções de socialização política, elaboração de programas para instituir uma demanda junto aos poderes públicos, seleção de líderes — que parece ser o caso das SABs.

103 “O que é a SAB”, *Belém 80 anos*, jun., 1979.

104 “Programa de reivindicações das mulheres”, *Notícias de Hoje*, 24 mar., 1957.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Laís. "A luta nos bairros e a luta sindical", in Lucio Kowarick, *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro, FGV, 2001.
- ALMEIDA, Márcia Mendes de. "O sindicato dos têxteis em São Paulo — História (1933-1957)". Dissertação de mestrado. São Paulo, Departamento de Ciências Sociais, FFLCH-USP, 1981.
- ALMEYRA, Guillermo. *La protesta social en la Argentina (1990-2004)*. Buenos Aires, Coninente, 2004.
- ANTUNES, Fátima. "Futebol de fábrica". Dissertação de mestrado. São Paulo, Departamento de Ciências Sociais, FFLCH-USP, 1992.
- ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicato e partido no Brasil — Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. 3ª ed. São Paulo, Cortez/Ensaio, 1990.
- . *Os sentidos do trabalho — Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999. Coleção Mundo do Trabalho.
- ARAÚJO, Braz José. *Operários em luta — Metalinguagens da Baixada Santista (1933-1983)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. Coleção Estudos Brasileiros, 88.
- AYUERO, J. "El juez, la reina y el policía: etnografía, narrativa y los sentidos de la protesta", *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 8, nº 1, 27 out., 2003. pp. 35-56.
- BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Janio Quadros e a crise pré-64*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- BARREIRO, Ily's Alencar Firmo. "Autonomia da classe operária? A greve de 1953". Dissertação de mestrado. Brasília. Departamento de Ciências Sociais, ICH, 1986.
- BATALHA, Claudio H. M. et al. (orgs.) *Culturas de classe*. Campinas, Editora da Unicamp, 2004a.
- . "Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República", in *Culturas de classe*. Campinas, Editora da Unicamp, 2004b.

- BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Kautschick — Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- *O PTB e o trabalhismo — Partido e sindicato em São Paulo (1945/1964)*. São Paulo, Brasiliense/Cedec, 1989.
- BENJAMIN, C. et al. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1998.
- BLAY, Eva. *Eu não tenho onde morar — Vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo, Nobel, 1985.
- *O trabalho domesticado — A mulher na indústria paulista*. São Paulo, Ática, 1987, Coleção Ensaios, 35.
- BOITTO Jr., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil — Uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas, Editora da Unicamp; São Paulo, Hucitec, 1991, Coleção Estudos Brasileiros, 28.
- BOJAEFI, Gabriel. "Habituação e urbanismo: o problema e o falso problema," in Ernânia Maricato (org.), *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1982.
- BONDOUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil — Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo, Estação Liberdade/Fapesp, 1998.
- BONELLI, Regis. "Nível de atividade e mudança estrutural," in *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, IBGE, 2003.
- BOSI, Eclêa. *Cultura de massa e cultura popular — Leituras de operárias*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1973.
- "Problemas ligados à cultura das classes pobres," in *A cultura do povo*. 4ª ed. São Paulo, Cortez/Instituto de Estudos Sociais, 1988.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *As duas almas do Partido Comunista, 1920-1964*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- BUONICUORE, Augusto. *Marxismo, história e revolução brasileira: encontros e desencontros*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2009.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 2ª ed. São Paulo, Unesp, 1992.
- *Cultura popular na idade moderna*. 2ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- *O que é história cultural?*. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.
- CABRAL, Manuel Villaverde. *O proletariado, o nome e a coisa*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1983.
- CAULDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros — Cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- *Cidade de muros — Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2003.
- CAMARGO, Cândido Procopio Ferreira de et al. *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*. 5ª ed. São Paulo, Loyola, s.d.
- CAMARGO, Cândido Procopio Ferreira de; SOUZA, Beatriz Muniz de e PIERUCCI, Antônio Flavio de Oliveira. "Comunidades Eclesiais de Base," in Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant (orgs.), *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1980.
- CAMPOS JR., Celso de. *Admiran — Uma biografia*. São Paulo, Globo, 2004.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro, São Paulo, Difel, 1977, Coleção Corpo e Alma do Brasil.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Proletariado no Brasil: situação e comportamento social," *Revista Brasiliense*, 1961.
- "Partidos e deputados em São Paulo: voto e representação política," in Fernando Henrique Cardoso e Eloy de la Torre (coords.), *Os partidos e as eleições no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Cebrap/Paz e Terra, 1978.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento — Brasil*. JK-JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas — O imaginário da República no Brasil*. 4ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- *Cidadania no Brasil — O longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à Revolução de 1964*. T. 2. Rio de Janeiro, Artnova, 1975.
- CAVALCANTI, Cláudio Antônio de Vasconcelos. "As lutas e os sonhos — Um estudo sobre os trabalhadores de São Paulo nos anos 30." Tese de doutorado. São Paulo, Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, 1996.
- CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Salvadoral Jovem, idealista, revolucionária, comunista, defensora da classe operária em Sorocaba*. Sorocaba, Linc — Lei de Incentivo à Cultura, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano — Artes do fazer*. 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1990.
- CHAIMA, Vera. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. Ibitinga, Humanidades, 1991.
- CHAU, Marilena. *Conformismo e resistência — Aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro — Conflito e integração*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- CODATO, Adriano Nervo e OLIVEIRA, Marcus Roberto. "A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964," *Revista Brasileira de História*, vol. 24, nº 47, jan-jun., 2004, pp. 271-303.
- COGGIOLA, O. (org.) *O Manifesto Comunista*. São Paulo, Boitempo, 1998.
- COLISTETE, Renato. *Labour relations and industrial performance in Brazil — Greater São Paulo, 1945-1960*. Houndmills, Palgrave, 2001.
- COMBES, Danielle e HAICAVIT, Monique. "Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes," in André Karthevsky Bulport et al., *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- CORNER, Paul. "Italian fascism: whatever happened to dictatorship?," *Journal of Modern History*, vol. 74, jun., 2002, pp. 325-51.
- CORREIA, Larissa. *A tessitura dos direitos: padrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964*. São Paulo, IUPERJ, 2011.
- COSTA, Edmilson. *A política salarial no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 1997.
- COSTA, Hélio da. *Em busca da memória — Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta, 1995.

- COSTA, Sérgio Amad. *O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-64)*. São Paulo, Grêmio Politécnico, 1981.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gransci — Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- DAMANTE, Hélio. "O movimento de 22 de março de 1953 em São Paulo", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, 18 Jan., 1965.
- DARAUJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas, 1951-1954*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- . *Sindicatos, carisma e poder*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo, Difel/Edusp, 1971, Coleção Corpo e Alma do Brasil.
- DEBERT, Guila Grin. *Ideologia e populismo*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.....
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil, 1961-1964*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- . *PTB — Do getulismo ao reformismo, 1945-1964*. São Paulo, Marco Zero, 1989.
- DOARÉ, Hélène Le. "Divisão sexual do trabalho e divisão internacional do trabalho: reflexões a partir das fábricas subcontratadas de montagem (México-Haiti)", in Andréé Karthevsky-Bulport, *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- DRABE, Sônia. *Rumos e metamorfoses — Estado e indústria no Brasil (1930-1960)*. São Paulo, Paz e Terra, 2004.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado — Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- DUARTE, Adriano Luiz. *Cidadania e exclusão: Brasil, 1937-1945*. Florianópolis, Editora UFSC, 1999.
- . "Cultura popular e cultura política no pós-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca (1942-1973)". Tese de doutorado. Campinas, IFCH, 2002.
- . "Pauliceia em chamas?", *Nossa História*, ano 3, nº 29, mar., 2006, pp. 70-3.
- DUARTE, Adriano Luiz e FONTES, Paulo. "O populismo visto da periferia. Adhemarismo e jansismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista, 1947-1953". *Cadernos AEL*, vol. 11, nº 20/21, Populismo e trabalhismo. Campinas, Unicamp-IFCH-AEL, 2004.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. "A sociedade vista da periferia", in Lúcio Kowarick, *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- EVERS, Tilman; MÜLLER-PLANTENBERG, Cláudia e SPESSART, Stefanie. "Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina", in José Álvaro Moisés, *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- FANTASIA, Rick. *Cultures of solidarity — Consciousness, action and contemporary american workers*. Berkeley, University of California Press, 1988.
- FÁBIA, Hamilton José Barreto de. "A experiência operária nos anos de resistência: a oposição metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário". Dissertação de mestrado. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC, 1986.
- FARIAS, Damiano Duque. *Em defesa da ordem — Aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1830-1945)*. São Paulo, História Social-USP/Hucitec, 1998.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil — Ensaio de interpretação socio-lógica*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- FERRERIA, Jorge. "O carnaval da tristeza: os motivos urbanos do 24 de agosto", in Ângela de Castro Gomes (org.), *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- . *Trabalhadores do Brasil — O imaginário popular, 1930-45*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FERRERIA, Jorge (org.). *O populismo e sua história — Debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- FERRERIA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. Vol. III — O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- FERRERIA, Oliveira S. "Comportamento eleitoral em São Paulo", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 8, Belo Horizonte, abr., 1960.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? — Alternativas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos — Nitro Quimica: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo, Annablume/Sindicato dos Químicos, 1997.
- . "Centenas de estópsis acessos ao mesmo tempo" — A greve dos 400 Mil, piquetes e a organização do trabalhadores em São Paulo (1957)", in Alexandre Fortes et al., *Na luta por direitos — Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.
- . *Um Nordeste em São Paulo — Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.
- FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos — Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.
- . *Nós do Quarto Distrito — A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul, Educs, Rio de Janeiro, Garamond, 2004.
- FREDERICO, Celso. *A vanguarda operária*. São Paulo, Símbolo, 1979a. Coleção Ensaio e Memória, 24.
- . *Consciência operária no Brasil — Estudo com um grupo de trabalhadores*. São Paulo, Ática, 1979b. Coleção Ensaio.
- FRENCH, John. *O ABC dos operários — Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo, Hucitec, São Caetano do Sul, Prefeitura Municipal, 1995.
- . "Los trabajadores industriales y el nacimiento de la República Populista en Brasil, 1945-1946", in María Moira Mackinnon e Mario Alberto Petrone (orgs.), *Populismo y neopopulismo en América Latina: el problema de la Centésima*. Buenos Aires, Eudeba, 1999.
- . *Afogados em leis — A CIL e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001.

- GASPARI, Elío. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes — O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- GIRBAL-BLACHA, Noemi. "El hogar o la fábrica. De costureras y tejedoras en la Argentina peronista (1946-1955)", *Revista de Ciencias Sociales*, vol. 6, Quilmes, 1997, pp. 217-30.
- GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações populares urbanas — Um estudo sobre as Associações de Moradores em São Paulo*. São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1982.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1984.
- . "O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito", in Jorge Ferreira (org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- GONZAGA, Gustavo e MACHADO, Danielle Carusi. "Rendimentos e preços", in *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, IBGE, 2003.
- GORENDER, J. *Marxismo sem utopia*. São Paulo, Ática, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública — Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria nem pátrio!* — *Memória operária, cultura e história no Brasil*. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo, Editora Unesp, 2002.
- HECKER, A. "Um retrato do Brasil pré-golpe: entrevista com Salvador Romano Losacco", *Revista Brasileira de História*, vol. 14, nº 27, Brasil, 1954-1964. São Paulo, Marco Zero, 1994.
- HILL, Christopher. *A revolução inglesa de 1640*. Lisboa, Presença, 1985.
- HISTÓRIA IMEDIATA, Nº 2, A GREVE NA VOZ DOS TRABALHADORES — DA SCANIA A ITU. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho — Novos estudos sobre história operária*. 2ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1987, Coleção Oficinas da História.
- IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, IBGE, 2003.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Intolerância e resistência — A saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*. São Paulo, Humanitas; Itajaí, Univali, 2004.
- JAMES, Daniel. *Resistencia e integración — El peronismo y la clase trabajadora argentina*. Buenos Aires, Sudamericana, 1999.
- KARTCHEVSKY-BULPORT, André et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- KERGOAT, Danièle. "Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceitualização", in André Kartchevsky-Bulport et al., *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- KIRK, Neville. "Cultura: costume, comercialização e classe", in Cláudio H. M. Batalha et al. (orgs.), *Culturas de classe*. Campinas, Editora da Unicamp, 2004.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo, Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, Lúcio. "O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana", in José Alvaro Moisés et al. (orgs.), *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade — São Paulo: passado e presente*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- KOWARICK, Lúcio e ANT, Clara. "Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo", in *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- KOWARICK, Lúcio e BONDIOKI, Nabil. "Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização", in *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- KOWARICK, Lúcio e CAMPANARIO, Milton A. "São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado", in *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia — Contribución a la teoría de las representaciones*. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 1983.
- . *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, Ática, 1991.
- LEITE, Marcia de Paula e SOUJS, Sidnei Sérgio. "O último vendaval: a Greve dos 700.000", *Carta a Carta*, 1 (2). Campinas, jul.-dez., 1978.
- LEITE, Renato da Silva; NUSDEO, Fábio e REZEMINI, Lydia. "Pesquisa sobre situação econômico-financeira das empresas dedicadas à indústria têxtil no estado de São Paulo e análise estatística dos salários por elas pagos aos mestres e contramestres", 19 ago., 1955; mimeo.
- LOBATO, Miria Zaida. "Manifestaciones y rituales bajo el peronismo/las reinas del trabajo". *La marcha — Los muchachos peronistas 2*. Buenos Aires, 2004.
- LONER, Beatriz Ana. "O PCB e a linha do Manifesto de Agosto — Um estudo". Dissertação de mestrado. Campinas, IFCH, 1985.
- LOPES, Carmen Lucia Evangelho. A organização sindical dos metalúrgicos de São Paulo. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 1992.
- LOPES, José Sérgio Leite. *Cultura e identidade operária — Aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo, Marco Zero, Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional/Proed, s.d.
- . *A tecelagem dos conflitos da classe na cidade das chaminés*. São Paulo, Marco Zero; Brasília, Editora Unb, 1988.
- LOPES, Juarez Brandão. *Sociedade industrial no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Difel, 1971.
- . *Desenvolvimento e mudança social — Formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. 3ª ed. São Paulo, Nacional; Brasília, INI, 1976.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. *Nos fios de uma trama esquecida — A indústria têxtil paulista (1929-1950)*. São Paulo, LCTE, 2007.
- LÖWY, Michel e CHUCIŪ, Clara. "Opiniões e atitudes de líderes sindicais metalúrgicos — Aplicado a delegados sindicais do Rio de Janeiro e São Paulo ao Congresso Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, realizado em Ipanhem em abril de 1959", s.d., mimeo.
- LOYOLA, Maria Andréa. *Os sindicatos e o PTB — Estudo de um caso em Minas Gerais*. Petrópolis, Vozes; São Paulo, Cezap, 1980.
- MACKINNON, Maria Moira e PETRONI, Mario Alberto (orgs.). *Populismo y neopopulismo en América Latina. el problema de la Centinaria*. Buenos Aires, Eudeba, 1999.

- MACKINNON, Maria Moira e PETRONI, Mario Alberto (orgs.). "Los complejos de la Centenaria", in *Populismo y neopopulismo en América Latina: el problema de la Ciencia*. Buenos Aires, Eudeba, 1999.
- MANNN, Michael. "Sources of variation in working-class movements in twentieth-century Europe", *New Left Review*, n.º 212. Londres, jul.-ago, 1995, pp. 15-54.
- MARANHAO, Ricardo. *Sindicatos e democratização*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- MARCATO, Ermínia (org.). "Autoconstrução e arquitetura possível", in *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1982.
- MARTINS, Heloisa Teixeira de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1989.
- MARX, Karl. *O capital*. 2ª ed. Vol. 1. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *La Internacional — Documentos, artículos, cartas*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- MATOS, Maria Izilda Santo de. *Meu lar é o botiquim — Alcoolismo e masculinidade*. 2ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2001.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro, UFF, 1996.
- . *Greves e repressão policial no sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Aperj/Faperj, 2003.
- . "Perspectivas e dilemas da produção historiográfica recente sobre trabalhadores, sindicatos e Estado no Brasil". *Tempos Históricos*, vols. 5/6, 2004.
- MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). *Trabalhadores em greve política em guaratã — Greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro, Faperj/Bom Texto, 2004.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo, Loyola, 1996.
- MOISÉS, José Álvaro. "Classes populares e protesto urbano". Tese de doutorado. São Paulo, Departamento de Ciências Sociais, FFLCH-USP, 1978a.
- . *Greve de massa e crise política — Estudo da Greve dos 300 Mil em São Paulo, 1953/54*. São Paulo, Polis, 1978b, Coleção Teoria e História, 3.
- MOISÉS, José Álvaro et al. (org.) *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982a.
- . "Protesto urbano e política: o quebra-quebra de 1947", *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982b.
- MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita; EVERS, Tilman e SPESSARTI, Stefanie. "Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina", in José Álvaro Moisés (org.), *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- MUNHOZ, Fábio Antônio. "Sindicalismo e democracia populista. A greve de 1957", *Caderno Cedec*, n.º 2, maio, 1977.
- NEGRO, Antônio Luigi. *Linhas de montagem — O industrialismo nacional desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo, Boitempo/Fapesp, 2004.
- NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. *A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro — A experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*. São Paulo, Educ, 1997.
- NUNES, Antonio Carlos Felix. *PC linha leste*. São Paulo, Livramento, 1980, História Presente, 2.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. 6ª ed. Petrópolis, Vozes, 1988.
- PAES, Maria Helena Simões. "O sindicato dos metalúrgicos de São Paulo: 1932-1951". Dissertação de mestrado. São Paulo, Departamento de História, FFLCH-USP, 1979.
- PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos cruzados — Migração e construção do Brasil moderno*. Bauru, Edusc, 2004.
- PAOLI, Maria Célia. "Os trabalhadores na fala dos outros: Tempo, espaço e classe na história operária brasileira", in José Sérgio Leite Lopes (coord.), *Cultura e identidade operária — Aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo, Marco Zero, s.d.
- PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala — Origens da ideologia do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 1999.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo, Ática, 1990.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras — Presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- PEREIRA, José Carlos. *Formação industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Hucitec/Secretaria de Estado da Cultura, 1984.
- PEREIRA, Vera Maria Candido. *O coração da fábrica — Estudo de caso entre operários têxteis*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- RALLE, Michel. "A festa militante — O espaço festivo dos operários diante da identidade social (Espanha, 1850-1920)", in Claudio H. M. Batalha et al. (orgs.), *Culturas de classe*. Campinas, Editora da Unicamp, 2004.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, vol. 8, n.º 15. São Paulo, Marco Zero, set., 1987.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, vol. 14, n.º 27. Brasil: 1954-1964. São Paulo, Marco Zero, 1994.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, vol. 24, n.º 47. São Paulo, Anpub, jan.-jun., 2004.
- RIBEIRO, Darcy. *O dilema da América Latina — Estudos de antropologia da civilização*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista, 1870-1930*. São Paulo, Hucitec, Campinas, Editora da Unicamp, 1988.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro — Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- RIoux, Jean-Pierre. "As associações em política", in René Rémond (org.), *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ROCHA, Antônia Sarah Aziz. "O bairro à sombra da chaminé — Um estudo sobre a formação da classe trabalhadora da Companhia Nitro Química Brasileira de São Miguel Paulista (1935-1960)". Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC, 1992.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Comissão de fábrica e trabalhadoras na indústria*. São Paulo, Cortez, Rio de Janeiro, Fase, 1990.
- RODRIGUES, Jessita Martins. *A mulher operária — Um estudo sobre tecelãs*. São Paulo, Hucitec, 1979, Coleção Ciências Sociais.
- RODRIGUES, José Albertino. "Empresas — Análise setorial: a indústria têxtil paulista em 1957", Arquivo do Dieese, s.d., p. 1, mimeo.
- . *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Símbolo, 1979, Coleção Ensaio e Memória, 22.

- RODRIGUES, Leôncio Martins. "Análise da composição social dos partidos", *História Viva*, edição especial temática nº 5, Temas brasileiros. São Paulo, s.d.
- . *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel, 1966.
- . *Industrialização e atitudes operárias — Estudo de um grupo de trabalhadores*. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- . *Partidos e sindicatos — Escritos de sociologia política*. São Paulo, Ática, 1990.
- . *Destino do sindicalismo*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 1999.
- ROLNIK, Raquel. "São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política", in Lúcio Kowarick (org.), *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- . *A cidade e a lei — Legislação urbana, política e territorialidade na cidade de São Paulo*. 2ª ed. São Paulo, Fapesp/Nobel, 1997.
- ROWLAND, Robert. "Classe operária e Estado de compromisso (origens estruturais da legislação trabalhista e sindical)", *Estudos Cebrap*, nº 8, abr.-maio-jun., 1974.
- RUMS, Miriam Diehl. *A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)*. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris (ed.), 1986.
- RUDÉ, George. *A multidão na história — Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro, Campus, 1991.
- RUY, José Carlos e BUONICCONTI, Augusto. *Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil*. São Paulo, Aníla Garibaldi, 2010.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena — Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. 2ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1991.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso — A representação humorística na história brasileira: da belle époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param — Greves e mudança social no Brasil (1945-1990)*. São Paulo, Ática, 1994.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos — Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2001.
- SANTOS, Guarino Fernandes dos. *Nos bastidores da luta sindical*. São Paulo, Icone, 1987.
- SANTOS, Jaquim Ferreira dos. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1998.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. São Paulo, Vértice, Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro, Instituto Universitário do Rio de Janeiro, 1987.
- SAVAGE, Mike. "Classe e história do trabalho", in Claudio H. M. Batalha (orgs.), *Culturas de classe*. Campinas, Editora da Unicamp, 2004.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa — Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade*. São Paulo, Hucitec; Santos, Prefeitura Municipal, 1995.
- SILVA, Fernando Teixeira da e NEGRÓ, Antonio Luigi. "Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)", in Jorge Ferreira e Lucília Almeida Neves Delgado (orgs.), *O Brasil republicano*. Vol. III — *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- SIMÃO, A. *Sindicato e Estado*. São Paulo, Ática, 1991.
- SINGER, P. "O significado do conflito distributivo no golpe de 1964", in Caio Navarro de Toledo (org.), 1964: *visões críticas do golpe — Democracia e reformas no populismo*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997, Coleção Momento.
- SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes; São Paulo, Cebrap, 1980.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- . "Una nueva era de Vargas, 1951-1954", in Maria Moira Mackinnon e Mario Alberto Petrone. *Populismo y neopopulismo en América Latina: el problema de la Centenaria*. Buenos Aires, Eudeba, 1999.
- SOUNES, Howard. *Dylan — A biografía*. São Paulo, Conrad, 2002.
- STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira — Origen e desenvolvimento*. São Paulo, Hucitec; Campinas, Editora da Unicamp, 2000.
- TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1981, Coleção A Questão Social no Brasil.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros — Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- . *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, Coleção Officinas da História.
- . *Tradición, revuelta y consciencia de clase — Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. 3ª ed. Barcelona, Crítica, 1989.
- . *Costumes em comum — Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- . *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.
- TOLEDO, Caio Navarro de (org.). 1964: *visões críticas do golpe — Democracia e reformas no populismo*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997, Coleção Momento.
- VALLÉ, Edênio e QUEIROZ, José J. (orgs.) *A cultura do povo*. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 1988.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, Coleção Estudos Brasileiros, 12.
- VIEIRA, Vera Lúcia. "Cooperação e resistência — Trabalhadores de São Paulo de 1945 a 1950". Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC, 1989.
- . "O trabalhador brasileiro: um caso de polícia até 1950 — Representações sobre os trabalhadores urbanos no período de 30 a 50". Tese de doutorado. São Paulo, PUC, 1998.
- WAINER, Samuel. *Autobiografia*. São Paulo, Planeta, 2005.
- WEPFORD, Francisco C. "Classes populares e política — Contribuição ao estudo do 'populismo'" Tese de doutorado. São Paulo, Departamento de Ciências Sociais, FFLCH-USP, 1968.
- . "Sindicatos e política? Tese de livre-docência São Paulo, Departamento de Ciências Sociais, FFLCH-USP, 1972.
- . "Origens do sindicalismo populista no Brasil — A conjuntura da pós-guerra", *Estudos Cebrap*, nº 4, São Paulo, Edições Cebrap, 1973.
- . *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

- WEINSTEIN, Barbara. *A (re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo, Cortez/CDAPH-Iân—Universidade São Francisco, 2000.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- WOLFE, Joel. *Working women, working men — São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955*. Durham, Duke University, 1993.
- ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

### *Outras fontes pesquisadas*

- Anais da Câmara Municipal de São Paulo*.
- Arquivos do Dops — Arquivo do Estado.
- Atas das Assembleias Gerais do Sindicato dos Metalúrgicos, 1950-1964*.
- Atas das Assembleias Gerais do Sindicato dos Têxteis, 1950-1964*.
- Atas de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, 1950-1964*.
- Atas de Reunião da Diretoria do Sindicato dos Têxteis, 1950-1964*.
- Coleção do jornal *O Metalúrgico*, 1950-1964, Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.
- Coleção do jornal *Última Hora*, 1953-1964, Arquivo do Estado de São Paulo.
- Edições do jornal *Notícias de Hoje*, Centro de Documentação e Memória da Unesp — Cedem.
- Edições do jornal *O Trabalhador Têxtil*, Centro de Documentação e Memória da Unesp — Cedem.
- Entrevistas.
- Revista do Dieese*.
- Cedem.